

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ANTONIO MAURENI VAZ VERÇOSA DE MELO

OS ALICERCES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PIAUÍ: Uma  
avaliação das experiências das faculdades de Direito e Católica de  
Filosofia (1930 – 1970)

Teresina – PiauÍ  
2006

ANTONIO MAURENI VAZ VERÇOSA DE MELO

OS ALICERCES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PIAUÍ: Uma  
avaliação das experiências das faculdades de Direito e Católica de  
Filosofia (1930 – 1970)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
graduação em Educação da Universidade Federal  
do Piauí como requisito parcial à obtenção do  
Título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dra. Carmesina Ribeiro Gurgel

Teresina – Piauí  
2006

### **FICHA CATALOGRÁFICA**

**M 528a** Melo, Antonio Maureni Vaz Verçosa de  
Os alicerces da Educação Superior no Piauí: Uma avaliação das experiências das faculdades de Direito e Católica de Filosofia (1930 – 1970) /Antonio Maureni Vaz Verçosa de Melo. Teresina: 2006  
147fls  
Dissertação (Mestrado em Educação) UFPI, 2006  
1. Educação Superior – Piauí – História. 2. Educação – Avaliação . I. Título.

**C.D.D.378.98122**

ANTONIO MAURENI VAZ VERÇOSA DE MELO

OS ALICERCES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PIAUÍ: Uma Avaliação  
das experiências das faculdades de Direito e Católica de Filosofia (1930 – 1970)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
graduação em Educação da Universidade Federal  
do Piauí como requisito parcial à obtenção do  
Título de Mestre em Educação.

Aprovada em 20 /09/2006.

BANCA EXAMINADORA

---

Profª Drª. Carmesina Ribeiro Gurgel - UFPI  
Orientadora

---

Profª Drª Regina Maria Teles Coutinho – UESPI  
Membro

---

Profª Drª Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI  
Membro

---

Profª Drª Maria do Carmo Alves do Bomfim – UFPI  
Suplente

À minha família, em especial ao meu filho Maureni Júnior, embora este trabalho não compensando a minha ausência nos seus primeiros anos de vida, sirva de comprovação que não foi por omissão. Amo a todos.

## AGRADECIMENTOS

No final de um trabalho como este, são muitas as pessoas a quem temos que agradecer. Um trabalho acadêmico envolve todos à volta de quem o produz, mais isso não teria sido possível se a força de DEUS, não fosse constante em toda a minha vida, fortalecendo-me em todas as ocasiões.

Agradeço aos meus pais, Antônio e Raimunda (Mundinha), que foram o instrumento que DEUS usou para me dar a VIDA e, sempre com braços amigos, em apoio a toda a minha trajetória profissional. À minha esposa, Jocieida e meu filho Maureni Júnior que deram o sentido maior à minha vida.

A minha orientadora, professora Carmesina Ribeiro Gurgel, que teve confiança em mim e no meu trabalho.

Agradeço a Banca de Qualificação, composta pela minha orientadora, professora Carmesina Ribeiro Gurgel, Maria do Carmo Alves Bomfim, Maria do Amparo Borges Ferro e o professor José Augusto de C. M. Sobrinho, cujas observações foram valiosas.

Aos entrevistados: Professor Manoel Paulo Nunes, Teresinha Pinheiro Leal Nunes e Pe. Raimundo Jose Airemoraes Soares que contribuíram muito com o conteúdo deste trabalho.

Aos professores Antônia Valtéria e João Junior (UESPI) que compartilharam seus conhecimentos comigo e me deram uma ajuda sem precedente, neste momento de pesquisa, como orientações profissional e familiar.

Aos colegas do mestrado em especial Maria César, que se tornou uma grande amiga, Amada sempre alegre e prestativa e Teresinha sempre pronta a ajudar.

Ao professor Antônio Fonseca dos Santos Neto (Diretor do CCHL), que deu total apoio e liberdade de pesquisa no arquivo do CCHL e à Enoisa, funcionária do mesmo Centro, que não mediu esforços para me dar ajuda neste momento da pesquisa.

Agradecimento in memoriam ao professor Joaquim Alencar Bezerra pelas suas informações sobre a Faculdade de Direito do Piauí, para ele era uma parte de sua vida.

Aos funcionários do Arquivo Público do Piauí, da Biblioteca da Academia Piauiense de Letras, da Biblioteca Jornalista Carlos Castelo Branco, que sempre foram atenciosos a todos os pedidos e solicitações.

Aos professores, funcionários da Coordenação do Mestrado.

Aos colegas da Uespi, obrigado pelo convívio e apoio.

Aos colegas do Duque de Caxias (Timon – MA), que sempre foram prestativos, a Gerência de Educação de Caxias e ao Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) de Timon, que souberam compreender a importância deste trabalho.

Aos colegas professores e funcionários da Unidade Escolar Darcy Araújo, sempre muito fraternos com suas constantes palavras de apoio.

E neste momento final, tenho que agradecer a DEUS novamente, por ter colocado no meu caminho a professora Telde, companheira de instituição (UESPI), que mostrou um profissionalismo desde o primeiro contato para que fizesse as correções finais.

## RESUMO

O interesse pela temática deste estudo surgiu da experiência deste pesquisador na docência do Ensino Superior. Como professor do Curso de História, da Universidade Estadual do Piauí, a atenção dirigiu-se à tentativa de compreender como tinham se processado as primeiras experiências com o ensino superior neste Estado. E, partindo desta curiosidade, chegou-se ao objeto deste estudo: avaliar a trajetória das primeiras faculdades do Piauí: a Faculdade de Direito do Piauí - FADI e Faculdade Católica de Filosofia do Piauí - FAFI. Objetivou-se apreender traços da cultura universitária produzida no período em questão, ou seja, da década de 30, quando foi instalada a FADI, ao início da década de 70, do século XX, quando os cursos que funcionavam na FADI e na FAFI foram incorporados a outros já existentes, ou a recém criados para integrar a primeira Universidade deste Estado: a Universidade Federal do Piauí – UFPI. O enfoque da pesquisa inscreve-se no que pode ser caracterizado como História Sociocultural, pois, este campo, ao ser considerado na sua perspectiva mais ampla, aglutina processos de análise, como os realizados, na tentativa de compreender a Educação. Serviu de amparo à análise a produção historiográfica nacional e local relacionada à temática. A metodologia caracterizou-se como uma abordagem analítica, organizada a partir da literatura relacionada ao tema e da leitura de documentos primários e relatos de sujeitos que fizeram parte das experiências objeto desta pesquisa. Como conclusão, constatou-se a importância que os bacharéis em Direito e o grupo organizador da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí representaram na implantação do ensino superior do Estado, formado hoje pelas quatro entidades públicas: Universidade Federal do Piauí; Universidade Estadual do Piauí, Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí e Instituto Superior de Educação Antonino Freire e nas diversas instituições particulares que caracterizam o ensino superior deste Estado.

**Palavras-chave:** História. Educação. Direito. Filosofia. Ensino Superior. Avaliação



## ABSTRACT

The interest for this theme was born from the experience from this searcher as university teacher. As teacher on the History's curs at the "Universidade Estadual do Piauí" own attention went to try to understand the first experience about the learning at the universities in own state. Own objective: search the way from the first faculties from Piauí: the "Faculdade de Direito do Piauí" - FADI and "Faculdade Católica de Filosofia do Piauí" - FAFI. Another objective was to learn party of the university's culture from the 30th-years, when was born the FADI, and from the 70th-years of the 20 century, when the curs from FADI and FAFI and another were taken together to form the first university from this state: the "Universidade Federal do Piauí" – UFPI. The focus of this search is the called social-culture History, then when this area began to be considered in an ample vision, joins process of analysis like these, that was realized to try to understand the Education. As support was used the analyse about the historical production nacional and local connected with the theme. The methodology has a analytic character and was organized up the literature connected with this theme and the lecture from primary documents and descriptions of person, who took party on the experience for this search. As conclusion we saw the importance of the lawers and the organizations group from the "Faculdade Católica de Filosofia do Piauí" at the beginn of the process to organize the superior instruction on the state of Piauí, that is represented in the four public institutions: "Universidade Federal do Piauí", "Universidade Estadual do Piauí", Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí and the "Instituto Superior de Educação Antonino Freire", besides the another private institutions, that also work together for the education.

**Key-words:** History, Education, Law, Philosophy, Superior Instruction, Evaluation

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES E QUADROS

Foto 01: Câmara dos Deputados (Assembléia Legislativa) sede provisória da Faculdade de Direito do Piauí em 1931.....	71
Foto 02: Placa da Primeira Turma de Direito de 1935.....	81
Foto 03: Antiga sede da Faculdade de Direito do Piauí.....	85
Foto 04: Colégio Sagrado Coração de Jesus .....	102
Foto 05: Saudações de Dom Avelar Brandão Vilela na instalação da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí.....	108
Foto 06: Aula Inaugural proferida pelo Professor Clemente Fortes na instalação da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí.....	109
Foto 07: Prédio onde funcionava Faculdade Católica de Filosofia do Piauí .....	112
Foto 08: Diretório Acadêmico Dom Avelar Brandão Vilela da FAFI.....	113
Foto 09: Bandeira da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí.....	145
QUADRO 01: Demonstrativo do primeiro Concurso de Habilitação da Faculdade de Filosofia.....	105

## LISTA DE SIGLAS

ABC	- Academia Brasileira de Ciências
ABE	- Associação Brasileira de Educação
APEP	- Arquivo Público do Piauí
APL	- Academia Piauiense de Letras
ASPIMED	- Associação Piauiense de Medicina
BNM	- Brasil Nunca Mais
CADES	- Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão de Ensino Secundário
CADIFF	- Comissão de Assessoramento, Documentação e Informação das Faculdades de Filosofia
CCHL	- Centro de Ciências Humanas e Letras
CEFET – PI	- Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí
CEPRO	- Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
C.R	- Carta Régia
CNEC	- Campanha Nacional de Educandário Comunidade
CNEG	- Campanha Nacional de Educandário Gratuitos
DOPS	- Departamento de Ordem Política e Social
FADI	- Faculdade de Direito do Piauí
FAFI	- Faculdade Católica de Filosofia do Piauí
F.C.F.P	- Faculdade Católica de Filosofia do Piauí
FAMEPI	- Faculdade de Medicina do Piauí
FESPI	- Fundação do Ensino Superior do Piauí
FLEPA	- Frente de Liderança Estudante Participante
FNFI	- Faculdade Nacional de Filosofia
FOPI	- Faculdade de Odontologia do Piauí
FUNDEC	- Fundação Estadual de Desporto e Cultura
IES	- Instituição de Ensino Superior
IPM	- Inquérito Policial Militar
ISEAF	- Instituto Superior de Educação Antonino Freire
MEB	- Movimento de Educação de Base

MEC - Ministério da Educação e Cultura  
MEC-USAID - Fusão das siglas Ministério da Educação e Cultura (MEC) e United States Agency For International Development (USAID)  
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro  
SUDENE - Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste  
UDF - Universidade do Distrito Federal  
UDN - União Democrática Nacional  
UESPI - Universidade Estadual do Piauí  
UFPI - Universidade Federal do Piauí  
UNEPI - União Estudantil Piauiense  
USP - Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPITULO I	
ERUDIÇÃO E IMAGINAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO OBJETO.....	19
CAPÍTULO II	
UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR DO BRASIL.....	29
2.1 Educação jesuítica: antecedentes do ensino superior do Brasil.....	30
2.2 Educação Superior no Brasil.....	34
2.3 Panorama da educação superior do Piauí.....	45
CAPÍTULO III	
FACULDADE DE DIREITO DO PIAUÍ .....	61
3.1 Faculdade de Direito do Recife: centro originador do bacharelismo piauiense.....	61
3.2 Faculdade de Direito do Piauí: a gênese do ensino superior do Estado .....	64
CAPÍTULO IV	
FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DO PIAUÍ.....	94
4.1 As faculdades de Filosofia: resistência e ação na transformação da educação no Brasil.....	94
4.2 Faculdade Católica de Filosofia do Piauí: a luz educacional.....	98
4.3 Os cursos da FAFI: Filosofia, Geografia e História e Letras Neolatinas.....	115
Considerações Finais .....	130
Fontes e Bibliografia .....	133
Anexos.....	144

È impossível romper-se com o passado. Se o futuro está na gênese do presente, o presente já o esteve no passado. As gerações, são o que são as civilizações. Não há gerações libertas da influência de outras, como não existem civilizações independentes”.

“O povo e a liberdade”

Manoel Paulo Nunes

## INTRODUÇÃO

À temática desse estudo surgiu na prazerosa jornada que tem caracterizado a experiência desse pretense pesquisador com a docência superior. De forma efetiva, iniciou-se no ensino superior em 2000, na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), como docente do Curso de Licenciatura Plena em História. Ao longo desses poucos anos, suficientes para permitir uma reflexão acerca desse nível de ensino, ministraram-se aulas das mais diversas disciplinas para alunos do Curso de História, como também para alunos dos cursos de Pedagogia, Turismo e Jornalismo. Cada uma dessas experiências permitiu observar um tipo específico de aluno, relações particulares entre docentes, mas, apesar de todas as particularidades, há um modo de ser aluno universitário, que atravessa todos os cursos, todas as áreas e une alunos das diferentes instituições de ensino.

Esse padrão comportamental do aluno universitário, associado à estrutura que caracteriza o espaço cultural onde o mesmo se realiza é que se chama universidade. Deste modo, apesar de existirem elementos de aproximação entre os estudantes do ensino superior de qualquer lugar do mundo, cada espaço produz seu diferencial, evidencia particularidades relacionadas à sua cultura, produz sua própria história. Assim, a universidade deve ser

entendida como uma experiência que se estabelece na relação entre os elementos pertencentes à estrutura institucional e a cultura que emerge entre os agentes universitários e destes com a comunidade em geral. Seguindo essa lógica, Minogue (1981, p.10-11), entende que é necessário:

[...] aceitar a visão de que as universidades são centros vitais da civilização, usinas intelectuais, áreas de “crítica social” e todo o resto. Qualquer tentativa de caracterizar as universidades em termos de um critério único será inevitavelmente errônea. Precisamos considerar, entre outras coisas, as circunstâncias históricas de sua criação, o que quer que possa ser deduzido de seus arranjos institucionais, e os tipos de relacionamento que tenha surgido entre as universidades, de um lado, e a sociedade e a cultura de outro [...].

Foi com base nesse entendimento que se chegou ao objeto desse estudo: analisar a trajetória das primeiras faculdades do Piauí: a Faculdade de Direito do Piauí (FADI) e Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (FAFI). A finalidade de tomar essas experiências para estudo deve-se ao fato de terem as mesmas implantadas as sementes do ensino superior no Estado. É necessário que se esclareça que não se trata de um retorno às origens, nos moldes como se realizava a pesquisa tradicional de cunho positivista. O que se objetiva é apreender traços da cultura universitária produzida no período em questão, ou seja, da década de 30 quando foi instalada a FADI, ao início da década de 70 do século XX, quando os cursos que funcionavam na FADI e na FAFI foram incorporados a outros já existentes, ou a recém-criados para integrar a primeira Universidade desse Estado: a Universidade Federal do Piauí (UFPI).

A dimensão enfocada pela pesquisa inscreve-se no que pode ser caracterizado como História Social, pois este campo, ao ser considerado na sua perspectiva mais ampla, aglutina processos de análise como os realizados na tentativa de compreender a Educação. Deste modo, a literatura que procura organizar os diferentes olhares dirigidos à realidade histórica coloca a História da Educação na dimensão da História Social, ou da História Sociocultural como pretendem alguns.

Na análise do objeto de estudo não se centrou em uma única tendência teórica, optou-se por utilizar todas as que se apresentaram à disposição, aquilo que maior adequação mostrasse com as finalidades estabelecidas para as diversas etapas



em que foi realizado este trabalho. Para utilização dessa estratégia, buscou-se manter a coerência tanto teórica como temporal. Coerência neste caso não significa ausência de posturas ou comportamentos heterogêneos, mas uma certa racionalidade dos padrões e comportamentos informados. As fontes utilizadas na pesquisa foram todas as possíveis ao pesquisador, aquelas que conseguiram apresentar alguma evidência, algum vestígio daquilo que estava sendo estudado.

Assim aspectos da memória das duas instituições foram apreendidos através de documentos como: atas de reuniões, diários de classe, registros de matrículas, históricos escolares, fotografias, relatórios oficiais e outros, pois como coloca Clarice Nunes (2003, p.17):

A escola como lugar de memória social é também o efeito de uma sedimentação acumulada no tempo e que produziu monumentos resultantes da fixação de certas funções nela desenvolvidas. Assim podem ser compreendidos os dossiês dos alunos, os livros de matrículas, a correspondência, as circulares, os livros de ponto e advertência, os diários de classe, as atas de diretoria e congregações, os estatutos, os regimentos, as plantas dos prédios escolares, os álbuns fotográficos, as publicações.

Do esforço dispensado resultou o texto que se a apresenta, caracterizado da seguinte forma: introdução, quatro capítulos e considerações finais, cada uma das referidas partes organizada conforme exposto a seguir:

No primeiro capítulo, realizou-se uma apresentação dos procedimentos teórico-metodológicos que orientaram a pesquisa. Nele procurou-se explicar a perspectiva em que alguns fenômenos foram tomados para efeito desse estudo, a fim de que o leitor tivesse um eixo orientador na leitura do texto e, antes disso, que o

próprio pesquisador não perdesse de vista a perspectiva que construiu na experiência informada, nas leituras realizadas e no dia-a-dia em que se desenvolveu esse estudo. Assim, definiram-se conceitos como educação, história, tempo e outros analisados.

O segundo capítulo lança um olhar sobre o ensino superior no Brasil, discutindo a implantação das primeiras instituições, criadas a partir da presença jesuítica, passando por momentos como o da transferência da família real, até o início da década de 70 do século XX. Esse capítulo foi subdividido em três partes: na primeira foram analisados elementos que podem ser identificados como preparadores das condições de surgimento das experiências com o ensino superior no Brasil. Na segunda, recorreu-se à literatura sobre a história da educação superior no Brasil, e dela resultou a compreensão aqui apresentada. Na última parte desse capítulo procurou-se traçar uma visão panorâmica da educação no Estado do Piauí, especialmente dos acontecimentos que evidenciaram a necessidade de produzir motivações para a formação superior dos piauienses e de algumas ações que contribuíram para a instalação das primeiras unidades de ensino superior do Estado. A finalidade desse capítulo é socializar aspectos da cultura intelectual

acumulada sobre o tema, para facilitar o trato com o objeto em estudo.

No terceiro capítulo, tratou-se da primeira instituição de ensino superior do Piauí, a Faculdade de Direito do Piauí, criada em 1931 para funcionar na capital do Estado. Nesta parte, utilizou-se com bastante intensidade a documentação escrita que se encontra sob a guarda do Arquivo do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) da UPFI, como do Departamento de Direito da Universidade Federal do Piauí, documentos cedidos por particulares e ainda os arquivos do jornal O DIA e da Casa Anísio Brito - Arquivo Público do Piauí (APEP). O capítulo inicia falando sobre a importância da Faculdade de Direito do Recife na formação do capital intelectual apto a defender e colocar em prática a criação de uma Faculdade de Direito no Piauí. Em seguida, lança-se mais luz sobre alguns sujeitos desse processo e ainda sobre acontecimentos que marcaram a trajetória dessa instituição de ensino superior. Esse é um dos capítulos centrais deste trabalho, pois nele residem partes dos aspectos que compõem a pesquisa em pauta.

O quarto capítulo refere-se à Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, outra parte do objeto desse estudo. Neste, como no que tratou da FADI, foi utilizada uma vasta documentação escrita, desta vez disponibilizada no Arquivo do CCHL da UFPI, que detém a posse dessa documentação. Mais uma vez, também foi de suma importância a disposição de particulares em emprestar documentação que mantém nos arquivos de família, bem como os arquivos do Jornal O DIA e da Casa Anísio Brito. Também foram utilizadas algumas memórias relatadas por ex-professores e ex-alunos da FAFI, na construção dessa parte da história da instituição.

No capítulo sobre a FAFI, procurou-se mostrar as forças associadas no sentido de fazer vitorioso o projeto de instalação da Faculdade de Filosofia no Piauí. Destacou-se o relevante trabalho desenvolvido pela Igreja, através da figura do Arcebispo de Teresina, Dom Avelar Brandão Vilela. Apresentaram-se os cursos que foram oferecidos na sua instalação: Filosofia, Geografia e História e Letras Neolatinas, com suas estruturas iniciais, em seguida passou-se a relatar aspectos do cotidiano daqueles que fizeram essa Faculdade.

Tanto no terceiro quanto no quarto capítulo, foi essencial a utilização da literatura local para que fosse sendo tecida a trama aqui revelada. Para esse fim, recorreu-se aos trabalhos de Odilon Nunes, Pereira da Costa, Monsenhor Chaves, Teresinha Queiroz, Luiz

Bello e outros que embora não citados nesse instante, na leitura do texto mostram que sua importância é da mesma relevância dos mencionados.

No geral, procurou-se estruturar os capítulos de forma a que favorecesse uma leitura proveitosa e prazerosa tanto a profissionais e alunos da História quanto da Educação, principais alvos considerados nesse estudo. Procurou-se utilizar uma linguagem direta e um número de informações suficientes para ajudar mesmo os leigos em Educação e História que possam vir a ter interesse pelo tema. Desta forma, ousa-se dizer que o segmento de pessoas interessadas nesse tipo de debate é bastante amplo, pois abrange todo aqueles que de alguma forma se interessam pela cultura do Estado, seja ela educacional política ou de outra monta.

Por fim, foram feitas as considerações finais, onde se procura nela demonstrar que o encerramento dessa pesquisa abre espaços para novos estudos, que sugere uma continuidade da caminhada a profissionais de Educação e História sobre estas trilhas já percorridas, mas que guarda ainda infinitos mistérios a serem revelados. Portanto, as considerações finais, fogem da tradicional finalização e convida a um recomeço.

## CAPÍTULO I

### ERUDIÇÃO E IMAGINAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO OBJETO

Desde cedo o profissional de História aprende que nenhum acontecimento pode ser observado apenas no tempo de sua manifestação sensível. Especialmente, nos últimos anos, essa orientação tem sido a base referencial de tempo que tem orientado os sujeitos que buscam compreender as diversas manifestações da experiência humana. Foi nesse exercício que se deu a construção do objeto de pesquisa deste estudo, ou seja, foi tentando compreender o processo de constituição da educação superior piauiense que se foi levado a esse passeio no tempo definido e, como primeira estação dessa trajetória, a tentativa de compreender e avaliar as experiências iniciais do ensino superior do Piauí.

Para esse passeio, lançou-se mão dos vestígios deixados pelas experiências analisadas através de documentos escritos e informações obtidas através de fontes orais, em um esforço de erudição que se fortalece com a imaginação. Esta última, por sua vez, é entendida como o resultado de uma reflexão produzida, onde o testemunho direto se faz ausente, sendo por isso necessário o recurso a fontes relacionadas a situações similares. Esse exercício de imaginação, necessário à construção de uma lógica narrativa, faz-se buscando preservar as regras do rigor científico.

Os campos de produção do conhecimento, de um modo geral, ganharam nos últimos anos maiores dimensões, em decorrência de transformações na compreensão dos elementos referenciais para a produção do

conhecimento científico. A nova ciência, fundamentada em princípios mais flexíveis, vem buscando preencher lacunas que as antigas orientações, embora eficientes para as questões postas no momento de suas manifestações, têm deixado evidenciar no contexto das novas demandas. Neste sentido, um elemento orientador dos campos de produção das ciências tem sido a compreensão da necessidade de uma leitura interdisciplinar da realidade humana.

Assim, as últimas produções científicas vêm associando conhecimentos das várias áreas do saber, modificando a leitura anterior relacionada a essa prática, que a avalia hoje como requisito essencial na tentativa de apreensão do real. Nesta perspectiva é que se encontra a História da Educação, uma área de produção do conhecimento dotada de grande potencial para contribuir com as leituras referentes aos processos históricos, lugar de onde se pode observar tanto a educação como outros aspectos da experiência dos homens. Entende-se, deste modo, que a compreensão permitida pela educação a respeito da experiência humana, é favorecedora de uma identificação de espaços intensamente marcados pelas peculiaridades que definiram a trajetória de organização do homem em sociedade. Apesar do reconhecimento da importância dessa área do conhecimento, o mundo acadêmico e científico tem encontrado fortes dificuldades em definir com precisão os espaços onde o saber nela e sobre ela produzidos possa influir de forma mais eficiente.

As dificuldades enfrentadas na área da História da Educação são decorrentes, em grande parte, da pouca disposição que profissionais da História e da Educação têm apresentado para compreender como as mesmas têm se constituído ao longo do tempo e que fundamentos têm marcado sua projeção no cenário intelectual. Não se pode deixar de reconhecer iniciativas admiráveis de educadores no sentido de garantir uma maior visibilidade para a área, bem como o reconhecimento que esta possui no campo da formação humana.

No campo da História, o desinteresse é maior do que o apresentado por Educadores. Embora o campo histórico venha passando por mudanças significativas na sua estruturação epistemológica, manifestando interesse por uma multiplicidade de acontecimentos que compõem a experiência dos homens, a sensibilidade teórica desses profissionais ainda não captou, de forma merecida, a importância da educação na compreensão da história. Assim, a revolução que Burke (1997) afirma estar se processando no campo de produção do conhecimento histórico, parece ainda não ter produzido consequências significantes no tocante à educação.

Com o advento da Nova História Cultural, algumas possibilidades vêm se abrindo neste sentido, uma vez que essa forma de pensar a História percebe as manifestações da existência humana como dignas de serem tomadas como interesse. Para melhor esclarecer sobre o assunto Pesavento (2004, p. 15):

Se a História Cultural é chamada de Nova História Cultural, como faz Lynn Hunt, é porque está dando a ver uma nova forma de a História trabalhar a cultura. Não se trata de fazer uma História do Pensamento ou de uma História Intelectual, ou ainda mesmo de pensar uma História Cultural nos velhos moldes, a estudar as grandes correntes de idéias e seus nomes mais expressivos. Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo.

Assim, a História passa a atuar no campo das representações, das produções de significados, na análise e estabelecimento de sistemas de valores e códigos construídos para criar e explicar o real. Neste sentido, a Educação oferece uma oportunidade sem limites para a realização da História. O encontro entre História e Educação se faz nestas condições. O fenômeno educativo, cuja manifestação remonta à origem do homem, passa a desfrutar importância fundamental no

universo da História Cultural. Para esse estudo, vai se utilizar a educação de forma ampla, ou seja, como processo de desenvolvimento físico, moral e intelectual do homem, orientado e observado através de uma das instituições que maiores influências produz nesse processo educativo das sociedades modernas: o ambiente escolar ou acadêmico, já que se trata da educação superior.

È na relação entre essas duas áreas do conhecimento que se constituiu o objeto desse estudo. Deste modo, o objetivo geral da pesquisa se constitui em uma avaliação da importância das faculdades de Direito e da Católica de Filosofia no processo de organização do ensino superior no Piauí. Para concretização desse objetivo, definiu-se como específicos: refletir sobre o processo de organização do ensino superior no Brasil; caracterizar as experiências iniciais de educação no Piauí; analisar o processo de implantação e desenvolvimento das faculdades de Direito e Católica de Filosofia do Piauí.

A tentativa de compreender os alicerces da educação superior do Estado do Piauí, através da instalação dos primeiros centros de educação superior do Estado, faz-se na certeza que se apreenderá mais que o aspecto intelectual produzido naqueles ambientes. Através destas experiências, procurar-se-á observar os sujeitos, as tensões, os consensos, os desejos e tantas outras sensibilidades, sociabilidades e formas de racionalidades que puderam ser produzidas no Piauí do século XX.

Assim, o texto produzido como resultado desse estudo compreende tanto os aspectos relativos a procedimentos específicos à instalação das instituições tomadas para análise quanto à maneira como os atores desse processo se relacionavam com a esses procedimentos. Expectativa tão grande



exige cuidado redobrado no sentido de evitar a tentação de se ir à busca da produção de uma história total dos acontecimentos. Neste sentido, a intenção foi produzir uma análise sem pretensões de esgotar as informações sobre as faculdades e o seu tempo, mas que fosse o resultado da escolha deste pesquisador, na condição de cidadão, sujeito social e aluno do Curso de Mestrado de Educação da Universidade Federal do Piauí.

As escolhas é bom que se diga, nem sempre são realizadas de forma consciente. Muitas vezes elas refletem limitações de ordens diversas: do pesquisador, da estrutura pesquisada ou de outro elemento. O esforço aqui empregado foi facilitado e ao mesmo tempo limitado pelo que o método utilizado nas minúcias das diversas fases possibilitou. Os problemas encontrados foram os identificados por todos aqueles que se aventuram na pesquisa do campo do saber histórico cotidianamente, com certeza um pouco mais acentuado uma vez que se trata, no caso específico, com particularidades de dois campos de saberes bastante complexos: História e Educação.

Confessa-se que não foi uma tarefa simples. O método de observação, a análise e a síntese implicaram uma tarefa constante de identificação, associação e construção, às vezes bastante desafiadora. Mas essa é a natureza da História. Deste modo, a História da Educação Superior do Piauí, na dimensão tomada neste estudo, foi um esforço para conhecer melhor essa coisa em movimento, que é a própria sociedade piauiense.

No processo, a compreensão dos elementos construtivos do ensino superior no Brasil, tornam-se essenciais para identificação de relações passíveis de ser estabelecidas nessa esfera. Esse momento da pesquisa realizou-se com a utilização da literatura produzida na área de História da Educação. Embora não se pretenda retomar o mito das origens nesta análise, cedeu-se ao desejo de ir ao encontro de sua genealogia. A análise dessa parte da literatura procurou olhar as

representações produzidas a respeito dos sentidos que eram atribuídos ao ensino superior no processo de organização da sociedade e do Estado brasileiro; os sujeitos sociais por ela alcançados e os reflexos que produziu no cotidiano dos diferentes sujeitos do contexto retratado.

As fontes secundárias que serviram de amparo à análise do objeto da pesquisa nesse momento foram principalmente: Azevedo (1976; 1964), Cunha (2000; 1983; 1980), Fávero (2003; 2002; 2000, v.1; 2000,v.2; 1996; 1980; 1977), Teixeira (1989), Nagle (2001), Romanelli (2003), Hilsdorf (2003), Lopes (2002; 2001; 2000), Ferreira (2001), Lombardi & Nascimento (2004). Foi realizado ainda levantamento da literatura piauiense que informasse sobre a educação no Piauí e sobre os aspectos considerados relevantes para a compreensão do contexto estudado. Dentre as obras consultadas, tiveram maior destaque os trabalhos de: Odilon Nunes (1974, v.1; 1974, v.2; 1974, v.4); Chaves (1998), Costa (1974, v.1; 1974, v.2), Alencastre (1981), Brito (1996), Queiroz (1998a; 1998b; 1989), Ferro (1996), Freitas (1988) . Neste momento foram incluídos escritos sobre o ensino superior do Piauí, Santos Neto (1998), Passos (2003, 1997), Bello (1981, v. 2 ), Freitas Filho (2003a; 2003b), Ferro (2005), Rêgo; Magalhães (1991), Sousa; Bomfim; Pereira (2000), Ferro (2005), Higino Cunha (1935), Bezerra (2001), Cardoso (2003, 2002), Pereira (2003) e outras obras inerentes ao tema no Piauí.

Para o estudo, não houve a preocupação com o enquadramento da pesquisa em uma corrente teórica específica, pois em alguns instantes da mesma predominam aspectos da abordagem cultural, por exemplo, quando se trata das manifestações intelectuais ou de outras formas de expressão manifestas pelos sujeitos da pesquisa; noutros depara-se com uma abordagem política, quando se relaciona comportamento dos sujeitos diante dos acontecimentos sociais, ou ainda, pode-se estar fazendo história social quando a discussão permite identificar as diferentes condições em que se encontra o povo brasileiro ou mesmo piauiense no momento tratado. Neste sentido, poder-se-ia colocar que, conforme Barros (2004, p. 113-114), estaria sendo realizada uma abordagem de História Social:

[...] a noção de “História Social” também foi vinculada por alguns pensadores e historiadores a uma “história total”, encarregada de realizar uma grande síntese da diversidade de dimensões e enfoques pertinentes ao estudo de uma determinada comunidade ou formação social. Portanto, estaria a cargo da História Social criar as devidas conexões entre os campos político, econômico, mental e outros – o que implica que nessa acepção a História Social deixa de ser uma modalidade mais específica, como qualquer outra, para se tornar um campo histórico mais abrangente que se abriria à possibilidade da mediação ou da síntese... História Social como História da Sociedade [...].

A postura teórica adotada foi amparada pelas diretrizes da História Sociocultural. Tomando por base a dimensão teórico-metodológica informada, desenvolveram-se as perspectivas de educação e de história utilizadas nesse estudo. Educação aqui é entendida como um fenômeno que alcança diversas dimensões da experiência humana.

História se apresenta como a área de produção do conhecimento que tem por objeto “[...] o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da adversidade. [...]” (BLOCH, 2001, p.54).

Assim, a interdisciplinaridade produzida na conexão estabelecida entre conhecimentos de História e de Educação aplicados à análise das trajetórias das Faculdades de Direito do Piauí e Faculdade Católica de Filosofia do Piauí situamos no campo da História Social. A noção de tempo no texto articula mudança e estrutura, sucessão e simultaneidade, como coloca Reis (2005, p. 184) “O tempo histórico é duplo: é a organização que a própria vida coletiva se dá (nesse sentido é um

vivido concreto, efetivo, é uma auto-organização da vida social) e é conhecimento desse vivido”.

Outro elemento importante na identificação do campo da pesquisa foi a noção de fonte trabalhada. Seguindo o padrão adotado pelo comportamento dos pesquisadores modernos, lançou-se mão de testemunhos diretos e indiretos. Os primeiros relacionam a um conjunto de documentos elaborados com o propósito de produzir uma memória sobre a trajetória das faculdades estudadas. Nessa categoria foi utilizada ainda a metodologia da História oral, tendo sido entrevistados sujeitos que viveram na condição de alunos professores ou membros do corpo administrativo das faculdades. O segundo, trata-se de vestígios deixados pelos agentes do processo de constituição da faculdade ao longo de sua existência, sem a finalidade original de se constituir como documento, como exemplo, fotografias, diplomas de alunos e outras que lançaram luz sobre esse momento da história do Estado.

Assim, as fontes documentais, os testemunhos diretos e indiretos utilizados durante a pesquisa, além dos já informados, foram: jornais de circulação estadual na época, especialmente o jornal O DIA; outros periódicos e revistas produzidas pelas faculdades; documentos oficiais

das Faculdades como: atas (da Congregação, Conselho Técnico Administrativo, Concurso de Habilitação, Exames Vestibulares e outras), livros de matrículas, livros de registro de colação de grau, históricos escolares, diários de classe, periódicos acadêmicos, relatórios, requerimentos das entidades educacionais para órgãos oficiais e particulares, Diário Oficial do Estado, leis, decretos, mensagens governamentais, fotografias, depoimentos e outros. A utilização das fontes primárias e secundárias procurou manter preservada a sua forma original já que foi constatado que seu formato não trazia grandes problemas de compreensão e ao mesmo tempo, tentava-se preservar a sua identidade. Logo, segundo Lopes; Galvão (2001, p. 93):

[...] um trabalho é mais rico e mais confiável quanto maior for o número e tipos de fontes a que se recorreu e com quanto maior rigor tenha sido exercido o trabalho de confronto entre elas. Quando mais se dispuser de uma pluralidade de documentos, mais possibilidades se têm de melhor explorá-los, compreendê-los e produzir conhecimento sobre o tema da pesquisa. Cada fonte, cada documento tem um valor relativo estabelecido a partir da possibilidade de coerência com os outros, conforme o trabalho a que é submetido, e das relações (em maior número possível) que o pesquisador consegue estabelecer com informações trazidas por outros estudos sobre o tema, sobre a metodologia e teoria da História.

As fontes foram contempladas nas suas multiplicidades, buscando criar uma visão tridimensional do material estudado. Procurou-se identificar sentidos retratados nos objetos, sujeitos pesquisados e nos documentos produzidos. Recorreu-se a essa documentação, buscando informações que possibilitassem aos profissionais

das áreas de História e da Educação a produção do gozo científico e estético que seduz a imaginação dos homens, em especial daqueles que se apresentam como artífices, construtores de narrativas, de análises dos fatos e acontecimentos realizados pelo homem no tempo. Castanho (2004, p. 59) coloca de forma bastante apropriada a relação pesquisador/fonte:

Mas, como diz uma colega de indiscutida competência na área, Eliane Marta Teixeira Lopes, a fonte é importante na medida em que fornece as informações de que o pesquisador necessita para trabalhá-las com seu referencial teórico, suas categorias, além daquelas que emergem da própria documentação. Não importa se as fontes são primárias ou secundárias, manuscritas ou impressas, escritas ou iconográficas. A informação que dela se retira é que importa, embora por aí não se esteja caindo num império do fato, como pretende a historiografia positivista, mas deva ser ressaltado que a visão de totalidade do historiador é o que confere cientificidade ao acontecimento documentado.

A opção pela utilização de fotografias não tem como finalidade uma presentificação do acontecimento passado, mas alimentar a imaginação em torno do conteúdo analisado. Portanto, nesse trabalho, as imagens utilizadas: prédios onde funcionaram as faculdades, aulas inaugurais, não são meros adereços, pretendem servir à leitura do contexto estudado como qualquer outro texto, integrar-se as outras informações presentes. Borges (2005, p. 18-19), sobre a utilização da imagem na pesquisa histórica, adverte que:

Quando as imagens visuais, dentre elas a fotografia, são utilizadas como fontes de pesquisa histórica, é porque funciona como mediadoras e não como reflexo de um dado universo sociocultural. Integram um sistema de significação que não pode ser reduzido ao nível das crenças formais e

conscientes. Pertencem à ordem do simbólico, da linguagem metafórica. São portadoras de estilos cognitivos próprios.

Por se tratar de um objeto que possui uma temporalidade ainda muito próxima, boa parte dos sujeitos que foram contemporâneos do período ainda se encontram em condições de contar suas experiências. Esse fato possibilitou acrescentar as formas de abordagens já apresentadas, relatos de alguns sujeitos sobre acontecimentos que integram a história das duas faculdades em estudo. As informações obtidas através dos relatos foram associadas, relacionadas e comparadas às obtidas através das outras fontes utilizadas, permitindo, deste modo, que se construísse uma representação ampla e complexa do objeto da pesquisa. A amplitude e complexidade da representação foram possibilitadas, principalmente, pela diversidade de pontos de vista apresentados pelos sujeitos entrevistados sobre um mesmo acontecimento.

O interessante dessa forma de abordagem é que embora recebendo a mesma motivação inicial, cada um dos entrevistados respondeu à sua maneira, revelou aspectos de preferências passadas e das atuais, possibilitando ao pesquisador uma compreensão relevante das nuances em que ocorrem a construção da história. Neste sentido, cada sujeito se deixa mostrar na relação que estabelece com o objeto. Vieram à tona as paixões, as angústias os desprazeres e outras sensibilidades que ligaram o sujeito à “coisa falada”. Essa foi a sensação que se teve ao ouvir os sujeitos da FADI e da FAFI falarem de suas experiências com aquelas instituições de educação superior no Piauí, Portelli (1997, p. 39), sobre a história oral, coloca que:

A história oral não tem sujeito unificado; é contada de uma multiplicidade de pontos de vista, e a imparcialidade tradicionalmente reclamada pelos historiadores é substituída pela parcialidade do narrador. “Parcialidade” aqui permanece simultaneamente como “inconclusa” e como “tomar partido”: a história oral nunca pode ser contada sem tomar partido, já que os “lados” existem dentro do contador. E não importa o que suas histórias e crenças pessoais possam ser, historiadores e “fontes” estão dificilmente do mesmo “lado”. A confrontação de suas diferentes parcialidades – confrontação como “conflito” e confrontação como “busca pela unidade” – é uma das coisas que faz a história oral interessante.

As entrevistas foram organizadas conforme as necessidades surgidas diante do contato com as outras fontes. Para o procedimento, procuram-se informações sobre o momento de participação do

entrevistado no processo analisado e ainda de que maneira o mesmo estava a ele relacionado. Nas entrevistas o objetivo foi deixar o entrevistado liberar suas emoções sobre a experiência narrada, sem um controle exagerado com o que deveria ser falado, mesmo que, algumas vezes, fosse necessário reconduzi-lo ao tema.

A memória liga-se à lembrança das vivências, e esta só existe quando laços afetivos criam o pertencimento ao grupo, e ainda os mantém no presente. Portanto, não é o físico ou territorial que permite a existência do grupo, e, sim, a dimensão do pertencimento social, criado por laços afetivos que mantém a vida e o vivido no campo das lembranças comuns, geradora de uma memória social (FÉLIX, 2004, p.39).

Assim, as entrevistas foram da modalidade não estruturada, pois não havia um roteiro de questões fechadas, mas as indagações foram sendo realizadas na conexão produzida pela fala/objeto da pesquisa. Sobre este tipo de procedimento, Richardson (1999, p. 208) coloca que:

[...] visa obter do entrevistado o que ele considere os mais relevantes de determinado problema: as suas descrições de uma situação em estudo. Por meio de uma conversação guiada, pretende-se obter informações detalhadas que possam ser utilizadas em uma análise qualitativa. A entrevista não estruturada procura saber que, como e por que algo ocorre, em lugar de determinar a frequência de certas ocorrências, nas quais o pesquisador acredita.

O relato oral foi utilizado como recurso, principalmente, onde não foi possível obter as informações pretendidas através de textos escritos. Também foram eficientes para a compreensão de vários desses documentos, garantindo uma certa lógica na leitura e construção da narrativa que compõe o texto que resultou dessa pesquisa.

A documentação escrita foi a fonte mais abundante, porém não se encontra aqui classificada em ordem de importância com relação aos demais testemunhos. A postura adotada com relação a essa documentação foi de fazê-la falar sobre aquilo que interessava à pesquisa, mesmo que nem sempre a informação buscada fosse a pretendida pela a autoria do



testemunho. Foi essa a metodologia utilizada na exploração da documentação escrita anteriormente informada, ou seja, partiu-se do princípio de que a mesma só responderia sobre o que fosse indagado, não trazia *a priori* respostas para as questões que são próprias das demandas do momento, mas que estaria ali para dialogar com o pesquisador a respeito das mesmas. Bloch (2001, p. 78), ao tratar do testemunho escrito, coloca que:

[...]. Em nossa inevitável subordinação em relação ao passado, ficamos [portanto] pelo menos livres no sentido de que, condenados sempre a conhecê-lo exclusivamente por meio de [seus] vestígios, conseguimos todavia saber sobre ele muito mais do que ele julgara sensato nos dar a conhecer. [É, pensando bem, uma grande revanche da inteligência sobre o dado].

A perspectiva temporal que orientou a pesquisa foi a do tempo múltiplo, procurou-se direcionar a construção do texto pautada nas relações estabelecida entre os acontecimentos aqui evidenciados, sem necessariamente, existir um compromisso formal em apresentá-los na seqüência de sua manifestação temporal. Daí que, em algumas partes do texto, é possível perceber uma linearidade dos acontecimentos retratados meros coincidência, que por não ser proposital, considera-se que não é demérito. Em outras, os acontecimentos são apresentados fora da ordem cronológica de suas manifestações. Nesses casos, o critério foi o informado acima, ou seja, as relações entre os episódios discutidos.

Finalmente, é bom que se ressalte que toda a trajetória da pesquisa foi orientada por questões que procuravam estabelecer articulações entre os contextos nacional e local, educação e sociedade piauienses, sujeitos e instituições. Foi esse o eixo

norteador da análise aqui desenvolvida sobre a trajetória das faculdades de Direito e Filosofia do Piauí, de suas instalações até a suas integrações para a instituição da primeira universidade do Piauí: A Universidade Federal do Piauí, no início da década de 70.

## CAPÍTULO II

### UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR DO BRASIL

A literatura relacionada ao ensino superior no Brasil mostra que os alicerces dessa modalidade de ensino foram implantados no Período Colonial (1500–1822) pelos jesuítas<sup>1</sup>, personagens de uma importância singular na historiografia do Brasil, foram ao mesmo tempo catequizadores, educadores e sujeitos, ligados a atividades econômicas, como por exemplo, no Piauí, proprietários de currais – fazendas de gado.

A importância desse grupo na formação educacional e religiosa dos que viveram na América portuguesa, nos seus primeiros tempos de ocupação, ampliou-se na medida em que, o processo colonial foi ganhando corpo com a instalação de feitorias, arraiais, vilas e outros núcleos populacionais e econômicos. Porém, o peso da participação dos jesuítas na educação colonial, embora possa estar também relacionado ao ensino superior, fez-se principalmente na instalação de núcleos educacionais elementares, ou seja, que tinham como principal objetivo ensinar os filhos dos colonos e o gentio a “ler e escrever”, lançando as bases educacionais no Brasil. A esse respeito Azevedo (1976, p.10) coloca que:

Falar das primeiras escolas do Brasil é, de fato, como escreve Serafim Leite, “evocar a epopéia dos jesuítas do século XVI”, em que lançaram, entre perigos e provações, os fundamentos de todo um vasto sistema de educação que se foi ampliando progressivamente com a expansão territorial do domínio português. Para se ter idéia do plano que traziam e da rapidez com que entraram em ação, basta lembrar, com Serafim Leite, que na Bahia, “enquanto se fundava a cidade de Salvador, quinze dias depois de chegarem os jesuítas, já funcionava uma escola de ler e escrever [...], que eles haviam de manter inalterável através dos séculos de abrir sempre uma escola onde quer que erigissem uma igreja. O mestre dessa primeira escola foi Vicente Rijo ou Rodrigues..., historicamente o primeiro mestre-escola do Brasil, a quem consagrou mais de 50 anos de uma vida entrecortada de trabalhos e doenças – e benemerências”.

---

<sup>1</sup> Religiosos pertencentes à Companhia de Jesus, também chamada de Sociedade de Jesus, fundada por Inácio de Loyola em 1534, no contexto das Reformas Religiosas e da difusão do protestantismo no mundo. Desenvolveram relevantes papéis na catequese e no ensino nas regiões coloniais, como também em atividades econômicas nas colônias. Esses negócios coloniais contribuíram para criar inimigos, favorecendo sua expulsão dos domínios portugueses em 1759.

A compreensão da ação jesuítica no campo educacional é essencial para traçarmos quaisquer entendimento sobre o sistema educacional brasileiro, em todos os níveis. Por isto se torna essencial no trabalho como este, uma breve análise da atuação dessa ordem no Brasil.

## 2.1 Educação jesuítica: antecedentes do ensino superior do Brasil

O primeiro núcleo escolar implantado no Brasil deve-se, portanto, ao esforço dos jesuítas que buscaram desenvolver um sistema educacional que primava pelos dogmas da Igreja Católica.

Aliás, eram os únicos *centros de cultura* que a Colônia possuía, porque a Coroa portuguesa nunca permitiu que no Brasil se fundasse uma universidade ou curso de ensino superior. [...] A primeira escola de ‘ler e escrever’ é atribuída ao irmão Vicente Rodrigues, jesuíta, de quem fala o padre Nóbrega em carta de 10 de abril de 1549, pouco tempo depois de sua chegada ao Brasil (MATOS, 2001, p.138).

Como exemplos de instituições escolares criadas pelos jesuítas, temos o Colégio da Bahia, surgido por volta de 1550. Na época, a Bahia era sede do Governo Geral, que se originou da experiência escolar jesuítica do “Colégio dos Meninos de Jesus”, fundada em 1549. A princípio funcionou como uma espécie de seminário para o clero diocesano, logo depois receberam elementos leigos, no caso filhos dos primeiros colonos. O outro exemplo foi o Colégio de São Paulo ou Colégio de Piratininga, em 1554, estabelecimento de vida turbulenta devido a algumas transferências motivadas pela de questão climática da região e razões de cunho financeiro para a manutenção da instituição religiosa educacional. (AZEVEDO, 1964; MATOS, 2001).

A Companhia de Jesus também foi responsável pelo planejamento e implantação do primeiro programa pedagógico dessa terra. O referido instrumento educacional esboçava em diretrizes globais a estrutura de ensino-escolar do período: a *Ratio Studiorum atque Institutio Societatis Jesu*, ou

simplesmente, a *Ratio Studiorum*. Essas não eram normas criadas para ser aplicadas apenas onde se fazia a presença jesuítica, mas, uma referência que deveria servir de modelo em todos os locais onde se desenvolvesse uma ação de catequese ou educacional. A *Ratio Studiorum* era um manual que continhas diretrizes de comportamento, metodologia, desempenho, hierarquia de professores e membros da ordem religiosa. Esse conjunto de normas e procedimentos orientou a construção das relações entre aqueles que pertenciam aos setores sócio-culturais em evidência da época, bem como dos próprios jesuítas com a população indígena da colônia.

A organização educacional implantada pelos jesuítas iniciava-se com as primeiras letras, momento em que o aluno deveria aprender a ler, escrever, contar e ainda ter acesso aos princípios da doutrina religiosa cristã, sendo esta última a espinha dorsal do projeto educacional dirigido pelos religiosos. Na segunda fase, caracterizada como sendo cursos das áreas de humanidades, eram inseridas a Gramática, Retórica e as disciplinas das Humanidades (ministradas em latim). Uma alternativa para aqueles que já haviam concluído o ensino elementar era o curso de Artes, ou seja, de Ciências Naturais ou curso de Filosofia. Este se caracterizava como o mais completo, tinha a duração de três anos, contemplava a Lógica, Física, Matemática, Ética e Metafísica. “Aristóteles era, como em todos os colégios, o principal autor estudado. Esse curso conferia os graus de bacharel e licenciado” (CUNHA, 1980, p. 28).

O Curso de Teologia, com duração de quatro anos, estava organizado em duas partes: teologia moral (lição de casos, ética do cotidiano) e teologia especulativa (dogma católico). No final, o curso conferia o grau de doutor (CUNHA, 1980). O tempo necessário a sua conclusão, a estrutura organizacional e à própria profundidade em que eram tratados os temas permite que se possa associar aos mesmos as primeiras experiências com o ensino superior do Brasil, ou seja, colocar esses cursos como a raiz de alguns cursos superiores que seriam implantados mais tarde na América Portuguesa, especialmente para a preparação do clero.

Os cursos administrados pelos jesuítas para leigos funcionavam em colégios para estudantes externos; os seminários, criados para o ensino e preparação do clero, funcionavam

sob o regime de internato. As escolas poderiam ser fixas ou “ambulantes”, sendo que no segundo caso estavam relacionadas às missões. Essas eram experiências destinadas à catequese do povo gentio e em termos de educação não possuíam o padrão que alcançado pelos cursos desenvolvidos na colônia para os colonos e os que pretendiam seguir a carreira eclesiástica. Tais missões funcionavam com o objetivo de favorecer o encontro entre as duas culturas em contacto, sendo que para isso a *Ratio Studiorum*, para o Brasil, determinava que:

[...] o ensino das línguas grega e hebraica, previsto na *Ratio Studiorum*, foi substituído pelo tupi-guarani, de modo que os estudantes que viessem a se tornar padres dominassem o idioma dos índios, principal alvo das missões. Mantinham-se, no entanto, os autores latinos no ensino de humanidades (CUNHA, 1980, p. 28).

Para ampliar as oportunidades educacionais aos filhos da elite buscaram, a partir de 1662, junto à Coroa portuguesa, o reconhecimento dos cursos aplicados na Bahia. Somente “[...] em 1689, através de uma carta régia, deu estatuto civil aos colégios jesuítas no Brasil (CUNHA, 1980, p.33). Os estudantes egressos das escolas existentes na colônia graduados em Filosofia, alcançaram o direito de poder dar continuidade aos estudos nas instituições de ensino da Europa sem o prévio o exame de equivalência. Desta forma, ficava garantido àqueles estudantes que terminassem os estudos no Brasil e que possuíssem recursos que lhes favorecessem arcar com os custos econômicos de uma educação fora das muralhas coloniais, a oportunidade de freqüentar as grandes universidades européias, (AZEVEDO, 1964; CUNHA, 1980).

Outras medidas foram implementadas pelos jesuítas com relação ao ensino superior na colônia, é o que pode ser constatado no fragmento de texto que segue:

Em 1572, em Salvador, foram conferidos os primeiros graus de bacharel aos alunos que começaram o curso em 1572. Nove anos depois, cinco desses bacharéis, em cerimônia aparatosa, recebiam a láurea de doutor. A idéia da transformação do Colégio em Universidade começou a germinar em 1583, não tendo vingado, apesar de em 1597 o provincial Pero Rodrigues haver obtido de Roma autorização ao Colégio para conferir graus acadêmicos (LOUREIRO, 1990, p. 417).

No entanto, o processo de organização da estrutura escolar brasileira iniciado pelos jesuítas, sofreria um profundo golpe com a política centralizadora do ministro do reino, Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal), ao estabelecer e por em prática a expulsão dos jesuítas do Brasil, a 3 de setembro de 1759. Embora o projeto jesuíta de ensino

favorecesse, em grande medida, aos interesses da elite colonial, é inegável o prejuízo que o ato governamental que pôs fim à presença dos jesuítas no Brasil causou à cultura escolar brasileira que se iniciava. Azevedo (1976, p. 47), reportando-se à situação coloca que:

Em 1759, com a expulsão dos jesuítas, o que sofreu o Brasil não foi uma reforma de ensino, mas a destruição pura e simples de todo o sistema colonial do ensino jesuítico. Não foi um sistema ou tipo pedagógico que se transformou ou se substituiu por outro, mas uma organização escolar que se extinguiu sem que essa destruição fosse acompanhada de medidas imediatas, bastante eficazes para lhe atenuar os efeitos ou reduzir a sua extensão.

Em termos práticos, o exposto acima, mostra que toda a estrutura escolar iniciada pelos jesuítas no Brasil e no resto dos domínios portugueses sofreu com essa determinação do Marquês de Pombal. As residências educacionais, missões, colégios e seminários foram confiscados pelo governo português sem que uma alternativa à altura fosse apresentada nesta área pelo menos para a colônia. Ainda sobre os efeitos da expulsão dos jesuítas para a cultura escolar da colônia, Rossoto (1998, p. 108) coloca que “Isso é válido especialmente para o ensino superior”, pois tal medida criava dificuldades ao estabelecimento de uma estrutura que favorecesse à implantação do ensino superior do Brasil.

Somente a partir de 1772 foram tomadas algumas medidas que visavam reorganizar o ensino no Brasil. Dentre as atitudes adotadas estava a criação de um “subsídio literário”, uma espécie de imposto educacional aplicado tanto na metrópole, quanto na colônia, uma ajuda financeira para a educação, principalmente na manutenção das escolas primárias (AZEVEDO, 1976). O imposto, relacionado à manutenção da educação, incidia sobre produtos como: carne verde, vinho, vinagre e aguardente, “Se houvesse excedente de receita, deveria ser remetido a Portugal para lá ser aplicado no ensino superior ou acadêmico” (ALMEIDA, 2000, p.38). Ainda assim, as tentativas de implantação do ensino foram bastante acanhadas, tanto com relação ao ensino básico como no que toca ao Ensino Superior. No que diz respeito à mudança no ensino, a literatura sobre o tema mostra que neste período foram criados cursos isolados de matérias, com uma fisionomia fragmentada, que eram as aulas régias. Tal medida demonstra que não existia da parte do governo português interesse em favorecer o estabelecimento das bases de uma estrutura de ensino consistente na colônia, é o que coloca Almeida (2000, p. 37) a seguir:

O governo colonial do Brasil, ao contrário dos governos coloniais de outros povos como o da Espanha, sempre foi hostil ao desenvolvimento da instrução pública e – salvo raras exceções – sempre reprimiu a expansão do espírito nacional. Deste os fins do século XVIII, vê-se despontar, nas

instruções do governo metropolitano, o temor da futura independência da colônia.

O projeto político metropolitano dirigido para a colônia não era compatível com uma sociedade formada por cidadãos cultos, cientes dos seus direitos e deveres. A educação escolar, como um meio através do qual as sociedades podem desenvolver sistemas de valores e condições que habilitem seus sujeitos a assumirem uma postura ativa, seria uma ameaça à política metropolitana na colônia. Deste modo, protelou-se, ao máximo, a tomada de medidas que favorecessem o desenvolvimento de uma cultura escolar intracolônia que pudesse alcançar setores da sociedade colocados como potenciais perigo à ordem estabelecida (HILSDORF, 2003).

Uma mudança significativa somente iria ocorrer a partir do início do século XIX quando a França decretou o Bloqueio Continental à Europa, proibindo os países a ela aliados manterem relações comerciais com a Inglaterra. Neste período, Portugal mantinha grandes ligações econômicas e políticas com a Inglaterra, o que o colocou sob a mira da artilharia francesa. Impossibilitado de romper os laços comerciais com a Inglaterra e tendo sua soberania ameaçada, o governo português não teve outra saída senão a transferência da corte portuguesa para o Brasil, transportando dessa forma boa parte de sua estrutura administrativa para o continente americano.

A transferência da corte portuguesa para o Brasil exigiu uma série de medidas político-administrativas que alteraram profundamente a estrutura colonial. No campo da educação, foram criadas algumas instituições de ensino para as primeiras letras e instalaram-se as primeiras academias isoladas de ensino superior, que tinha como principal critério a formação de profissionais (CUNHA, 2000).

## **2.2 A Educação Superior do Brasil**

O governo português sempre hesitou em atender às solicitações a respeito da instituição de uma educação superior na colônia, pois tinha temor que a mesma pudesse operar em favor da constituição de uma situação que favorecesse a independência colonial. Os filhos da aristocracia local, conforme visto anteriormente, ao terminarem seus estudos nos



colégios de orientação jesuítica, deslocavam-se para a Europa com a finalidade de dar continuidade à sua formação escolar, dirigindo-se principalmente para a Universidade de Coimbra, em Portugal, onde normalmente procuravam áreas como Teologia ou Direito (Canônico ou Civil) e Medicina, ou outras instituições superiores da Europa.

Tendo a elite colonial condições de custear as despesas de seus estudos na Europa, preferia oportunizar o contato com a cultura daquele continente, para que melhor preparasse a defesa dos interesses do seu grupo no retorno a essa terra. Assim, sem uma participação efetiva da elite, no sentido de implantar na colônia portuguesa uma educação de nível superior, somente no século XIX foram instalados os cursos isolados nesta parte da América.

Vale ressaltar que a transferência da corte portuguesa para o Brasil e a conseqüente elevação da colônia à categoria de Reino Unido no início dos anos oitocentos, do século passado, garantiu à mesma, o surgimento de uma nova estrutura administrativa sem que no entanto fosse necessário afastar os velhos personagens. Transferida de Portugal e aperfeiçoada nos trópicos, vê-se configurar no Brasil uma burocracia conservadora e elitista, que por longos anos deterá a hegemonia da sociedade brasileira.

Chegando ao Brasil, D. João VI procurou organizar a instrução pública<sup>2</sup>, reservando esta responsabilidade ao Conde da Barca que buscou com outras autoridades estruturar um projeto para o ensino na colônia. Com a supervisão do próprio monarca, tal tentativa tinha a finalidade de estruturar a instrução pública em quatro graus ou classes<sup>3</sup>. O primeiro grau estava relacionado ao ensino elementar e primário. O segundo grau era uma continuidade do primeiro com aprofundamento das matérias, porém, acrescentando conhecimentos que fossem úteis para agricultores, artistas, operários e comerciantes (ALMEIDA, 2000).

As escolas de terceiro grau, os denominados Liceus, buscavam o conhecimento científico para a literatura e as demais ciências. Ao quarto e último grau, estavam relacionados o ensino das ciências abstratas, morais, e políticas. Claro que este projeto não chegou a vigorar por vários motivos, entre eles o temor àquilo que esta mudança poderia

---

<sup>2</sup> O termo Instrução Pública foi à designação que substitui as aulas régias, aplicadas no momento de transferência da família real para o Brasil. O termo Educação só seria empregado pela historiografia educacional a partir do século XX, com o regime republicano, após as mudanças advindas com a Revolução de 1930.

<sup>3</sup> Para se aprofundar ver, ALMEIDA, José Ricardo Pires de. Instrução Pública no Brasil (1500-1889) – História e Legislação. 2.ed. São Paulo: Educ, 2000. p. 49-52.

trazer, do ponto de vista ideológico com a manifestação de ideais de liberdade e ainda a falta de estrutura evidenciada na carência de pessoas habilitadas para tal envergadura.

É neste cenário que ocorre a criação das instituições que figurarão como as primeiras iniciativas do ensino superior no Brasil, por parte do governo português: Escola Médico-Cirúrgica da Bahia (1808); Escola Cirúrgica, Anatômica e Médica do Rio de Janeiro (1809); Academia Real de Belas-Artes (1816); Academia da Marinha (1808); Academia Real Militar (1810), até porque antes só existiam cursos de humanidades. As instituições de ensino criadas neste período estavam todas localizadas nas áreas de prestígio econômico e político da colônia, como a Bahia e Rio de Janeiro, favorecendo prioritariamente ao atendimento dos interesses da elite colonial que ali vivia.

As demais áreas do Brasil ficaram à margem das mudanças educacionais que foram implementadas pelas medidas governamentais do Estado português no Brasil. No Nordeste, apenas a Bahia e Pernambuco puderam ser agraciados com as decisões iniciadas no campo do ensino superior. O Piauí, economicamente não tinha muitos atrativos, possuía uma elite pouco afeita ao debate educacional. Aqueles que primavam por uma educação de melhor qualidade para seus filhos, sem sombra de dúvidas não hesitavam, em mandá-los para fora da capitania.

No Brasil pós-independente, durante o Primeiro Reinado (1822-1831), deu-se a instalação de dois cursos jurídicos em: São Paulo e Olinda (1827). Os critérios utilizados para a escolha dos locais onde funcionariam os cursos foram o aspecto demográfico e suas representações políticas e econômicas, como, por exemplo, suas participações no processo e consolidação da independência (BASTOS, 1978). A criação do curso de Direito, “[...] completava a tríade dos cursos profissionais superiores que por tanto tempo dominaram o panorama do ensino superior no país: Medicina, Engenharia e Direito” (CUNHA, 2000, p. 154), possibilitando ascensão política, social e cultural daqueles a que eles tinham acesso. O curso de Medicina tinha sua base nas cátedras instaladas na Bahia e Rio de Janeiro. O curso de Engenharia, centrado na Escola Nacional de Engenharia que tinha origem na Academia Real Militar. Possuía, além da finalidade de proporcionar conhecimento bélico, uma destinação civil. Esta

instituição escolar depois passou a denominada de Escola Central e, por último, Escola Politécnica.

O ensino jurídico no Brasil teve início em 1827. Pode-se atribuir a demora com relação à instalação dos cursos jurídicos a elementos relacionados à burocracia da Coroa Portuguesa com relação à Colônia. Os cursos jurídicos poderiam operar na condução de uma mentalidade de liberdade, o que era um risco para a política metropolitana, pois além de agir no campo das idéias dos cidadãos coloniais, também possibilitaria a formação de uma elite afeita apenas ao panorama da Colônia, sem influência direta da elite intelectual e política portuguesa. Ademais, a elite colonial, nos diversos ciclos de sua organização econômica e social, possuía recursos suficientes para educar seus filhos na Europa, especialmente na Universidade de Coimbra.

Ao retornar para o Brasil, os filhos da elite colonial traziam na sua bagagem grande parte dos valores da cultura e da política lusitana, o que lhes abria caminho para participarem da burocracia administrativa que atuava na colonial. O prestígio social e político dos bacharéis, ampliou-se durante o Império. Todo grande fazendeiro procurava ter na família um filho ou pelo menos um genro bacharel em Direito, pois isso o colocava em

posição favorável dentro do quadro político das províncias. José Murilo de Carvalho (2002, p.16) ao falar do empenho apresentado pelos fazendeiros para casarem suas filhas com esses profissionais, coloca que esse comportamento pode ser classificado como:

[...] a genrocracia, de que falou Gilberto Freyre, a prática de fazendeiros procurarem bacharéis promissores, mesmo que de fortuna modesta, para com eles casarem suas filhas. Esperavam como isso ganhar prestígio social e voz na política.

E ainda sobre os bacharéis, serão um grupo privilegiado que iriam assumir posições centrais dentro do quadro burocrático brasileiro, como podemos verificar em Queiroz (1998b, p.184).

[...], a instituição e a formação do ensino jurídico no Brasil, logo na década de 1820, tem o sentido de suprir os quadros burocráticos do governo e de superar a mentalidade regalista originária da formação bacharelesca coimbrã. Os quadros têm de ser nacionais no duplo sentido da formação específica e do ideário político, em reforço a esse nacionalismo em construção. As escolas jurídicas darão conta com perfeição desses objetivos correlatos e torna-se-ão lugares privilegiados de onde sairão não apenas burocratas, magistrados, juristas, mas essencialmente políticos do alto escalão imperial – conselheiros, presidentes de províncias, ministros. Tanto na instância do governo central quanto dos governos províncias dos cargos e funções de maior expressão são ocupados por bacharéis, especialmente bacharéis em Direito.

A atuação social desses bacharéis e o prestígio político que alcançavam era, em grande parte, decorrente dos diferentes espaços abertos à sua atuação em um Estado em processo de organização e com poucos homens especializados para as funções emergentes. Deste modo, é possível encontrá-los fazendo parte do mundo

jurídico, do político, nos jornais de circulação da época e ainda nos vários níveis do magistério.

Assim, a criação dos cursos jurídicos no Brasil, além de criar uma elite jurídica nacional, formou um tipo de profissional que amenizava deficiências verificadas em várias dimensões da sociedade brasileira. Não restam dúvidas de que a pouca estrutura ainda presente no país recém-liberto impossibilitava uma formação mais aprimorada a esses bacharéis, que terminavam por desenvolver suas habilidades muito mais através das variadas atividades que a situação os levava a exercer. No campo do magistério, a sua presença vai ser dominante, até que se inicie o processo de formação de profissionais pelos cursos de licenciatura que aos pouco se vão sendo instalados em todo o país.

A partir de então, as reivindicações daqueles que possuíam uma maior identidade com o ensino superior giraram, principalmente, em torno de algumas medidas em prol da instalação de uma universidade no Brasil. Tais reivindicações foram tímidas no sentido de conservação das instituições já existentes e implantação de alguns novos estabelecimentos. A literatura sobre o tema informa que no período, houve um maior empenho apenas para a criação das Escolas de Minas de Ouro Preto (1871), Escola de Belas Artes da Bahia (1880) e Escola Politécnica da Bahia em 1887. Essa foi a principal pauta de reivindicação educacional no que diz ao ensino superior tanto no Primeiro Reinado (1822-1831), como no Período Regencial (1831-1840), quanto no Segundo Reinado (1840-1889). (FÁVERO, 2000; ROSSOTO, 1988).

As ações voltadas para a criação de uma universidade no Brasil sempre depararam-se com muita resistência por parte daqueles que representavam os

interesses da estrutura político-social hegemônica. Vale lembrar que mesmo antes da instituição do Estado brasileiro já havia iniciativas com esse intuito. Durante o período em que a educação colonial esteve sob a responsabilidade dos jesuítas, tentativas foram feitas, mas encontraram resistência por parte coroa portuguesa. A segunda tentativa ocorreu no contexto da Conjuração Mineira de 1789, onde pode ser identificada como uma das metas traçada pelos conjurados para a independência, a criação de uma universidade em Vila Rica. Esse movimento contou com participação de vários intelectuais portadores de uma educação adquirida em universidades européias, principalmente egressos das universidades de Coimbra e Montepeller, portanto bastante influenciados por uma vivência institucional típica das grandes universidades do momento.

Com a transferência da sede do governo português para o Brasil foi feita uma nova tentativa, como demonstra Souza Campos citado, por Fávero, no fragmento de texto abaixo:

O comércio da Bahia, interessado que se estabelecesse naquela cidade a sede do governo da Metrópole, ofereceu-se para construir o palácio real, reservando ainda a soma de 80 contos, considerável naquele tempo, para que se fundasse ali uma Universidade [...] Não aceito o Príncipe Regente nem uma, nem outra oferta, fazendo-se de velas para o Rio de Janeiro (SOUZA CAMPO apud FÁVERO, 2000, p.18).

Outras tentativas<sup>4</sup> ocorreram, como já falamos, no Primeiro Reinado. Durante os trabalhos da Assembléia Constituinte de 1823, vários debates foram produzidos com a finalidade de defender a criação de uma universidade no Brasil. Alguns parlamentares assumiram posição fundamental nesse sentido, dentre eles José Feliciano Fernandes Pinheiro (futuro Visconde de São Leopoldo), patriarca do Ensino Superior no Brasil (LOUREIRO, 1990). Durante a Regência, não ocorreram alterações significativas no Ensino Superior, o Ato Adicional de 1834, dava à Constituição traços de federalismo, que através das

---

<sup>4</sup> “Foram várias as demais tentativas inclusive no próprio período anterior da primeira constituição de 1824. (Fávero, 2000, p. 17-28).

Assembléias Provinciais poderia legislar em assuntos relativos a educação, todavia a esfera nacional, tinha o poder de conferir os títulos acadêmicos conferidos nas províncias.

No período monárquico, o término da tentativa vai ocorrer na última Fala do Trono em 1889, momento em que a proposta era a criação de uma universidade no Norte e outra no Sul do País. Como nos anteriores, neste momento também não logrou êxito, embora existissem condições mais favoráveis que nos momentos anteriores, pois vivia-se no País o que se denominava de “Império das Letras”, como ficou conhecido o Segundo Reinado, em função do grande interesse e incentivo à cultura demonstrado pela pessoa de D. Pedro II. O nascimento da primeira universidade brasileira só iria ocorrer no período republicano.

O regime republicano nasceu cheio de expectativas de que ocorreriam mudanças profundas no cenário sócio-político brasileiro. No aspecto educacional, a esperança era no sentido de que a nova conjuntura política viabilizasse as transformações que o regime monárquico não fora capaz de realizar. Essas esperanças, contudo, vão confrontar-se com a ideologia política que norteou o novo regime nos seus primeiros tempos, o positivismo. Benjamin Constant, ideólogo do regime republicano no Brasil e Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos de 1890 a 1891, e um dos principais propagadores do positivismo na definição do modelo republicano brasileiro, não era muito afeito à idéia de universidade. Primando por uma educação mais técnica e menos ideológica, defendeu como prioridade a criação de escolas técnicas ao invés de universidades.

Mesmo priorizando o ensino técnico, durante o seu mandato, ocorreu a ascensão e expansão das escolas superiores livres, ou seja, as instituições particulares. Neste contexto, como no período anterior, o bacharel em Direito desfrutou de grande projeção social, especialmente porque foi peça fundamental para a composição da burocracia do Estado republicano. Os cursos de Direito, Medicina e Engenharia continuaram a desfrutar de grande prestígio social, seja pela possibilidade de ascensão que os mesmos

permitted, be by the capacity of infiltration in the bureaucracy of the State that favored, maintaining as well the faculties where the same were settled. The elite, as in the conjunctures anterior, used these courses as one of the instruments of accommodation to the republican regime.

It became each time more evident that Brazilian society needed the installation of universities that could glue the courses already existing and expand access to sectors of society that had not yet been contemplated by the structure of higher education in force in the Country. In this way, the struggle for the creation of a Brazilian university can be identified already at the beginning of the republican period in 1892, through the project of the deputy Pedro Américo. In this context, several attempts of installation of university centers in Brazil, hindered by the permanence of remnants of conservatism, inherited from the Colonial and Imperial experience.

The first experience of creation of a Brazilian university dates from 1909, in Manaus. Its installation was related to the rubber boom and, as such, it failed to survive. The decline of the rubber cycle had a profound impact on the University of Manaus, which fell into crisis for lack of resources for its maintenance, leading to its dissolution in some faculties. São Paulo also lived a failed experience in this period. According to Brandão (1997, p. 19) “the University of São Paulo, which has nothing to do with the current USP, was founded in 1911, inaugurated a year later”, it survived until 1917. The third experience occurred in 1912, in Paraná, resulting from the articulation of various sectors of society. This, however, did not have more luck than its contemporaries, falling into dissolution in various faculties, with the exception of the University of São Paulo, “[...] of it only remained a single higher school that served as the nucleus of another future university” (CUNHA, 1980, p. 184).

The first lasting experience would only arise in 1920, with the creation of the University of Rio de Janeiro. This university originated through



do processo de aglutinação de faculdades existentes, modelo que servira como base para a constituição da maioria das universidades que iriam surgir no País a partir daquele momento.

Fávero (1977, p. 28), a esse respeito, coloca que:

Na história da educação brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro é considerada a primeira instituição universitária, criada pelo Governo Central. Foi instituída em 1920, pelo Decreto n.º 14.343, do Presidente Epitácio Pessoa e referendado pelo Ministro Alfredo Pinto. [...] ficou constituída por algumas Faculdades profissionais já existentes na Capital - as Faculdades de Medicina e de Direito e a Escola Politécnica.

Essa primeira experiência positiva iria motivar as tentativas de ampliação do ensino superior no Brasil, apesar da chuva de normas estabelecendo as condições para a implantação e regulamentação das instituições superiores no país. A legislação relativa ao ensino superior durante a Primeira República promovera mudanças constantes em sua estrutura organizacional. Fávero (2000, p. 24), coloca que “[...]. De 1889, até a Revolução de 1930, o ensino superior sofreu várias alterações em consequência da promulgação de diferentes dispositivos legais”.

Embora as dificuldades existentes nos anos anteriores não estivessem todas superadas, o processo que se iniciava era irreversível. Uma nova onda cultural tomava conta da sociedade brasileira, favorecendo a manifestação e o fortalecimento de diversas experiências relacionadas a essa área. Como exemplos podem ser citadas a Semana de Arte Moderna que promoveu uma discussão sobre a cultura brasileira e sua identidade nacional e a criação da Academia Brasileira de Ciências (ABC), ambas em 1922, em São Paulo e, ainda a Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, no Rio de Janeiro. Tais acontecimentos iriam ampliar a discussão em torno da ampliação do acesso à educação superior no Brasil, mobilizando setores alijados desse processo até aquele momento.

Nesse contexto, a última década da Primeira República apresenta-se marcada pelo aumento da demanda por educação superior, em decorrência das transformações econômicas, políticas, culturais e institucionais em processo no País (CUNHA, 1980 apud FÁVERO, 2000, p. 27. v. 1).

Essa foi a tônica que marcou o ensino superior durante as três primeiras décadas da República, período em que outras reivindicações passaram

a fazer parte do cenário da educação superior. Nagle (2001, p. 161), em seu livro *Educação e Sociedade na Primeira República*, coloca que:

O que vai distinguir a década final da Primeira República é uma preocupação constante com a implantação do regime universitário no país, o único capaz de preparar eficazmente as “verdadeiras elites dirigentes” para realizar as novas tarefas impostas pelas exigências do mundo contemporâneo.

A Revolução de 1930 propiciou mudanças estruturais no País que iriam repercutir na educação. O processo político que levou Getúlio Vargas ao poder exigiu novos arranjos políticos, entre eles a nomeação de militares como interventores federais nos estados. Mais uma vez a estrutura de governo foi montada para atender aos interesses particulares da elite que assumia a direção do País. Segundo Fausto (1995, p. 336-337), no projeto político do novo governo, a educação assumia função central.

Os vencedores de 1930 preocuparam-se desde cedo com o problema da educação. Seu objetivo principal era o de formar uma elite mais ampla, intelectualmente mais bem preparada. [...] A partir de 1930, as medidas tendentes a criar um sistema educativo e promover a educação tomaram outro sentido, partindo principalmente do centro para periferia. Em resumo, a educação entrou no compasso da visão geral centralizadora. Um marco inicial desse propósito foi a criação do Ministério da Educação e Saúde, em novembro de 1930.

Logo, essa nova postura começa a irradiar para os estados da federação e a contribuir para alterações em torno da educação daquelas entidades. Entre as mudanças ocorridas nos estados, estava à criação de algumas faculdades, como foi o caso do Piauí, ao criar sua primeira instituição de ensino superior: a Faculdade de Direito do Piauí (1931).

Como pode ser percebido, dentre as medidas adotadas pelo governo Vargas para por em prática o seu projeto de governo, estava o estímulo à educação do País. Nesse período, deu-se a

instalação de faculdades em diversos Estados com o objetivo de preparar, com melhor qualificação, profissional que atuariam em setores considerados estratégicos para o projeto de governo em vigor. Assim, sugeriam as Faculdades de Filosofia, que objetivavam assegurar a formação do corpo docente do ensino secundário, preparando esse segmento da sociedade para um melhor desempenho nas novas condições do mercado do trabalho. As criações das faculdades de Filosofia prestariam grandes serviços nesse sentido, pois surgiam colocando em funcionamento além do Curso de Filosofia, cursos que habilitavam para o magistério como, por exemplo, Letras, Geografia, História, Matemática, Física e outros.

Sem desconsiderar a experiência jesuítica no ensino de Filosofia e Letras, no período colonial, que podemos apontar como os primeiros ensaios de ensino superior nessas áreas, a idéia de se criar uma Faculdade de Filosofia no Brasil remonta ao início do século XX. O projeto foi idealizado pela Igreja Católica no Brasil, como podemos acompanhar no fragmento a seguir.

Ainda em 1908 é fundada, no Mosteiro Beneditino de São Paulo, a primeira Faculdade de Filosofia do Brasil, agregada à Universidade de Louvain. Em atendimento ao II Congresso Católico, é feita também, nesse mesmo ano uma tentativa de fundação de universidade católica. O Seminário Arquidiocesano de São Paulo recebe de Santa Sé o título de Pontifícia Faculdade de Filosofia e Letras, funcionando sob essa denominação durante seis anos. Mas esta tentativa foi suspensa, devido à dispersão dos professores estrangeiros, em consequência, da I Guerra Mundial e de outros incidentes (FÁVERO, 1980, p. 35).

Assim, a retomada do projeto de instalação das faculdades de Filosofia no Brasil, toma força no contexto das transformações provocadas pela Revolução de 1930 que, embora estimulando principalmente o surgimento de cursos técnicos, que preparassem para o setor industrial em expansão em algumas regiões do País, também fomentou a instalação de cursos que orientavam uma formação mais geral, como eram os casos daqueles voltados para as ciências do homem.

As diretrizes educacionais do novo governo estavam para além da criação de um ministério específico para essa área. As mesmas estavam balizadas em uma política que objetivava transformações profundas, em especial no ensino superior. Podemos apontar como alterações do período a criação do Conselho Nacional de Educação e a instalação do Estatuto das Universidades Brasileiras (1931). O último tinha como finalidade básica reorganizar a Universidade do Rio de Janeiro, que passaria a ser modelo para suas congêneres, e a normatizar o sistema universitário brasileiro e todo o ensino superior aplicado pelos demais estabelecimentos superiores federais - oficiais ou particulares - livres, (FÁVERO, 2000).

A Reforma Francisco Campos, como ficaram conhecidas as mudanças acima informadas, mostrou-se estar em consonância com os interesses da elite nacional, pois não apenas reorganizou a estrutura educacional, favorecendo a criação de novos estabelecimentos como também criou subsídios para todas as modalidades de ensino. Essas mudanças, embora tenham

contemplado os interesses das camadas mais favorecidas economicamente foram profundamente limitadoras para as camadas populares, de onde saía a clientela principal dos cursos profissionalizantes que se encontravam, pela Reforma, desarticulados com os critérios necessários ao acesso às instituições superiores. É o que pode ser identificado no texto abaixo.

[...] a Reforma Francisco Campos mostrou-se profundamente elitista não só pela introdução de um currículo sofisticado que veio a ser chamado de enciclopédico como também pelas rigorosas exigências de avaliação escolar. [...] os cursos profissionais, à exceção só do comercial, permaneceram desarticulados do ensino secundário e impossibilitados de dar acesso aos cursos superiores, razão pela qual dos decretos<sup>5</sup> de Francisco Campos não deram conta de superar a antiga tendência para a escolha das profissões liberais, ensejando maior demanda dos cursos “acadêmicos” – que permitiam acesso às carreiras superiores (MORAIS, 1989, p. 106).

Como uma reação a essa política de exclusão dos setores populares, foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Escola Nova ou Manifesto da Escola Nova, publicado em 1932, com reivindicações em torno da qualidade e da gratuidade da educação brasileira. O Manifesto contou com o apoio de muitos educadores e várias personalidades do círculo cultural do País. O documento teve como um dos seus redatores o educador Fernando Azevedo “[...] e assinado por 26 educadores brasileiros, líderes do movimento de ‘renovação educacional’, inicia-se estabelecendo a relação dialética que deve existir entre educação e desenvolvimento, [...]” (ROMANELLI, 2003, p. 145).

A política econômica do governo getulista, direcionada principalmente para o incremento do setor industrial do País, gerou a necessidade de mão-de-obra com um nível de especialização

---

<sup>5</sup> A Reforma Francisco Campos se substanciou em seis decretos que são: Decreto nº 19850 – de 11/04/1931 – Cria o Conselho Nacional de Educação; Decreto nº 19851 – de 11/04/1931 – Dispõe sobre a organização do Ensino Superior no Brasil e adota o regime universitário; Decreto nº 19.852 – de 11/04/1931 – Organização da Universidade do Rio de Janeiro; Decreto nº 19.890 – de 18/04/1931 – Organiza o Ensino Secundário; Decreto nº 20.158 – de 30/06/1931 – Organiza o Ensino Comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências e o Decreto nº 21.241 – de 14/04/1932 - Consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário.

superior ao padrão que apresentava a sociedade brasileira. As necessidades evidenciadas no campo do trabalho favoreceram uma redução dos obstáculos colocados anteriormente ao acesso da classe trabalhadora a uma formação educacional mais completa. Como um reflexo da situação econômica do momento, na educação, pode-se colocar a decisão do governo de estabelecer a equivalência dos cursos profissionais, aos cursos secundários, permitindo que os concludentes dos referidos cursos pudessem concorrer a uma vaga no ensino superior.

O crescimento populacional e o aumento da demanda pelo ensino superior em razão das expectativas do mercado de trabalho motivaram a ampliação dos números de instituições de Ensino Superior pelas diversas regiões do país. Outro elemento essencial à ampliação dessa modalidade de ensino, neste contexto, foi atuação direta da Igreja Católica no panorama educacional, ampliando e consolidando sua participação no sistema educacional brasileiro.

No período que se estende de 1945 a 1964, observa-se um crescimento significativo do número de instituições. A partir de 1946, começaram a surgir as universidades particulares, com especial destaque para atuação da Igreja Católica. [...] Entre os anos 1950 e 1960, foram criadas mais quatro universidades federais, seis universidades particulares e 28 IES particulares (faculdades, federações ou escolas isoladas). No final da década de 1950 o Brasil contava, pois com 21 universidades e mais de cem instituições de ensino superior (ROSSOTO, 1998, p.118).

É nesse contexto que surge a segunda instituição de ensino superior do Piauí - a Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, em 1958. Criada com ação direta da Igreja Católica no Piauí, tendo a frente o Arcebispo Dom Avelar Brandão Vilela e um grupo de intelectuais.

### 2.3 Panorama da educação superior do Piauí

No Sertão das Rodelas, onde predominava o mugido do boi e o aboio do vaqueiro na lida diária, existia pouco espaço para as letras. Nesta região, mesmo aqueles que normalmente assumiam em outros locais funções ligadas à educação, aqui se deixaram contagiar rapidamente pela cultura do couro, como foi o caso da experiência jesuítica. Na Capitania do Piauí, a despeito do que ocorreu em boa parte do Brasil, a exemplo, da Bahia, de Pernambuco ou mesmo de São Paulo, onde se deu a instalação de colégios, seminários e outros estabelecimentos educacionais por religiosos, a preocupação desses últimos era bastante semelhante à apresentada pelos demais proprietários de terra, ou seja, povoá-las com gado bovino. Sobre ação dos jesuítas nessa Capitania, Odilon Nunes afirma que “[...] os jesuítas no Piauí se apresentam mais como curraleiros que educadores propriamente” (1974, p. 275, v.1).

Material organizado pela Sociedade Auxiliadora da Instrução<sup>6</sup>, confirma a constatação de Odilon Nunes com relação à pouca participação dos jesuítas na educação piauiense durante o período colonial. Obra publicada por essa instituição, A Instrução Pública no Piauí, que reúne textos de Matias Olimpio, Anísio Brito e Pedro Borges da Silva (1922, p. 47), argumentam que “Os jesuítas no Piauí não se ocuparam absolutamente da educação do povo, outras, é verdade, eram as atribuições que os trouxeram aqui; [...]”. A participação dos religiosos no processo de organização da educação no Piauí ocorreu de forma tímida se comparada a essa experiência realizada fora desta Capitania.

Das poucas atividades registradas pela Companhia de Jesus no Piauí, na área da educação, pode-se apontar a criação do Seminário do Rio Parnaíba, em 1749, contudo teve vida curta, como pode ser verificado abaixo:

[...] Não tardaram a surgir perturbações locais, que impediram a permanência do Seminário no distrito da Mocha. Apesar dos gastos feitos, achou-se mais prudente e exequível centralizar os estudos de toda a região, nas Aldeias Altas (hoje Caxias), [...] O Seminário do Rio Parnaíba, primeiro estabelecimento de ensino secundário, gramática e humanidades, cerrou o ciclo das manifestações da Companhia de Jesus no Piauí, que foi, em suma, de ensino, exploração da margem do Parnaíba, missões, catequese e administração (NUNES, 1974, p.88-89, v.1).

De acordo com registros informados através do Almanaque da Parnaíba<sup>7</sup> (1942, p. 19), Coluna Fatos da História do Piauí, na Capitania do Piauí, as primeiras escolas públicas do Estado surgiram no século XVIII, mais precisamente no ano de 1757. É o que se observa a seguir:

[...] se retrocedermos para o dia 3 de maio de 1757, encontraremos aí o registro do Alvará que criava duas escolas primárias na Vila da Mocha. Ensinar a doutrina cristã, ler, escrever e contar, aos meninos, numa delas. E na outra, tudo isto e mais: coser, fiar, fazer rendas, etc., às meninas. **Eram estas as duas primeiras escolas que se criavam no Piauí.** Apareciam em maio, de perneio com as flôres e os demais encantos dêste mês privilegiado (grifo nosso).

---

<sup>6</sup> Criada em Teresina em 1908, por particulares, com o objetivo de manter e ajudar o ensino na Escola Normal Livre, todavia as suas ações foram amplas buscando ajuda a educação em vários aspectos, principalmente do ponto de vista financeiro.

<sup>7</sup> Almanaque da Parnaíba, era uma revista que foi fundada por Benedito dos Santos Lima, em 1924, na cidade da Parnaíba-Piauí, que trazia assuntos diversos, desde propaganda do comércio local a assuntos políticos e literários, uma revista eclética para o período.



As dificuldades em manter funcionando as escolas eram de várias naturezas, a começar pelo transtorno do acesso àqueles que residiam nas vilas e fazendas da região e ainda pela falta de professores preparados para ministrar as matérias dos currículos. Assim, embora as escolas tenham sido criadas, faltava-lhes, além de outras coisas, incentivo aos alunos para integrá-las, o que não causava muito incômodo ao governo local. Tendo em vista essa realidade, é possível compreender porque boa parte das famílias preferia manter, em suas propriedades, professores ambulantes, ou seja, aqueles que eram contratados por um tempo determinado para ensinar em um local e depois se dirigiam a outras fazendas, vilas ou mesmo outras regiões.

O fim da ação jesuítica em terras piauienses, a exemplo do que ocorreu no restante do Brasil, foi em 1759, com a expulsão dos religiosos por determinação do Marquês de Pombal. A decisão do ministro português acelerou a instalação da Capitania do Piauí, pois ajuda a mitigar formas de resistência presentes naquele sertão contra a possibilidade de instalação de uma autoridade pública. O trecho a seguir confirma o anteriormente colocado ao demonstrar na presença dessa ordem religiosa, no Piauí, a ampliação das dificuldades de instalação da Capitania ao colocar que;

[...] dispondo ali os jesuítas de grande fortuna, e poderosa influência, só com a criação da capitania, e nomeação de um enérgico administrador, que a combatesse e aniquilasse, poderia conseguir seus fins. Nestas circunstâncias baixou a C. R.<sup>8</sup> de 29 de julho de 1759, e por patente de 21 de agosto do mesmo ano foi nomeado governador João Pereira Caldas, [...] tomou as rédeas da administração da capitania, sendo o seu primeiro ato ordenar o seqüestro dos bens dos jesuítas, e os remeter presos para Bahia (COSTA, 1974, p. 131-132, v.1).

Embora os jesuítas não tenham deixado em funcionamento nenhum grande projeto de educação no Piauí, é necessário assinalar a participação, que desempenhou, nesse processo, o religioso Padre Marcos de Araújo Costa. Homem da terra, filho de família politicamente influente, pois era primo e conselheiro do presidente da Província, Manuel de Sousa Martins, marcou sua

---

<sup>8</sup> C.R. Carta Régia

presença nos primórdios da educação desse Estado.

A criação de um colégio de instrução, no ano de 1820, na fazenda Boa Esperança, de sua propriedade, situada em Jaicós, para atender a rapazes, cujas famílias tinham interesse em que recebessem uma educação letrada, fez com que esse religioso fosse “[...], considerado por muitos dos seus coestaduanos como primeiro mestre-escola do Piauí” (FERRO, 1996, p. 63). O clérigo arcava com a maioria das despesas, pois mesmo que recebesse doações e outros tipos de ajuda prestada pelos pais de alunos não eram suficientes para manter em funcionamento do colégio. Sobre o ensino, a historiografia local coloca que era amplo, pois era voltado tanto para as primeiras letras, como abordava o Latim, o Francês, a Retórica, a Filosofia e o que não poderia faltar, a Teologia. Avaliam os especialistas que, para o período, essa organização curricular era bastante arrojada.

O Colégio do Pe. Marcos transpõe os limites da Província para atrair alunos de outras províncias, contribuindo, destarte, para o desenvolvimento educacional não só do Piauí como das províncias circunvizinhas. Era um centro de irradiação. [...] As atividades desse grande educador se encerram com sua morte, em 1850. Sua influência, entretanto, perdurou por longos anos de vida da Província, através de ex-alunos que tiveram brilhante atuação em cargos públicos a eles confiados. O exemplo do Pe. Marcos estimula o surgimento de escolas criadas e mantidas por iniciativa privada, não só de clérigos, mas de proprietários rurais interessados em oferecerem aos filhos pelo menos as primeiras letras (BRITO, 1996, p. 23-24).

Menos pela quantidade de alunos atendidos pelo colégio de Padre Marcos, que pela excentricidade que representava aquele tipo de investimento no sertão piauiense, a atitude daquele religioso é digna de menção, já que não só plantou as sementes para a instalação de uma cultura letrada na Província e em regiões circunvizinhas, como preparou esses filhos da elite para o ensino superior em outras províncias do País. Como exemplo destas afirmações, temos: “Dessa escola saíram os primeiros piauienses formados em Olinda, entre os quais: Marcos Antônio de Macedo, Casimiro José de Moraes Sarmiento e Francisco de Sousa Martins” (PINHEIRO FILHO, 1997, p.16).

Logo, a educação do Piauí possuía uma realidade muito mais precária que boa parte da apresentada por outras regiões do Brasil. Isso implica que, se, para o ensino das primeiras letras ou das matérias do secundário existiam tantas dificuldades, nem se cogitava a possibilidade de ensino superior por estas bandas. Aqueles que possuíam recursos enviavam seus filhos para a Europa, como foi o caso da família de Padre Marcos, e antes dele, das de Miguel Borges e Ovídio Saraiva, bacharelados em leis pela Universidade de Coimbra (FREITAS, 1988), e um pouco mais tarde, quando começaram a funcionar os primeiros cursos superiores no

Brasil, o caso dos piauienses que saíram para as escolas do Recife ou São Paulo.

Mesmo depois da criação do Liceu, em 1845, na cidade de Oeiras, responsável pela educação secundária na Província e mais tarde transplantado para nova capital, pode-se dizer que a situação educacional do Piauí não tinha sofrido mudanças significativas. Isto pode ser verificado pelo conteúdo do Relatório apresentado a Assembléia Legislativa da Província em 1º de junho de 1852, pelo Presidente da Província José Antonio Saraiva, que podemos observar um trecho do conteúdo quanto se refere ao ensino no Liceu.

[...] e continuo a pensar que Lycêo nenhuma utilidade prestará á Província, em quanto não fizeres d'elle em Internato bem montado e conveniente dirigido por uma pessoa, que sé a isso se aptique, e que seja também Diretor de Instrucção Publica da Província. Todos os moços, que se destinão ás formaturas de Medicina, e de Direito, apprendem em collegios na Bahia, ou Maranhão, ou vão fazer em Pernambuco todos os seus preparatórios e isso porque não há Província um internato ao qual possão os Paes de família confiar seus filhos; porque certamente preferirão, se bom fosse, aos que existem nas Províncias, de que fallei [...] (RELATÓRIO Á ASSEMBLEIA LEGISTATIVA PROVINCIAL, 1852, p. 20).

As dificuldades nesse setor estavam relacionadas a dois fatores de ordem interna: o primeiro relacionava-se à estrutura da posse da terra nessa província, representada pelo domínio de grandes áreas e explorada no formato do latifúndio, através da criação extensiva do gado bovino. Neste sentido, os filhos dos fazendeiros, portadores de recursos financeiros, que não

desejavam lidar diretamente com a criação do gado, eram enviados para receber a formação superior fora da província e, no retorno, integrar os quadros políticos locais. Dito isso, pode-se chegar ao segundo fator: o aparelho administrativo montado no Piauí não necessitava de tanta mão-de-obra especializada, até porque, muitos vinham de fora, especialmente os administradores da província e assessores mais diretos, política usada pelo Governo Geral para obter controle sobre a vasta região do País.

Embora sem grande demanda por mão-de-obra especializada, era necessário garantir a formação de uma elite burocrática local e de outros profissionais que pudessem garantir o atendimento das necessidades que iam surgindo. Neste sentido, os governos da Província buscavam criar medidas que produzissem efeitos positivos na instrução pública, especialmente porque ela geralmente era direcionada aos bem nascidos da terra ou apadrinhados. Entre os mecanismos utilizados, para resolver os problemas existentes em torno da formação dos filhos das camadas mais abastadas da Província, está a lei criada na segunda metade do século XIX, com o escopo de garantir, por parte do tesouro público, o financiamento dos estudos de jovens preparados para cursar o ensino superior nas academias do

Império ou outras modalidades do ensino fora da Província.

Costa (1974, p. 391, v.1) aponta que, em de 31 de janeiro de 1834, ficou registrada a “Resolução do conselho do governo mandando estudar, a expensas da província, nas cidades em que houvesse colégios e academias, os filhos da mesma província que se quisessem educar e fazer qualquer curso literário ou científico”.

Confirmando o que colocou Costa (1974), Odilon Nunes (1974), em Pesquisas para a História do Piauí, informou sobre a deficiência da estrutura administrativa da Província e da necessidade de preparar profissionais para desempenhar funções na administração pública e em outros setores da sociedade:

Os interesses da administração pública ressentiam-se notadamente da falta de magistrados, engenheiros, médicos, trabalhadores profissionais. Em virtude dessa circunstância, desde 1837 havia estudantes pensionistas, cuja manutenção era feita pelo governo provincial, que ainda concedia licença a funcionários para fazer determinados cursos. Em 1846, foi promulgada lei fixando despesas com três piauienses que quisessem estudar medicina, engenharia e direito. Por vezes eram suspensos os favores ao pensionista ou funcionários, suspensa mesmo à execução da lei, dum modo geral, para ser restaurada posteriormente. Mas foi assim que o Piauí procurou remover as dificuldades que vinha encontrando para a aquisição de profissionais, de trabalhadores especializados [...]. Por vezes eram suspensos os favores ao pensionista ou funcionário, suspenso mesmo a execução da lei, dum modo geral, para ser restaurada posteriormente. Mas foi assim que o Piauí procurou remover as dificuldades que vinha encontrando para a aquisição de profissionais, de trabalhadores especializados (NUNES, 1974, p.47-48.v.4).

A análise do Art. 1º, da Lei nº 208, de 15 de setembro de 1846, transcrita do Código de

Leis Piauhyense<sup>9</sup> (1846, Tomo 7ª parte 1ª, p. 5), permite perceber o alcance social que apresentava a mesma, ao caracterizar o tipo de curso a que o financiamento se destinava e os requisitos que deveriam apresentar os postulantes ao benefício:

[...] Zacarias de Góes e Vasconcellos. Presidente da Província do Piauhy: Faço saber a todos seus habitantes, que Assembléia Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a lei seguinte.

Artigo 1º O Presidente da Província fica authorisado a despender desde já annualmente a quantidade de 1:500\$000 rs, em partes iguaes com três moços piauhyenses que se queirão dedicar em qualquer parte do Império, ou fora delle aos estudos de Medicina, Engenharia , ou Direito, devendo sempre preferir aquelles que mais necessitarem desse auxílio, com tanto que sejam bem morigerados e talentosos.

Analisando a referida Lei (1846, Tomo 7ª parte 1ª, p.5), os filhos da elite, na verdade, terminavam sendo beneficiados pela decisão de governo, pois mesmo havendo a orientação de que a preferência fosse dada “[...] aquelles que mais necessitassem desse auxílio [...]”, em seguida vinha à limitação para os filhos das camadas menos bastadas “[...], com tanto que sejam bem morigerados e talentosos”. Ser bem morigerado, na verdade significava ser portador dos costumes e valores considerados como essenciais aos homens da elite local. Mesmo sendo considerado que a cultura sertaneja guardasse seus traços em todos os sujeitos dessas paradas, independente do grupo sócio-econômico a que pertencessem, não restam

---

<sup>9</sup> Código Leis Piauhyense: Oeiras do Piauhy: Typographia provincial – 1846- Tomo 7ª Parte 1ª. Fonte Arquivo Público do Piauí.

dúvidas que a elite sertaneja tinha um modo de ser que a diferenciava dos outros setores dessa sociedade.

Por outro lado, o talento estava relacionado à boa preparação que deveria ter recebido o pretendente ao benefício. Com poucos investimentos públicos na educação é claro que a mesma não era ampla e nem muito menos irrestrita. Deste modo, as poucas escolas que existiam atendiam àqueles que portavam maior influência social, como se isso não bastasse ainda contavam com a possibilidade de receber uma educação complementar, já que era costume da época a família contratar mestres-escolas que cuidavam da preparação dos filhos dos fazendeiros para as letras mais adiantadas. Então eram indivíduos pertencentes a essas classes que chegavam ao ensino secundário, e, portanto, quem melhor atendia o estabelecido na *supra citada* lei.

É claro, que na medida que o contingente de pessoas com uma educação mais aprimorada crescia, alterações passavam a ser sentidas de forma mais intensa no seio dessa sociedade. Uma nova elite começava a surgir, ainda bastante integrada aos valores derivados da força da terra e do gado, mas também conhecedora de ideais mais humanitários, possibilitados pelas leituras



realizadas no processo de sua formação profissional. A própria lei que beneficiava a formação do sujeito pertencente a esse setor, já criava mecanismos para a compreensão da responsabilidade social que possuíam aqueles que, em um universo marcado pela ignorância e brutalidade dos homens, apresentava-se com traços de maior civilidade:

Art.4º - Os pensionarios se obrigarão por hum contrato, a que prestarão fiança idonea, a voltar á Província depois de formados, e nella exercer suas respectivas profissões [...], sob pena de restituírem aos cofres a quantia recebida (LEIS PIAUHYENSE, 1846, Tomo 7ª parte fª, p.5).

Independente de qualquer compromisso legal assumido, as opções que se apresentavam aos pensionistas em outras regiões não eram tão atrativas como aquelas que lhes eram apontadas em sua terra natal. A relação que apresentavam com a Província assegurava o retorno da maioria, pois enquanto se preparavam lá fora, as famílias ficava articulando as condições para que na volta esse indivíduo pudesse representar politicamente todos os seus. Para isso, às vezes era necessária a união de famílias importantes, sendo cada vez mais comum, ou seja, de melhor gosto, um fazendeiro abastado da região, casar as filhas com homens de letras, especialmente com um bacharel em Direito.

É necessário que se esclareça que essa não era a única maneira de mandar os filhos da elite estudar

fora da Província. Basta que se observe a literatura local para que se perceba, que já por esses tempos, era cada vez mais comuns famílias piauienses financiarem com recursos próprios a formação dos seus filhos fora da Província.

Esse foi o quadro educacional que apresentou o Piauí, durante o Império. No final do século XIX, o Piauí encontra-se marchando não só para uma nova conjuntura política, como também para mudanças significativas na sua estruturação dentro do cenário republicano que começava a tomar forma no País. Queiroz (1998a, p. 20-21) coloca que:

As décadas a partir de 1880 são significativas para o processo de mudanças no Piauí, no sentido de sua interação regional e é quando aparecem os primeiros elementos de modernização – representados pela navegação a vapor e pelo telégrafo.

A idéia de mudança apresentada no fragmento de texto acima passa a fazer parte do imaginário da sociedade piauiense, que analisa o panorama sócio-cultural herdado do período anterior como caótico, bárbaro, símbolo da anticivilidade e do atraso. Segundo Ferro (1996), eram nítidas as marcas do tradicionalismo, no espaço urbano piauiense, nos primeiros anos da República. Isso fez com que alguns espaços do Piauí buscassem mais rapidamente fugir a uma comparação com o momento que se procurava superar: foi o caso da recém-criada capital. Teresina, que nasceu sob o

signo do planejamento urbano, menor resistência apresentou às transformações necessárias. Nas primeiras décadas do século XX, já se verificava o desabrochar da cidade para os desafios dos novos tempos. Nascimento (2002, p. 31) coloca que “É possível afirmar que existia um processo de modernização em Teresina, desde a primeira década do século XX”.

A realidade que surgia permitia a alguns setores da sociedade conhecer o conforto de viver em um ambiente com água encanada, luz elétrica, telefone, bonde, automóvel e outros, imagináveis por um homem que tivesse vivido na Província a menos da metade de um século. O campo do lazer passou por uma ampliação representativa para o momento, com a inserção do futebol, dos passeios públicos, teatro e das exposições cinematográficas, sendo que estas últimas despertavam o imaginário e alteravam o comportamento das pessoas (QUEIROZ, 1998a; CASTELO BRANCO, 2002).

O processo de instrução pública também passou por algumas modificações com a instalação de dois grandes colégios de orientação católica em Teresina. O primeiro, em 1906, foi o Seminário e Colégio Diocesano São Francisco de Sales, apresentando uma proposta de ensino para meninos, dividida em dois cursos: primário e secundário. O segundo, o Colégio Sagrado

Coração de Jesus, foi também criado em 1906, sob a orientação de freiras italianas, sendo destinado apenas a meninas. Outro semelhante é criado em Parnaíba, o Colégio Nossa Senhora das Graças (1907). No decorrer dos tempos, os colégios acima se transformaram em instituições mistas, atendendo a educação de ambos os sexos.

Neste período, outros colégios também foram criados em Teresina, pela ação de particulares: Santo Antonio (1900); Educandário Atheneu Piauiense (1903); Externato Moderno (1905); Colégio “14 de Julho – Centro Proletário” (1907); Colégio Pedro II (1911); Instituto “21 de Abril” (1911); Colégio “24 de Janeiro” (1915) e outros. Muitos destes colégios tiveram vida curta, pois não receberam apoio de órgãos públicos ou da sociedade de um modo geral. A tímida proliferação das escolas era acompanhada de uma formação do corpo de magistério que procurava atender à nova demanda, notadamente a da Capital. Os professores e professoras do Estado, formados pelo Curso da Escola Normal Oficial (1910) em Teresina, e por outros que iam sendo criados no interior não possuíam, porém, os requisitos necessários para atuar em nível secundário.

Essa realidade educacional piauiense, mesmo com a proliferação de colégios particulares na capital e

no interior não acompanhava as transformações que surgiam em relação ao ensino superior, favorecido pelas reformas e normas que se tornavam mais exigentes a admissão nesta modalidade de ensino, principalmente quando as escolas secundárias não supriam de conhecimentos necessários os alunos que concorriam a uma vaga nas instituições de ensino superior. Os alunos terminavam se deslocando para os centros onde existiam as faculdades, a fim de se prepararem para as provas que davam entrada nestas instituições. Isto se tornou muito comum nas primeiras décadas do século XX, é que podemos ver no trecho abaixo:

No Piauí, a realidade mostrou que esse objetivo não estava sendo alcançado. À medida que novas exigências surgiam para o ingresso nos cursos superiores e que ocorreu foi o deslocamento dos estudantes para as cidades que sediavam as faculdades de seu interesse, para ter acesso aos conhecimentos exigidos pelos exames daquela escola em particular. Esta situação foi freqüente principalmente após 1911 (QUEIROZ, 1989, p.15-16).

Naturalmente, os cenários educacionais da capital e do interior do Piauí se modificavam com a inserção das normalistas em substituição gradativa às professoras leigas, que por muito tempo desempenharam a tarefa do ensino das primeiras letras, em todo o Estado. Mas, à medida que o acesso ao ensino das primeiras letras era ampliado, novas demandas iam surgindo nesse setor, que passava a ser pressionado pela ampliação de espaços em nível secundário. Por outro lado, a República vinha produzindo uma

realidade que exigia do sujeito um novo perfil sociocultural. As inovações republicanas no Piauí, notadamente no final da Primeira e início da Nova, terão especial ressonância no campo educacional. As medidas adotadas neste Estado eram claramente reflexos de uma política ampla desenvolvida pelo governo de Getúlio, que, no setor da Educação, foi viabilizada pelo Ministro da Educação, Francisco Campos, que empreendeu uma reforma ampla de todos os níveis, desde o ensino primário até o ensino superior. È o que está evidenciado a seguir:

Segundo Maria Tetis Nunes, a reforma Francisco Campos foi, teoricamente, uma grande reforma porque teve o mérito de haver oferecido uma estrutura orgânica ao ensino secundário, comercial e superior. “Era a primeira vez que uma reforma atingia profundamente a estrutura do ensino e, o que é importante, era pela primeira vez imposta a todo território nacional” (NASCIMENTO, 2002, p. 60).

Para acompanhar o Piauí, o governo “revolucionário” nomeou inicialmente como Interventor Joaquim Vaz da Costa, um dos líderes revolucionários no Piauí, que, não aceitando a deferência federal, abriu caminho para a nomeação de Joaquim de Lemos Cunha, ficando o mesmo por cerca de quatro meses no poder (29/01/1931 a 21/05/1931). Apesar do pouco tempo, algumas atitudes foram tomadas em relação à educação. Nascimento (2002, p. 63) informa que:

A mudança na estrutura organizacional da educação em nível local, ocorre através do Decreto n. 1.301 onde o Governo reorganizou a Diretoria Geral

da Instrução Pública e ao mesmo tempo editou um novo Regulamento Geral do Ensino. Por esse instrumento, cabia à Diretoria Geral da Instrução “... administrar e fiscalizar diretamente todos os ramos do Ensino no Estado”. Com a Constituição do Estado promulgada em 1935, a Diretoria Geral da Instrução Pública é substituída pelo Departamento de Ensino. Segundo Itamar Brito, essa estrutura manteve-se, sem grandes modificações, durante todo o Estado Novo.

É neste ambiente de agitações, reformas políticas e educacionais e iniciativas de particulares que surge a primeira experiência de ensino superior no Estado. A mesma, se faz com a criação da Faculdade de Direito do Piauí, instalada em 14 de abril de 1931. Em 21 de maio de 1931, assumiu a direção do Estado o Interventor Federal Landri Sales Gonçalves, permanecendo até três de maio de 1935. No mesmo ano, nomeou para o cargo de Diretor Geral de Instrução Pública, o piauiense Benedito Martins Napoleão do Rego, que realizou um diagnóstico da situação educacional do Estado, para integrar a “súmula dos serviços”<sup>10</sup> prestados pelo mesmo, no período de junho a dezembro de 1931. Nesse documento está informada a caótica situação da educação piauiense do período.

O exposto no material acima citado demonstra a carência de um plano de educação e de uma ação ordenada com relação ao sistema educacional do Estado. Deixava clara a pequena atenção dispensada pelos governos estaduais e municipais dos períodos anteriores no setor educacionais. É o

---

<sup>10</sup> Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública, na gestão do Martins Napoleão, no período de junho a dezembro de 1932, apresentada ao Interventor Federal – Fonte: Arquivo Público do Piauí (APEP).

que conta no fragmento do relatório apresentado a seguir:

Tudo encontrando por fazer neste sector da administração pública, [...]. O nosso problema educativo não é tão simples, como parece, nem se resolverá, sem tempo e sem dinheiro, com um golpe de singelo pragmatismo. Bastará, por ventura, um dado concreto: Temos, aproximadamente, 80.000 crianças em idade escolar. O Estado mantém 250 escolas, em uma capacidade para 15.000. Isto, em resumo e pela superfície, no tocante, apenas, às possibilidades materiais mais prementes da questão (ESTADO DO PIAUÍ. DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1932, p. 14).

Apesar de ciente dos problemas e de ter demonstrado boa vontade no sentido de amenizá-los, o que se verá nos anos seguintes é ainda uma situação bastante difícil no que diz respeito a questões básicas ao desenvolvimento de uma sociedade. Contrapondo-se à estrutura apresentada pela maioria das cidades piauienses, Teresina clamava por crescimento, era o fervor modernizante que tinha tomado conta do País, refletindo-se na capital e em Parnaíba, sociedade e Estado precisavam resolver alguns problemas fundamentais para implementar a mudança desejada.

No setor educacional era preciso dar solução quantitativa e qualitativa aos problemas existentes. A falta de colégios tanto na capital como no interior era um desafio ao governo getulista. Na capital, o Liceu Piauiense, referência e termômetro estadual da educação secundária, era exemplo do descaso do governo com a educação, pois suas instalações apresentavam-se



de forma deficiente, chegando a ser considerada inadequada ao ensino. Associada à estrutura carente estava a falta de professores qualificados, situação que se agravava com a ingerência política na definição dos profissionais que passavam a atuar naquele setor do ensino, após a instalação do Estado Novo, como podemos ver em artigo publicado no Jornal do Piauí (Ano LVII, nº 189, 15/02/1947, p. 1) intitulado “A Decadência do Ensino”.

Durante as trevas do estado novo, foi à instrução pública o departamento que mais sofreu, entre nós, as conseqüências da política getulista. Deixando de lado o ensino primário, vítima da organização fascista, plasmada nas normas criminosas, cuja finalidade era a de deturpar o caráter infantil, [...]. Os verdadeiros profissionais foram relegados a plano inferior, enquanto outros, sem tirocínio nem conhecimento humanísticos, foram aproveitados. [...] Não resta dúvida que ainda, ali, se encontram valores que honram o Piauí, e que prestam à causa da instrução o melhor de seu esforço, sem a necessária recompensa pelo afanoso trabalho, pois acima desses estão os favorecidos pela panelinha interventorial. Urge uma medida de saneamento para que o nosso Liceu possa voltar ao tempo em que ensinar constituía um sacerdócio e não simples maneira de ganhar dinheiro.

A partir de 1945, verifica-se uma maior participação da Igreja Católica no processo educacional do País, inclusive no ensino superior. No Piauí, os efeitos desta participação, passam a ser mais visíveis no final da década de 50, quando assume a Arquidiocese de Teresina o Arcebispo Dom Avelar Brandão Vilela, em 5 de março de 1956. A igreja católica através de Dom Avelar empreendeu uma ação educativa transformadora tanto em relação ao ensino secundário, quanto em relação ao ensino superior.

No que diz respeito ao sistema educacional, Dom Avelar foi grande empreendedor no Piauí. Em sua administração, foi criada na Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), atualmente Escolas da Comunidade (CNEC), de que foi o presidente, na cuja finalidade educacional era organizar e dirigir instituições escolares que fornecessem ensino de qualidade na modalidade do ensino médio (ensino secundário), àqueles que, não dispondo de condições financeiras para pagar os colégios particulares, não eram absorvidos pela rede escolar estadual. Um dos grandes diferenciais dessa ação educadora foi a criação destas unidades tanto na capital como no interior, atendendo a um maior número de alunos, como podemos verificar na nota do Jornal do Nordeste (13/03/1962, p. 6).

#### Campanha de Educandários Gratuitos Inaugura mais um Ginásio no Piauí

A “Campanha Nacional de Educandários Gratuitos” que tem como Presidente em nosso Estado o eminente Arcebispo Metropolitano de Teresina - D. Avelar Brandão Vilela vem de prestar mais um relevante serviço à mocidade piauiense, com a instalação, na cidade de Regeneração do Ginásio “São Gonçalo”, o sétimo estabelecimento de nível secundário que funda e mantém no Piauí. [...]. A Aula de Sapiência foi pronunciada pelo Prof. Roberto Gonçalves de Freitas, subordinada ao tema “Educação”. O acontecimento que teve ampla repercussão nos meios sociais e educacionais de Regeneração.

Essa ação do CNEG, dirigida por Dom Avelar Brandão Vilela proporcionou a muitos jovens piauienses terminar o ensino secundário e ter oportunidade de concorrer ao ensino superior no Piauí e fora dele. No Piauí, o Arcebispo foi o

grande idealizador da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, criada em 1958. Esta Faculdade ampliou a possibilidade de estudantes do Estado e de fora dele ingressarem neste ensino. Essa ação do Arcebispo iria incentivar o surgimento de outras faculdades, como foi o caso da Faculdade de Odontologia do Piauí (FOPI), em 1960. A idéia de se criar uma Faculdade de Odontologia, no Piauí, remonta ainda o final dos anos 40, como podemos verificar:

A 12 de outubro daquele ano, 1947, o Padre Albergio de Freitas Santos, então Diretor do Colégio São Francisco de Sales, Colégio Diocesano, teve a iniciativa de reunir alguns profissionais da área de saúde, principalmente médicos e dentistas, e, em sessão preparatória lançou pela primeira vez em Teresina a idéia de fundar mais uma Escolar Superior, no caso a Faculdade de Odontologia do Piauí. Essa nova idéia foi conduzida pelos Drs. Francisco das Chagas Machado Lopes e Agnelo Sampaio, que foram Presidentes do “Movimento pró-Faculdade de Odontologia do Piauí” (BELLO, 1981, p. 283, v. 2).

Contudo o movimento “Pró-Faculdade de Odontologia” fracassou no seu inicio, não por falta de idealismo dos precursores, mas por problemas de ordens financeiras e humanas, razões que são inerentes a qualquer projeto de grande envergadura, como era o da Faculdade de Odontologia que precisava de equipamentos e instalações que disponibilizavam recursos financeiros significativos para o período. Todavia a idéia não se dissolveu no ar. No final dos anos 50, mais precisamente em 1959, a idéia é novamente retomada sobre a liderança do Dr. Oscar Olímpio Cavalcante (cirurgião dentista) na

capital. A idéia encontrava terreno fértil pela existência, em funcionamento, da Faculdade de Filosofia, que na pessoa de Dom Avelar Brandão Vilela, seu grande idealizador, dava amplo apoio para outros projetos em relação à educação.

Essa atuação de Dom Avelar Brandão Vilela e a experiência da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, contribuição na implantação da Faculdade de Odontologia, fato confirmado por Ferro (2005, p. 67).

Mais uma vez a Igreja Católica interfere positivamente nos destinos da Faculdade de Odontologia do Piauí. A fiança do Arcebispo, que empenhou pessoalmente sua palavra em prol do grupo que compunha a instituição foi decisiva. Só assim foi possível a aquisição dos equipamentos tão importantes ao funcionamento regular das aulas odontológicas, e o empenho deste grupo em resolver o obstáculo causado pela não liberação da verba federal prometida pelo MEC.

O caminho percorrido por Dr. Oscar Olímpio de Cavalcante nesta tentativa foi de restaurar novamente o “Movimento em Pró-Faculdade de Odontologia do Piauí”, elegendo-se presidente e conduzindo o contexto para a criação de uma sociedade civil que funcionaria como mantenedora da Faculdade de Odontologia do Piauí. O passo seguinte foi de arregimentar profissionais da área de saúde para serem docentes da instituição. Entre eles estavam: Mariano Gayoso Castelo Branco, Francisco Machado Lopes, Creso Genuíno de Oliveira, Antonio José Pacífico Marques e outros. As iniciativas que sucederam, concentram-se na

organização burocrática do movimento, no sentido de organizar a parte burocrática da Faculdade e no pedido de autorização da mesma. Como podemos ver, a seguir no depoimento de Dr. Oscar Olímpio de Cavalcante, citado por Bello, relatando as dificuldades e as manifestações de apoio.

É a primeira vez que eu sou procurado por alguém para dizer alguma coisa sobre a história da fundação e funcionamento da Faculdade de Odontologia do Piauí. Realmente, esta escola é fruto de muito sacrifício de vários colegas da área de saúde [...]. A marcha do processo, como se pode ver, um processo humilde, feito no Piauí, elaborado no Piauí com documentação falha, currículos fracos de professores que, embora profissionais, formados, eram de pouca vivência no magistério, em face das exigências no Ministério da Educação. [...] Mas tudo isso foi sanado como a boa vontade do Dr. Deolindo Couto<sup>11</sup> que se interessando foi levar o processo ao Conselho Federal de Educação. Nessa época, estava viajando constantemente para o Rio de Janeiro o nosso querido Arcebispo Dom Avelar Brandão Vilela. De vez em quando Dom Avelar nos dava uma mão, nos dava um auxílio muito importante, pelo seu prestígio e já pela sua tarimba, pois já tinha fundado em Teresina a Faculdade de Filosofia (CAVALCANTE, apud BELLO, 1980, p. 281-283).

O resultado desta idealização foi vitorioso, em 15 de julho de 1960, no governo de Juscelino Kubitschek, foi assinado o Decreto nº 48.525, que autorizava o seu funcionamento. O seu reconhecimento ocorreu em 31 de março de 1966, pelo Decreto nº 58.032, e no mês seguinte, ou seja, em 14/04/1966, saiu a primeira turma de 12 odontólogos (composta por 10 homens e 2 mulheres). Essa ação iria aumentar ainda mais o desejo da classe estudantil no sentido aumentar as

---

<sup>11</sup> Deolindo Couto, piauiense de Oeiras, médico de grande projeção nacional, chegou a ser Reitor da Universidade de Brasília.

oportunidades do ensino superior do Estado.

Portanto, a década de 60 inauguraria uma nova ação educativa no Piauí, principalmente em relação ao espírito universitário, possibilitando o surgimento de novos estabelecimentos superiores e o fortalecimento da campanha pela instalação de uma universidade no Piauí.

Esse espírito em defesa da instalação de uma universidade em solo piauiense ganhou corpo quando a União Estadual dos Estudantes, na época presidida pelo estudante de Odontologia, Oston Teixeira Diniz, (PASSOS, 2003), lançou a luta. Em outubro de 1963 encontrando ressonância na sociedade, no meio estudantil das demais faculdades instaladas no Piauí, na classe política, que se mobilizava tanto no meio estadual como no nacional, aproveitando o prestígio que alguns já dispunham neste cenário. Porém é interessante lembrar que esta idéia já tinha sido cogitada na década de 30, como bem assinala Passos (2003, p. 39):

A criação de uma universidade no Piauí era um desejo antigo, segundo José Camilo da Silveira Filho, lembrando que, segundo o livro de Atas da Faculdade de Direito, quando os “próceres” da cidade citada (sic) reuniram-se para criá-la, aventaram a possibilidade de uma universidade para o Piauí. Mas foram apenas cogitações, “sonho” para usar sua expressão.

Nos anos seguintes da década de 60, essa atuação dos grupos envolvidos no processo de construção da universidade no Piauí ganhou espaço na imprensa, que dava ao movimento fundamental

importância. O amadurecimento da idéia, aproveitando as circunstâncias do período que favoreceriam o surgimento do quarto estabelecimento superior do Estado, culminou com criação da Faculdade de Medicina do Piauí (FAMEPI), em 1968. Uma aspiração que, semelhantemente à Faculdade de Odontologia, começou a ser pensada na década de 40, quando da visita do médico sanitarista, Miguel Martins, que ficou impressionado com as estruturas físicas, humanas e técnicas do Hospital Getúlio Vargas<sup>12</sup>. Lineu da Costa Araújo, em depoimento a Bello (1980, p. 325), declara que “A idéia ficou dormindo, até que, pode-se dizer, explodiu, em 65, por ocasião do II Congresso Médico do Piauí, promovido pela Associação Piauiense de Medicina<sup>13</sup>”.

As manifestações que surgiram após esse Congresso, foram muita incentivadora da luta para a criação da Faculdade de Medicina, dando reinício à mobilização dos setores sociais como a classe política, que se encontrava envolvidas na idéia da universidade do Piauí. O governador do período era Petrônio Portela Nunes, que se colocou favorável ao projeto, que se confirmou pelo Decreto Estadual nº 681, de três de fevereiro de 1966, que informa:

---

<sup>12</sup> Construído em 1941, no governo de Leônidas de Castro Melo (1935 – 1945).

<sup>13</sup> Associação Piauiense de Medicina (ASPIMED), criada em 1938.

## O GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

Usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, nº II da Constituição do Estado e, [...]; CONSIDERANDO propósito do Governo do Estado no sentido da criação da Universidade do Piauí; CONSIDERANDO que a criação de uma Faculdade de Medicina constituirá um passo decisivo naquele sentido; [...]

### DECRETA

Art. 1º – Fica constituído um Grupo de Trabalho para estudar a possibilidade de criação e funcionamento, no Piauí, de uma Faculdade de Medicina, cumprindo-lhe adotar medidas preliminares relacionadas com tal objetivo.

Art. 2º - O Grupo de Trabalho fica constituído pelos Doutores Zenon Rocha, Lineu da Costa Araújo, Nathan Portela Nunes e Carlyle Guerra de Macedo, sob a presidência do primeiro. [...]

Os trabalhos do grupo foram favoráveis à implantação da Faculdade, resultando em dois decretos estaduais: o primeiro de nº 2.745, de 10/08/1966, que criava a Fundação do Ensino Superior (FESPI), que tinha como objetivo traçar as diretrizes para se criar a Universidade do Piauí, do qual Manoel Paulo Nunes foi seu primeiro presidente e o segundo decreto, nº 694, de 11/08/1966, que criava a Faculdade de Medicina do Piauí, sendo “[...] a única criada diretamente sob incentivo e patrocínio do governo estadual, embora tenha contado com o apoio da Associação Piauiense de Medicina” (CARDOSO, 2003, p. 123), que foi oficialmente inaugurada em 30 de março de 1968, tendo como primeiro Diretor, o médico Zenon Rocha.

Mas, o passo final na constituição da universidade do Piauí, foi dado com criação da Faculdade de



Administração de Parnaíba, local historicamente ligado às atividades do comércio. Essa idéia partiu do político Chagas Rodrigues (BELLO, 1981, v. 2), que, motivado pelas razões comerciais e populacionais da região, defendeu tal projeto. Porém razões burocráticas e pela política do período, a idéia foi abandonada. Todavia, a partir de 4 de junho de 1968, com a criação da Fundação Educacional de Parnaíba, que seria a mantenedora da Faculdade, pelo contexto gerado no Piauí, com a criação das duas últimas faculdades (Odontologia e Medicina) e pela proposta de criação de uma universidade que se encontrava bastante adiantada, a criação desta Faculdade em Parnaíba, era iminente. A 6 de janeiro de 1969, foi aprovado um parecer encaminhado ao Conselho Federal de Educação, para a autorização de funcionamento de uma Faculdade de Administração em Parnaíba, alvo só conseguido pela influência de João Paulo Reis Veloso<sup>14</sup>, relator do processo. Organizando o seu primeiro vestibular com 30 vagas, “[...] matriculando-se, em 1969, 22 alunos, dos quais apenas 12 concluíram o curso” (BELLO, 1981, p. 350, v. 2). Assim, estavam completas, as ações que possibilitariam a criação da primeira universidade em solo piauiense, fruto de todo um

---

<sup>14</sup> Parnaibano de grande prestígio político nacional, economista formado pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio de Janeiro, exercendo vários cargos importantes.

desenvolvimento educacional, favorecido pela instalação das primeiras instituições de ensino superior do Piauí, ou seja, a FADI e FAFI. E em consonância com a Lei nº 5528, de 12 de novembro de 1968, foi criada a Universidade Federal do Piauí (UFPI), que efetivamente entrou funcionamento em 1971, pela incorporação das faculdades criadas a partir da década de 30.

### **CAPÍTULO III**

#### **FACULDADE DE DIREITO DO PIAUÍ**

Faculdade de Direito do Piauí, criada em 1931, foi o primeiro estabelecimento de ensino superior do Estado. Instalada sob o nevoeiro das mudanças provocadas pela Revolução de 1930 no Brasil, onde foram inseridas grandes repercussões nas estruturas dos estados, essa modalidade de ensino funcionará como móvel de adequação da sociedade brasileira ao projeto político implementado pela Nova República. A estruturação desta faculdade no Piauí tomou como referência a Faculdade de Direito do Recife, centro que recebeu o maior número de postulantes

piauienses ao título de bacharel em Direito, na época.

### **3.1 Faculdade de Direito do Recife: centro originador do bacharelismo piauiense**

A Faculdade de Direito do Recife desde cedo pode ser caracterizada por uma tradição cultural muito forte. O dinamismo econômico da cidade, uma das maiores do Nordeste na época, garantiu uma participação intensa dos intelectuais em questões de cunho mais amplo, fugindo ao caráter regionalista e essencialmente jurídico que marcava a posição de intelectuais ligados a essa área em outras instituições de ensino superior. Ao comentar os efeitos da transferência dessa Faculdade de Olinda para Recife, Schwarcz (1993, p. 146-147) coloca que, “É a partir desse momento que se percebe o surgimento de um novo grupo de intelectuais, cuja produção transporá os estreitos limites regionais”.

As temáticas que surgiram no interior da Faculdade de Direito do Recife influenciaram o universo sociocultural brasileiro da época: essa instituição de ensino era considerada um celeiro de informações jurídicas, política, literária,

poética, histórica, sociológica e outras. Tais informações e idéias tinham suas propagações nas publicações oficiais da academia ou em meios alternativos como em folhetins, jornais e outros que contribuía com o escoamento do pensamento que ali era produzido.

Entre os nomes que exerceram grande influência cultural neste círculo, podem ser citados:

Vitoriano Palhares, Araripe Júnior, Franklin Távora, Tobias Barreto, Silvio Romero, Celso de Magalhães, Sousa Pinto, Antonio Coelho Rodrigues (piauiense, foi o primeiro doutor em Direito de Borla e Capelo do Brasil e autor de um dos projetos do Código Civil Brasileiro), Clóvis Beviláqua (autor do projeto que daria origem ao Código Civil Brasileiro), Martins Junior, José Higino, Arthur Orlando, José Isidoro Martins, Pontes de Miranda e tantos outros que influenciaram gerações de acadêmicos e a idealização cultural, com suas reflexões como alunos, docentes ou em outras profissões, tanto no campo jurídico como no campo das idéias.

Os intelectuais acima relacionados, fortemente influenciados pela cultura social e política estrangeira, representavam uma parte da erudição nacional. A análise da literatura estrangeira fazia emergir um pensamento particular nesta sociedade, próprio às condições vividas por estes

intelectuais que possuíam suas origens relacionadas a condições específicas, já que esse centro educacional era formado por alunos oriundos de vários estados do Nordeste a até de outras regiões do País. O pensamento jurídico desse grupo era fenômeno plural, embora tenha sido bastante influenciado pelo pensamento alemão, representado no Brasil pelo mestre da Escola do Recife, Tobias Barreto (WOLKMER, 1998).

O pensamento produzido pelos intelectuais da Faculdade do Recife ficou conhecido como “Escola do Recife”, embora existam divergências sobre a unidade desse pensamento. No entanto, um dos atores desse processo reconhece que existia uma tendência entre os intelectuais da Faculdade do Recife. Clóvis Beviláqua (1977), admite que entre os membros daquela instituição de ensino superior existia um jeito de ser que tanto influenciou a cultura e as ações políticas do Nordeste, e o que mostra a seguir:

A Escola não era – assegura Beviláqua – “um rígido conjunto de princípios, uma sistematização definitiva de idéias, mas sim uma orientação filosófica progressiva, que não impedia a cada um investigar por sua conta e ter idéias próprias, contanto que norteadas cientificamente” (CARVALHO JÚNIOR, 1983, p. 43).

Foi dessa forma que muitas idéias que serviam de pano de fundo para os debates acadêmicos na Faculdade de Direito do Recife chegaram ao Piauí. A chegada dos acadêmicos às suas

localidades para passar férias ou o retorno dos mesmos, quando alcançavam a formação de bacharel, era momento de grande efervescência política e cultural em suas regiões. Este ar de liberdade cultural que circulava na Faculdade do Recife influenciou as idéias de muitos estudantes piauienses, embora, na maioria das vezes, o resultado prático gerado pelas mesmas tenha sido de pouca monta. O fragmento de texto abaixo informa sobre o comportamento de alguns alunos daquela Faculdade, a respeito da causa abolicionista:

[...] fundaram os moços piauienses residentes em Pernambuco, e estudantes da Faculdade de Direito do Recife, uma sociedade abolicionista sob o título de **Caixa Emancipadora Piauiense**, com o fim animar e propagar a grandeza e utilidade de tão nobre cometimento; e dirigindo sua diretoria uma circular à imprensa de Teresina, em 1883, pedindo a sua adesão [...] (COSTA, 1974, p. 550, v. 2, grifo do autor).

A julgar pelo relato acima, é possível inferir que os filhos das famílias ricas ou seus agregados eram enviados para estudar em outras regiões do País. Nesse panorama, o primeiro piauiense a ter o grau de bacharel em Direito foi Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, em 1806, na Universidade de Coimbra (BASTOS, 1994) e no Brasil, quando da instalação da Faculdade de Direito, ainda quando era em Olinda, posteriormente transferida para Recife, foi Francisco de Sousa Martins, formado na primeira

turma integrada por 41 bacharéis, em 1832<sup>15</sup>  
(BEVILÁQUA, 1977).

Ainda na primeira metade do século XIX, teve-se  
Casimiro José de Moraes Sarmiento, que:

Fazendo os seus estudos de humanidades, parte no Piauí, com ilustre dr. João Cândido de Deus e Silva, e parte na cidade de Cachoeira, na Bahia, matriculou-se no jurídico de Olinda, recebeu o grau de bacharel em 1836 e o de doutor em 1840, com aprovação plena, sendo ele o primeiro piauiense que, depois da criação das academias jurídicas do Brasil se doutorou em direito” (COSTA, 1974, p.236, v. 2).

O referido processo ocorreu todo no curso jurídico de Olinda. Esses foram, portanto, os primeiros de um grupo de piauienses que se consagraram naquela referida instituição, recebendo o título de bacharel, e por isso obtiveram o passaporte para atuar em cargos de alta relevância política e social piauiense e em outras regiões do Brasil.

A partir do início do século XX, o fluxo de estudantes piauienses em direção a Recife começou a diminuir, em decorrência da instalação de diversas faculdades em outros Estados do Nordeste e do Norte do País, é como podemos observar no trecho que se seguir:

É sensível o declínio do número de alunos nas primeiras décadas deste século, o que se explica em parte pela instalação de várias Faculdades de Direito na região, como as do Pará (1902), do Ceará (1903), e do Maranhão (1918), que passam a atender à demanda do próprio Estado e a fazer concorrência à Velha Faculdade, (QUEIROZ, 1998a, p. 99).

---

<sup>15</sup> Embora Cláudio Bastos no seu grande Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí, na pagina 178, mencione o nome de Casimiro José de Moraes Sarmiento, como primeiro piauiense formado na Faculdade de Direito do Recife no ano 1836, Clovis Bevilaqua renomado jurista, informa no seu livro a História da Faculdade de Direito do Recife nas paginas 32-33, o nome de Francisco de Sousa Martins na turma de 1832.

Todavia a velha academia deixou raízes profundas naqueles que puderam compartilhar do seu universo cultural. Estas influências e a conjuntura política do início dos anos 30 terminariam por orientar a experiência da primeira instituição de ensino superior do Estado do Piauí.

Assim, a cultura educacional do Estado sofreu influência dos ex-alunos da Faculdade do Recife: Antonio Borges Leal Castelo Branco, Clodoaldo Freitas, Higino Cunha (este último era maranhense, e tinha fortes ligações com o Piauí), Joaquim Vaz da Costa, Cromwell Barbosa de Carvalho, Simplício de Sousa Mendes, Esmaragdo de Freitas, Cristiano Castelo Branco, Adalberto Cícero Correia Lima, José de Arimathéa Tito e tantos outros que vieram atuar no espaço social piauiense no magistério e em áreas como a magistratura, o jornalismo e a política.

### **3.2 Faculdade de Direito do Piauí: a gênese do ensino superior do Estado**

Com o movimento político de 30, iniciou-se no País uma série de mudanças que iriam possibilitar o deslanchar de uma nova estrutura econômica e cultural. O processo de industrialização fomentado pelo governo Vargas gerou



novas necessidades sociais e intensificou carências já existentes. No campo da economia abria-se a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho com o crescimento no setor industrial e do comércio. Porém a nova realidade mercadológica exigia um trabalhador com perfil diferente do que fartamente se encontrava nos maiores centros econômicos do País. A própria estruturação administrativa do novo governo exigiu modificações nos quadros de sua burocracia, passando a absorver um maior número de indivíduos com formação acadêmica. Desse modo, a educação passou a apresentar um maior peso nas políticas de governo, pois tanto era necessário formar mão-de-obra qualificada para a indústria, como era preciso preparar a elite para garantir legitimidade ao momento. É o que afirma Cunha (1980, p. 150), ao colocar que, “A revolução de 30 veio abrir uma nova quadra na história política do país, na qual o aparelho educacional sofreu alterações de grande envergadura”.

Motivados pela onda de acontecimentos nos grandes centros do País, os piauienses procuraram tornar real um desejo relacionado ao campo educacional: a instalação de um centro de ensino superior no Estado. Para tanto, contou-se com a intensa participação do Interventor do momento, Capitão Joaquim Lemos Cunha, ao garantir a presença do Estado nos custos da instalação e manutenção dessa instituição de ensino. Logo, uma mobilização de setores da elite piauiense começou a tomar corpo nesse sentido.

Aproveitando o vento favorável a tal envergadura, seus integrantes faziam uso de suas relações políticas em torno da concretização desse objetivo. Higino Cunha, no artigo intitulado

“Memória Histórica da Faculdade de Direito do Piauí”, publicado na Revista Acadêmica (1935, nº 1, p. 2) da Faculdade de Direito do Piauí, colocava que:

Era uma antiga aspiração da elite intellectual do Piauí. Desde o advento da República no Brasil, que decretou a autonomia dos Estados, atribuindo-lhes a faculdade de criar e dirigir institutos de ensino secundário e superior, officiaes e particulares equiparados, algumas unidades da Federação se apressaram em utilizar a nova regalia constitucional. [...] A idéia pairava no ar, dispersa e fluctante, á espera da sazão propicia para se lançada ao solo e germinar. Intensificou-a a revolução de 1930. Mesmo no meio da confusão reinante nos primeiros meses, ella não deixou de vogar no espaço como um astro erradio em busca do seu centro de gravitação. Heráclito Sousa e Leopoldo Cunha deram-lhe ingresso nas columnas do Estado do Piauí e fácil foi conquistar apoio indispensavel dos interventores federaes capitão Joaquim Lemos Cunha e Landry Salles Gonçalves, [...].

O projeto de ensino superior levado adiante por setores da elite piauiense resultou na criação de uma Faculdade de Direito. A escolha do curso foi favorecida tanto pelo *status* social que o mesmo alcançava na comunidade política e entre os intelectuais da época, como pelo número de profissionais com formação na área no Piauí. Além das razões informadas, um outro fator que contribuiu para que se acreditasse que a Faculdade de Direito no Piauí apresentava viabilidade: era a prática comum da participação de bacharéis no magistério, havendo assim uma mão-de-obra já qualificada para esse fim.

Assim, o projeto de instalação ensino superior no Piauí constituiu-se em uma bandeira da elite intelectualizada do Estado, que na sua maioria era formada por bacharéis de Direito. Esse não foi o

primeiro espaço reservado a atuação desse grupo, pois a Academia Piauiense de Letras (APL), criada em 1917, aparece como um importante espaço de debates sobre questões sociais e políticas locais, realizados por expressões da época como: Lucídio Freitas (o grande idealizador da APL), Higino Cunha, Clodoaldo Freitas, Celso Pinheiro, Edison Cunha e outros, que podem ser relacionados como integrantes de uma agremiação singular. Os ventos de modernização do País nos anos trinta atingiram o Piauí, principalmente por meio desse grupo. A academia, já por esse período, entre outras atividades, publicava uma revista informativa que versava sobre várias temáticas. Sua atuação criava um comportamento, no grupo que conseguia atingir, bastante favorável ao convívio com a nova realidade criada com a instalação da Faculdade de Direito.

Sendo a educação uma condição *jure et facto*, ou seja, de direito e de fato para as grandes transformações estruturais, a ausência de uma instituição de ensino superior local criava dificuldades para implementação de projetos que visassem promover uma modernização da sociedade piauiense. Portanto, a criação de uma faculdade de ensino superior era consensualmente defendida por aqueles que retornavam dos estudos realizados em Recife ou em outros centros do

País. Esse ideal agiu como elemento unificador desse setor da sociedade no início dos anos trinta, do século passado, constituindo-se em um dos temas principais nos discursos dos intelectuais da época. Assim, o que se percebe na literatura que informa os procedimentos tomados na época para a instalação de uma instituição de ensino superior no Piauí, era que esse ideal fora partilhado por profissionais de diferentes áreas.

Pessoas ligadas a interesses diversos viam na criação da instituição de ensino superior a possibilidade de transformação do espaço cultural, político e social do Estado. As famílias mais abastadas, sempre buscavam no ensino condições que favoreciam a união de suas aspirações sociais, econômicas, culturais e políticas. O processo facilitava o acesso aos espaços de maior *status* político e intelectual do Estado. Como no restante do País, também neste Estado, alguns cursos estavam em vantagem nesse sentido, era o caso dos cursos de Direito, Medicina e Engenharia, mesmo que, nessa prevalência, o curso de Direito sempre tivesse alcançado uma posição mais favorável. E o que pode ser verificado no que segue:

Em nossa elite, porém, quase inteiramente constituída de advogados, médicos e engenheiros, foram aqueles bacharéis e doutores, que adquiriram, na hierarquia interprofissional, maior autoridade e prestígio. A atração exercida por esses dois tipos de escolas, as de direito e as de medicina, mais de acordo com as nossas tendências intelectuais (o próprio ensino médico

permaneceu durante muito tempo mais teórico e especulativo do que experimental), foi tão intensa que não tardou a estabelecer-se grande desproporção entre o número de médicos ou bacharéis formados [...] O bacharel tomou assim o primeiro lugar na escala profissional e social, e, entre as profissões liberais, nenhuma outra desempenhou papel mais importante na vida intelectual e política do país (AZEVEDO, 1974, p. 295-296).

Reafirmando a importância atribuída pela sociedade piauiense aos bacharéis em Direito, observemos o que coloca o fragmento de literatura produzida no jornal: A Imprensa, na “Coluna Telegramma” (nº 60, 2/03/1926, p. 4), em meados do anos vinte do século passado, ou seja, período anterior ao da criação da nossa primeira Faculdade de Direito, em 1931.

“Chegou a Barras o Dr. Euripedes Mello”

Barras, 27 chegou hontem, conforme era esperado, o nosso talentoso patricio Doutor Euripedes Mello, quem com extraordinario brilhantismo acaba de concluir o curso de Direito no de Rio de Janeiro [...].

O fragmento acima é semelhante a tantos outros que são encontrados na imprensa local e em vários periódicos que circulavam no Piauí no período, ou mesmo em momentos anteriores. Eles servem para termos uma visão de como a sociedade enaltecia quem aqui chegava com um curso superior. O enaltecimento embora fosse maior para os bacharéis em Direito, também estendia-se para outros cursos superiores, como por exemplo, Engenharia, Medicina, o que denota a importância e o anseio da sociedade pela implantação de uma instituição superior neste Estado.

O atraso cultural e intelectual do Piauí era atribuído, em grande parte, a inexistência de uma instituição que favorecesse um aprofundamento dos estudos dos filhos dessa terra que não possuíam posses para se deslocar a outras regiões. Freitas, egresso do Curso de Direito da Faculdade do Recife e atuante no meio político e cultural do Piauí, ao discutir sobre a situação educacional do Estado, afirmava.

[...] a distância em que se acha esta província das faculdades e cursos superiores de instrução, arreda aos menos abastados dos estudos secundário que até hoje se consideram somente como preparatório e os mais opulentos podem com mais facilidade e proveito cursa-los nas aulas das faculdades ou de melhores colégios das capitais mais adiantadas (FREITAS, 1988, p.73).

A necessidade de instalação de uma instituição de ensino superior do Estado precisava ser suprida urgentemente, pois segundo avaliação de intelectual da época a sua carência afetava inclusive o ensino secundário, penalizando os menos favorecidos economicamente, que deixavam de cursar essa modalidade de ensino, que tinha finalidade de preparar para o nível superior, porque não tinham condições financeiras para dar continuidade aos seus estudos em outras regiões do País.

Cunha informa sobre os “trabalhos preliminares” realizados em torno da criação da Faculdade de Direito do Piauí, ou seja, reuniões que ocorreram

no Clube dos Diários<sup>16</sup>, o espaço social mais importante da cidade e onde geralmente a elite local se encontrava para o lazer e para tratar de assuntos do seu interesse e outras que ocorreram no espaço da redação do Diário Oficial do Estado, órgão que tinha a finalidade de publicar os atos do poder público. Assim, o que pôde ser constatado, na literatura produzida no período sobre o assunto foi que a primeira reunião se deu no Clube dos Diários, em 14 de janeiro de 1931. Da reunião mencionada participaram várias pessoas interessadas em discutir as providências que deveriam ser adotadas para a concretização da referida Faculdade. Entre os presentes estavam:

[...] o engenheiro civil dr. Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, que convidou para secretaria-lo o jornalista Antonio Neves de Mello e para comporem a Mesa os srs. des. Cromwell Barbosa de Carvalho, drs. Mario Baptista, Arthur Furtado, Giovanni Costa, professor Leopoldo Cunha (CUNHA, 1935, p.2-3).

Na primeira reunião foi escolhida uma comissão para organizar os trabalhos de elaboração do Estatuto e do Regulamento da Faculdade e ainda definir uma lista de possíveis docentes. Também, neste momento, foi estabelecida uma comissão para informar ao chefe do governo, no período, o interventor Capitão Joaquim de Lemos Cunha, sobre projeto de criação de uma Faculdade de Direito no Estado. O grupo responsável pela

---

<sup>16</sup> Fundado em 7 de setembro de 1922, tinha finalidade de aproximar as famílias teresinenses promovendo reuniões de caráter diverso como esportiva, intelectual, solenidades, artística e social. Atualmente O Clube dos Diários, juntamente com o Teatro 4 de setembro fazem parte do espaço cultural no centro de Teresina.

proposta de criação da instituição de ensino superior solicitava o aval do Estado, tanto no que diz respeito ao reconhecimento da Faculdade, como no sentido de obter ajuda financeira, que era condição essencial à sua viabilidade.

A cada nova “sessão preparatória”, como eram denominadas as reuniões que debatiam sobre a formação da Faculdade de Direito, agregavam-se novos nomes ao movimento. O convite dos integrantes das comissões e dos demais interessados para as reuniões era feito através dos jornais locais e principalmente, por meio do Diário Oficial do Estado. Nas atas de reuniões, no Estatuto e no Regulamento da Faculdade constam nomes de pessoas que circulavam no meio intelectual no período, como: Francisco Pires Gayoso e Almendra, Simplicio de Sousa Mendes, Mario Baptista, Geovanni Piauhense da Costa, Cromwell Barbosa de Carvalho, Joel de Andrade Sérvio, Christino Castelo Branco, Veras de Hollanda, Higino Cunha, e tantos outros. Na reunião do dia 25 de março de 1931, foi aprovada a carta magna da Faculdade, ou melhor, o seu Estatuto<sup>17</sup>, composto 53 artigos distribuídos em doze capítulos dispondo sobre a estruturação, o funcionamento, a receita e o patrimônio da

---

<sup>17</sup> Publicado no Diário Oficial do Estado em partes que começa na publicação dia 07, seguido nos dias 08, 09 e 10 de abril de 1931, tendo logo em seguida uma publicação encadernada feita pela Imprensa Oficial, ainda em 1931.



Faculdade. Este dia ficou reconhecido, como a data de sua fundação.

A articulação entre o meio intelectual e as ações políticas tomadas junto ao Interventor para o apoio a criação da Faculdade de Direito no Piauí, concretizou-se legalmente através do Decreto Estadual nº 1.196, publicado no Diário Oficial do Estado, em 1º de abril de 1931, que reconhecia a Faculdade como utilidade pública e como instituição de Ensino Superior em todo o Estado e no Decreto Estadual nº 1204, de 7 de abril de 1931, também publicado no órgão de imprensa do Estado já mencionado, onde o governo autorizava a subvenção anual para a Faculdade, sendo que o valor deveria ser repassado em cotas mensais à instituição (CUNHA, 1935). Verifica-se que a ajuda política e econômica do Estado foram de suma importância para a concretização do projeto em pauta. A aproximação entre setores da sociedade civil e o governo local em torno desse interesse criou um clima favorável às relações políticas entre os intelectuais e os representantes do poder local.

Pela ata da reunião realizada no dia 8 de abril de 1931<sup>18</sup>, fica estabelecida a comissão fundadora da Faculdade de Direito do Piauí, representada pelos

---

<sup>18</sup> Esta Ata consta no Diário Oficial do Estado de nº 80, 12/04/1931. Registra a constituição de corpo de direção da Faculdade, bem como aprovação de currículo e do corpo docente da mesma. p. 5-6.

Desembargadores Francisco Pires de Castro e Simplício Mendes, Cromwell Carvalho, Giovanni Costa, Christino Castelo Branco, Mario Baptista e Joel Andrade Sérvio. Nesta reunião ficou estabelecida a organização de uma comissão para agradecer a participação do Estado, através do seu interventor, na instalação da Faculdade. As condições em que se deu a instalação do ensino superior do Piauí, fortemente amparado por subvenções do Estado, e controlado pela elite local definiram por muito tempo a natureza que assumiu o ensino superior nessa entidade da federação.

Em 14 de abril de 1931, deu-se finalmente a instalação da Faculdade de Direito do Piauí, em um clima de grande festividade e com todas as pompas que revestiam este tipo de evento. A solenidade aconteceu no salão nobre da antiga Câmara Legislativa do Piauí e contou com a presença de autoridades do Piauí e do vizinho Estado Maranhão: o interventor do Piauí, Capitão Joaquim Lemos Cunha; o interventor do Maranhão Padre Astolpho Serra; o prefeito de São Luiz do Maranhão, Carlos Macieira; a Diretora da Escola Normal, a professora Firmina Sobreira; os futuros professores da Faculdade aprovados na sessão de 8 de abril do corrente ano, os alunos do Liceu Piauiense e da Escola Normal que também

vieram prestigiar a solenidade e demais personalidades da sociedade piauiense, já que o ato solene mudava de forma significativa a fisionomia do ensino no Piauí. Assim, o Diário Oficial do Estado (nº 82, Ano I, 15/04/1931, p. 1), registrou o acontecimento de instalação da Faculdade:

[...] constituiu esse acto, hontem realizado, ás 10 horas da manhã, um verdadeiro acontecimento social, tal a concurrencia de pessoas da nossa mais alta sociedade, senhoras, autoridades, representantes da imprensa e de todas as mais classes. Incalculável assistência occupou, desde cedo, os vastos salões da antiga Assembléia Legislativa, em cujo edificio funciona a Faculdade.

A receptividade demonstrada pelos setores representados acima informa sobre as expectativas que eram criadas em torno da instalação de uma faculdade no Piauí. A idéia presente girava em torno da instalação de uma nova realidade cultural e educacional no Estado. Acreditava-se que o ensino secundário local viveria, a partir daquela data, uma nova fase, o que de fato ocorrera, pois uma outra rotina escolar foi tomando forma no sentido de preparar os estudantes secundaristas para o exame vestibular<sup>19</sup> da Faculdade. Um dos exemplos das mudanças ocasionadas pela instalação da faculdade foi o surgimento de cursos preparatórios para o vestibular, noticiados na imprensa local. Mesmo alguns anos depois da instalação da referida faculdade e do surgimento

---

<sup>19</sup> Foram instituídos pela Reforma de Maximiliano em 18/03/1915, em substituição aos exames preparatórios para entrada no ensino superior.

de outras, é possível encontrar nos jornais da cidade chamadas nesse sentido:

#### Curso de Preparação

Aos exames vestibulares da Faculdade de Direito e da Faculdade de Filosofia exames das Aulas preparatórias dos exames de admissão do curso ginásial – Centro Proletário – Rua Lisandro Nogueira 1301.

Direção do Professor Cláudio Ferreira (JORNAL DO PIAUÍ, 21/09/1952, p. 4).

A Faculdade funcionou provisoriamente na Assembléia Legislativa do Estado<sup>20</sup>, que estava localizada em um espaço partilhado pelos principais prédios públicos do período, dentre eles o prédio onde funcionava a Escola Normal. A grandeza arquitetônica da construção onde funcionava a Assembléia (Foto 01) oferecia igual brilho à sua hóspede. O local onde a Faculdade foi inicialmente instalada demonstra a orientação temporal dos seus pioneiros, pois, se em grande parte das experiências iniciais com o ensino superior no País, ele nasce intimamente ligado às escolas religiosas, inclusive funcionando nos mesmos espaços, como foram os casos das faculdades de São Paulo e Olinda, no Piauí embora já existissem o Colégio Sagrado Coração de Jesus e o Colégio Diocesano, a instalação da Faculdade de Direito em um espaço essencialmente temporal como o da Assembléia Legislativa, demonstra a orientação e a finalidade

---

<sup>20</sup> Câmara dos Deputados – Assembléia Legislativa, sede provisória da Faculdade de Direito do Piauí, atualmente é onde se situa o prédio da Fundação Estadual de Desporto e Cultura (FUNDEC).

política inicial dos seus idealizadores. Logo, com a instalação, “[...] da Faculdade de Direito do Piauí, que teve extrema importância na formação de grandes burocratas estaduais (OLIVEIRA; CASTELO BRANCO; BONFIM, 2002, p.156). A Faculdade Direito seria então espaço essencial formador destes burocratas que iriam encontrar no espaço administrativo do Estado uma campo fértil para desempenharem seus papéis de agente representante desta instituição que iria transformar profundamente a fisionomia do Piauí.

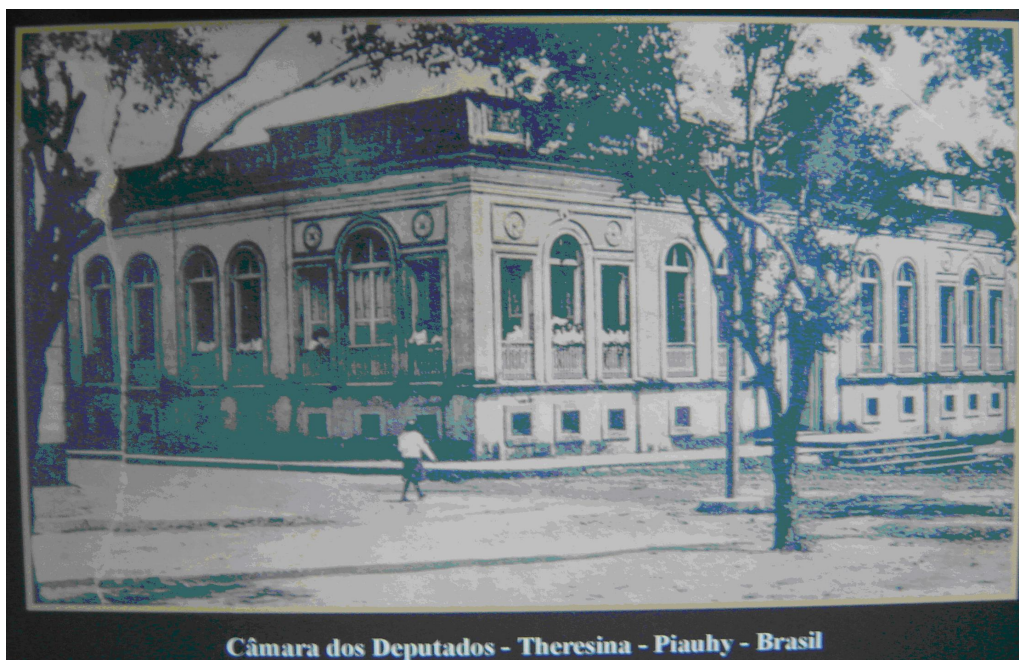


Foto 01 – Assembléia Legislativa do Piauí.  
Fonte: Arquivo Público do Piauí (APEP)

Conforme mencionado anteriormente, a instalação da Faculdade de Direito alterou a normalidade do sistema educacional do Estado.

Brito (1996, p.86) afirma que “Uma das primeiras implicações para o ensino no Piauí decorrentes da instalação da Faculdade de Direito foi a antecipação de exames no Liceu Piauiense, pelo Decreto Lei nº 1.225, de 27/04/1931, [...]”. Com o referido Decreto, o Capitão Joaquim de Lemos Cunha, interventor do Estado na época, atendia a uma reivindicação da Faculdade e de estudantes do ensino secundário, especialmente daqueles que ainda não haviam prestado o referido exame, o que tornava o período escolar compatível com a data marcada para o primeiro vestibular da Faculdade, agendado para o dia 01 de junho de 1931. “Com a criação da Faculdade de Direito se iniciava a história silenciosa do Ensino Superior no Piauí” (FREITAS FILHO, 2003a, p.13).

A Secretaria da Faculdade divulgou as informações do referido vestibular através do seu primeiro Edital. O período de inscrição ficou inicialmente marcado entre 14 a 25 de abril de 1931, sendo prorrogado até 30 de abril de 1931, através do Edital de prorrogação de nº 02, 24 de abril de 1931. A razão dessa extensão do período de inscrição foi curto, visto que o espaço de tempo entre a instalação/divulgação do início da inscrição e o seu término foi insuficiente para que grande parte dos interessados pudesse atender a burocracia necessária. Em 30 de abril de

1931, houve nova prorrogação do período de inscrição, desta vez justificada pela Reforma realizado no ensino superior e pelo Decreto Estadual de n ° 1225 – 27/04/1931.

Segundo o Estatuto da Faculdade, para fazer inscrição e matrícula no curso de Direito, era necessário que o proponente atendesse ao que e estabelecia o seu Artigo 33: idade mínima de 16 anos; idoneidade moral; pagamento da taxa da matrícula e a apresentação do certificado de aprovação de algumas matérias referentes ao ensino secundário e submeter-se e conseguir aprovação no exame vestibular, composto de provas escritas e orais na forma determinada pela congregação, representada pelo Diretor da Faculdade e o seu corpo docente, os catedráticos. Eram esses alguns dos critérios presentes no artigo supra citado do referido instituto superior.

Sobre o episódio de antecipação dos exames no Liceu Piauiense, fruto da articulação dos candidatos à Faculdade tem-se o relato das memórias de Antônio Martins Filho, participante do movimento “pró-abertura de uma época especial no Liceu Piauiense”.

Viajei para Teresina e ali fiz contato com João Bastos, alto funcionário estadual, e com o jornalista Heráclito Souza, cearense de Crateús, radicado há vários anos na capital piauiense. Com esses dois amigos troquei idéias, no sentido de encabeçarmos um movimento, pró abertura de uma época especial no Liceu Piauiense, destinada a atender aos candidatos à matrícula na instituenda Faculdade de Direito. A idéia passou a ser considerada e aceita

por muitas pessoas qualificadas no meio social, como o poeta Martins Napoleão, professor Clemente Parente Fortes, farmacêutico Ney Ferraz, telegrafista Nereu Bastos e vários outros. [...] tínhamos uma audiência como o Interventor Militar no Piauí, Capitão Joaquim de Lemos Cunha. Preparado o Memorial dos postulantes à Faculdade de Direito, [...]. Eram quase quarenta interessados e a discussão foi muito simples. O Interventor Lemos Cunha mandou fosse lida a minuta do ato a ser baixada pelo Governo, no sentido da abertura da época especial, que então pleiteávamos. [...] o Interventor inquiriu ao Procurador-Geral se aquele projeto de Decreto traria algum prejuízo para o Estado. A resposta foi negativa. [...] se o Projeto importava em algum prejuízo para o Liceu ou para Faculdade [...] o Fiscal do Liceu, Doutor Mário Batista [...] concluir que tanto o Liceu quanto a Faculdade de Direito só teria a lucrar [...]. A essa altura, o Interventor Lemos Cunha, dirigindo-se a um funcionário do Palácio, decidiu atender nossa reivindicação, com uma locução inusitada: “Secretário, lascal!” [...] Sem perde de tempo, providenciei a minha inscrição, juntamente com meu colega Ausônio Câmara [...]. No Liceu Piauiense foi organizado o calendário especial para a prestação dos exames vagos, compreendendo provas escrita e oral. [...] A lista de pontos de cada matéria havia sido previamente organizada e divulgada, mas a direção, os professores e o Fiscal do Liceu iriam exercer uma vigilância permanente para evitar, tanto quanto possível, processos fraudulentos, notadamente na redação das provas. Foi uma verdadeira maratona, em virtude da escassez do tempo de que dispúnhamos, obrigando-nos a um regime de trabalho de, pelo menos, dezoito horas por dia. Concluídos os exames parcelados, aos quais concorreram mais de quarenta candidatos, lograram aprovação apenas vinte e três, eu inclusive. Depois de devidamente matriculado no primeiro ano do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito do Piauí, dei-me o luxo de passar alguns dias de repouso, para restaurar as energias perdidas, que foram muitas (MARTINS FILHO, 1993, p.89-91).

A comissão responsável pelo primeiro vestibular do Piauí, marcado para o dia 01/06/1931, foi composta pelos seguintes docentes:

Desembargador Joaquim Vaz da Costa, Mario José Baptista, Daniel Paz e Cromwell Barbosa de Carvalho. A aula inaugural foi realizada em 01 de julho de 1931, ministrada pelos professores:

Daniel Paz, Desembargador Joaquim Vaz da Costa e Mario José Baptista, na presença dos alunos aprovados, docentes e autoridades locais.

Na abertura dos trabalhos em 1º de julho de 1931, também foi escolhida a nova diretoria da Faculdade, representada por Daniel Paz para o



cargo de Diretor e do Desembargador Joaquim Vaz da Costa para o de Vice-Diretor e mantendo o Secretário da composição anterior, já que a Diretoria aclamada no começo dos trabalhos da fundação da Faculdade tinha renunciado.

Assim, a instalação da Faculdade de Direito, representou o início do ensino superior no Estado e provocou o amadurecimento das idéias que iriam fomentar a construção de uma estrutura que favoreceu a instalação da primeira Universidade do Piauí, pois era exigência legal para a sua criação a presença de pelo menos três de uma lista onde estavam relacionados os Cursos de Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras, como pode ser constatado a seguir:

## Titulo I

### Constituição das Universidades Brasileiras

#### Capítulo I

##### Generalidades

Art. 5º A constituição de uma universidade brasileira deverá atender às seguintes exigências: I – congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos de ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e Letras; [...] (FÁVERO, 2000, p. 52, v.2).

Como a Faculdade de Direito no Brasil tinha originalmente sido caracterizada por um forte teor burocrático, visto que sua orientação foi herdada do direito romano, as medidas adotadas com Reforma não funcionaram como um fator de

transformação da sua lógica, ao contrário, o meio mais eficiente para a preparação da burocracia que o Estado necessitava continuava exercendo a sua função, pois “O curso de bacharelado foi organizado atendendo-se a que ele se destina a finalidade de ordem puramente profissional, isto é, que o seu objetivo é a formação de prática do direito” ( FÁVERO, 2000, p. 136, v. 2).

José Murilo de Carvalho (2003), ao discutir a formação do Estado e da sociedade brasileira afirma que nesta parte da América as formações desses dois organismos seguem padrão diferenciado do da América espanhola, especialmente em razão do tipo de orientação educacional desenvolvido nas faculdades de Direito. No Brasil, a elite teria construído uma cultura política homogênea explicada pelo fato de antes da independência ter recebido sua formação jurídica em Coimbra, centro fortemente influenciado pela tradição romana, que capacitava seus alunos para o exercício da vida burocrática, e com a construção do Estado nacional as faculdades de Direito instalada no Brasil terem seguido a mesma orientação, capacitando os membros da elite para a magistratura, cargos político, e o exercício de funções administrativas por várias províncias. Tal situação não teria sido modificada com a República, pois a instalação do

novo Regime político não implicou em uma renovação das bases políticas e sociais do País, mas em grande monta, apenas uma adaptação das velhas instituições e uma adequação dos antigos atores ao cenário em formação.

Assim, a Faculdade de Direito do Piauí que recebera sua orientação de faculdades tradicionais do País apresentou muito do perfil desenvolvido pela maioria das faculdades de Direito do Brasil. Não se pode negar que Pernambuco apresentava-se dentro do Panorama nacional como um caso *sui generes*, sendo palco de movimentos de contestação à ordem, em diversos momentos da história desse País. Isso explica a motivação que apresentava a Faculdade de Direito do Recife, de onde saíram os principais idealizadores da Faculdade de Direito do Piauí, para o debate sobre temáticas consideradas polêmicas pela sociedade. No entanto, as discussões realizadas nesta instituição de ensino superior, na maioria das vezes não conseguiam alcançar as fronteiras das áreas de domínios das famílias dos seus principais interlocutores, pois ao retornar às suas províncias, os egressos da Faculdade do Recife, logo assumiam a missão que lhe era definida por sua família e pelo setor social e político a que se vinculavam.

A preocupação dos fundadores após a instalação foi à organização da Faculdade do ponto de vista pedagógico e a aquisição de um prédio próprio. A estrutura curricular do Curso era agregada em um período de cinco anos, seguindo orientação do Estatuto das Universidades brasileiras, Decreto Federal nº 19.851, de 11 de abril de 1931, conhecido como Reforma Francisco Campos. Esta lei tinha como objetivo principal normatizar e regulamentar o ensino superior no País que dava sinais de expansão.

Uma análise da estrutura da grade curricular permite uma confirmação do caráter profissionalizante atribuído aos Cursos de Direito do Brasil. A exemplo, tomar-se-á a grade curricular<sup>21</sup>(CUNHA, 1935) da Faculdade de Direito do Piauí, semelhante a de outras instituições nacionais. Embora o Curso fosse definido como sendo de Ciências jurídicas e sociais, o que se observa é a ausência de disciplinas que favorecesse um debate mais amplo das questões sociais. Não se verifica a presença de disciplinas filosóficas que possibilitasse uma agregação do conteúdo jurídico das disciplinas específicas a uma formação humanista dos seus alunos. Fávero, a esse respeito coloca que após a

---

<sup>21</sup> Esta grade curricular de cadeiras do curso de Direito com os respectivos professores esta descrita no trabalho “Memória Histórica da Faculdade de Direito do Piauí”, de Higino Cunha. Publicada na Revista Acadêmica da Faculdade de Direito, nas páginas 4 e 5 de maio de 1935 na edição de nº 1.

Reforma do Ensino Superior, o Curso de Direito teria sido dividido em um bacharelado e um doutorado, sendo que:

Da sua seriação foram, portanto, excluídas todas as cadeiras que, por sua feição puramente doutrinária ou cultural, constituem antes disciplinas de aperfeiçoamento ou de alta cultura do que matérias básicas e fundamentais a uma boa e sólida formação profissional (FÁVERO, 2000, p.31. v..2).

Segue a estrutura informada para identificação das características apontadas, (CUNHA, 1935, p. 4-5).

#### 1º Anno

Introdução á Sciencia do Direito – des. Joaquim Vaz da Costa;

Economia Política e Sciencia das Financias - dr. Mario José

Bapstista

#### 2º Anno

Direito Civil – dr. Christino Castelo Branco;

Direito Penal – Des. Cromwell de Carvalho;

Direito Publico Constitucional – dr. Simplicio de Sousa Mendes

#### 3º Anno

Direito Civil – des. Francisco Pires de Castro;

Direito Penal – dr. Giovanni Costa;

Direito Commercial – dr. Ernesto José Baptista;

Direito Internacional Publico – dr. Raimundo de Brito Mello.

#### 4º Anno

Direito Civil – dr. Wladimir Abreu;

Direito Commercial – dr. Gançalo de Castro Cavalcante;

Direito Judiciário Civil – des. João Motta;

Medicina Legal – dr. Francisco Pires Gayoso.

#### 5º Anno

Direito Civil – dr. Antonio José da Costa;

Direito Judiciário Civil – dr. Daniel Paz;

Direito Judiciário Penal – dr. Pedro Borges da Silva;

Direito Administrativo e Ciência da Administração - dr. Hygino Cunha.

A vida acadêmica, no entanto, não se restringia aos acontecimentos de natureza administrativa. Como todas as instituições de ensino superior, a Faculdade de Direito do Piauí, desde o início, teve seus estudantes organizados através de órgão representativo da categoria. O Centro Acadêmico, criado para mobilizar os estudantes e para promover uma articulação entre os alunos e outros setores da Faculdade e da sociedade favoreceram, também, um intercâmbio de idéias com outras faculdades de Direito do País, através de encontros estudantis, na promoção e realização de seminários, conferências, jogos e outras atividades.

O Centro Acadêmico foi denominado de Valdivino Tito<sup>22</sup>, patrono desta agremiação. As suas atividades, no entanto, não possuíam a feição de uma política de participação das questões sociais que caracterizaria a atuação desse segmento, anos mais tarde, em algumas universidades do País. A participação da classe estudantil voltava-se, mais especificamente, para

---

<sup>22</sup> Valdivino Tito de Oliveira (1873-1925) – Piauiense nascido em Campo Maior – PI, bacharel em Direito formado pela Faculdade de Direito do Recife, com uma vida voltada ao mundo jurídico e cultural do Estado participando como colaborador em várias revistas, como Litericultura, Gazeta, e outras.

atividades de organização da estrutura da Faculdade e da participação dos alunos em eventos que objetivavam discutir matéria relativa ao curso. Nas memórias de Cunha (1935, p. 7) está registrada a participação dessa agremiação no cotidiano da Faculdade:

O centro organizou a bibliotheca da Faculdade, organizou outra bibliotheca na sala destinada ao actual Directorio Academico, onde se encontra o retrato do seu patrono dr. Valdivino Tito, um medalhão com effinge de Clovis Bevilaqua e as elegantes secções de bibliotheca – Abdias Neves e Luiz de Moraes Correia [...].

Uma medida do governo federal, que visava regulamentar as associações da classe estudantil, a exemplo do que acontecia com outras categorias sociais do País, especialmente com a classe trabalhadora, exigiu que o centro Acadêmico realizasse modificações na sua estrutura primitiva. A conjuntura política do momento, somou-se com a tradição das faculdades de Direito do Brasil no sentido de limitar participação dos docentes universitários a questões meramente relativas ao Curso. Um mecanismo utilizado pelo Governo Federal para controlar esse setor foi a criação obrigatória dos Diretórios Acadêmicos, em 1934, onde deveria ser agregado todo o corpo discente. A estratégia era formar um corpo homogêneo e livrar a universidade e, por extensão, a sociedade do perigo da desordem.

A produção cultural da Faculdade ficou a cargo da Revista Acadêmica, uma publicação do Diretório

Acadêmico. O seu primeiro número circulou em maio de 1935, tendo como matéria de destaque a Memória Histórica da Faculdade de Direito do Piauí, no período de 1931 a 1934, redigida pelo catedrático da cadeira de Direito Administrativo, Higino Cunha. Esse periódico continha ainda, “artigos doutrinários e conferências de professores, bem como trabalhos jurídicos de estudantes” (FREITAS FILHO, 2003a. p. 23).

Os primeiros frutos dessa envergadura educacional começaram a ser colhidos em 1935 com a primeira turma de bacharéis em Direito a se formar em solo piauiense. Os pioneiros se formaram, ainda sob entraves administrativos para o reconhecimento da Faculdade pelo governo federal, que apresentava um conjunto de exigências para esse fim, que a instituição não tinha ainda conseguido atender. Insatisfeitos, “[...] três formaram –se isoladamente ainda, 20 e 31 de dezembro de 1935, ou sejam, os bacharéis João Clímaco da Silveira e Alberto Brito e Alberto Brito de Rezende Veras. E Luis Lopes Sobrinho colou grau isoladamente também em 9 de janeiro de 1936 [...]” (BEZERRA, 2001, [n.p]), por meio de um mandado de segurança, requerendo suas imediata colação de grau, utilizando como fundamento legal o:



[...] Decreto Estadual nº 1.196, de 1º abril 1931, que declarou de utilidade pública a Faculdade, e declarava válidos para todos os efeitos, no território piauiense, os diplomas por ela expedidos, e ainda no art. 18 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 16 de julho de 1934, que aprovou os atos do Governo Provisório, Interventores Federais e demais delegados do mesmo Governo, excluindo tais atos e seus efeitos de qualquer apreciação judiciária (FREITAS FILHO, 2003a, p.16).

O atendimento ao pleito dos três estudantes pela justiça, permitiu que a Faculdade realizasse a cerimônia de colação de grau dos bacharelados requerentes. Assim, o Diário Oficial do Estado noticiou:

Temos a maior satisfação em registrar que a Faculdade de Direito do Piauí, deu a sua primeira turma de Bachareis. E o exmo. Sr. des. Cromwell Barbosa de Carvalho, seu eminente operoso Director, está, na fôrma do Regulamento, conferindo o gráu de bachareis em sciencias jurídicas e sociaes, aos alumnos que concluíram o curso, mediante requerimento, visto que não foi possível realizar-se, solennemente, a collação de gráu . Ainda hoje, foi conferido o gráu ao bacharelado João Climaco da Silveira Filho, o primeiro que requereu. Apesar da simplicidade do acto, foi o mesmo assistido pelos professores Des. Simplicio de Sousa Mendes e Des. Arimathéa Tito paranympho da turma, e Mario José Baptista, drs. Manoel Sotero Vaz da Silveira, e Frederico de Miranda Schmidt e vários académicos [...] (nº 287, ano V, 26/12/1935, p. 6).

Como era de se esperar, “Após a colação de grau, os três bacharéis foram aproveitados em cargos públicos estaduais” (FREITAS FILHO, 2003a, p. 17). Portanto, se confirmava no Piauí, a tradição com relação à cultura dos bacharéis no País. Os demais colaram grau depois do reconhecimento da Faculdade pelo Governo Federal, através do Decreto de nº 864, de 01/06/1936, pelo qual a mesma ficava equiparada às demais faculdade de Direito do País, após aprovação do Relatório das condições de funcionamento da Faculdade, assinado pelo Ministro da educação Gustavo

Capanema. Sendo assim, a colação de grau da primeira turma aconteceu com todas as solenidades e festividades em 27 de junho de 1936. A imprensa oficial comentou sobre o momento que marcou o ensino superior do Piauí, coroando com brilho e grande mobilização social a entrega dos bacharéis, que seguem para o Estado do Piauí.

Faculdade de Direito do Piauí

VERIFICOU-SE, SABBADO ULTIMO, COM TODA SOLEMNIDADE, A COLLAÇÃO DE GRÁU DA PRIMEIRA TURMA DE BACHAREIS

Amplamente divulgado pela imprensa, realizou-se sabbado ultimom, nesta capital, com toda solemnidade, a colloçãõ de grão dos bachareis que constituem a primeira turma da Faculdade de Direito do Piauí. Acontecimento de alta significancia nos círculos sociaes e intellectuaes, a collação de grão dos noveis bachareis, que se revestiu de um brilho excepcional, veiu coroar de triumphos a perseverança de alguns conterraneos nossos.[...]. Logo após, approximadamente ás 9 horas, na sala de congregação da nossa Faculdade, previamente ornamentada, teve logar a collação de grão. Com uma assistencia numerosa, destacando-se magistrados, professores, representantes de classes liberaes, altas autoridades da administração publica, civis e militares, o Sr. Des. Cromwell Barbosa de Carvalho, Diretor da Faculdade, abriu a sessão. [...] Todos os bachareis, cujos nomes se seguem, que se faziam acompanhar do respectivo paranympo, prestaram o juramento. São elles: Anísio Maia, Antonio Martins Filho, Ausonio Câmara, Clemente Fortes, Benedicto Fonseca, Clodoaldo Carvalho, Heráclito Sousa, José Alves da Silva, João Martins Moraes, Ney Ferraz, Nelson Cruz, Thyrso Ribeiro Gonçalves e João Viana de Carvalho. Terminadas as cerimoniaes da collação o Exmo. Sr. r. Governador do Estado deu a palavra ao orador da turma [...] (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PIAUHY, 30/06/1936, p. 1).

O orador da turma foi o bacharelado Clemente Honório Parentes Fortes, “[...] possuidor de uma vasta intellectualidade, e cujo talento sempre o distinguiu dentre os seus companheiros de academia” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PIAUHY, 30/06/1936, p.1). O mesmo se destacou na vida pública e se tornou uma peça chave na

construção do segundo estabelecimento superior do Estado: a Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (1958), exercendo naquela, o cargo de professor e diretor com brilhantismo. O futuro também lhe reservou um lugar na Faculdade de Direito do Piauí, tanto como professor, como de diretor.

O professor de Direito Civil, José de Arimatéia Tito foi o paraninfo da turma. Na ocasião pronunciou uma oração de exortação da mocidade, descrevendo a situação mundial do período com o avanço das idéias totalitárias, guerra civil na Espanha e outros aspectos, destacando ainda, a importância da juventude disciplinada por conhecimento e valores produzidos em áreas como a do Direito no processo de organização da humanidade, na manutenção da liberdade e dos valores humanos. O discurso foi publicado na íntegra na Revista da Academia de Letras do Piauí, em agosto de 1938. Segue, abaixo fragmento do mesmo:

Jus, aeternumque jus

Exortação a' mocidade

[...]

A hora é de exortação á Mocidade. A solução está no Direito. Ele acompanha a sociedade em todos os seus movimentos renovadores. Já se disse, em arroubos de eloquência, que “a sociedade é o turbilhão de astros girando pelo espaço. O Direito – a gravitação universal, disciplinando todas as forças - atrações e repulsões. O destino da sociedade é o destino do Direito. Onde a sociedade fôr, o Direito irá fatalmente. O que não pôde é a sociedade evoluir e o Direito estacionar. A sociedade é florescente, floresce

o Direito. [...]. Cabe aos moços o papel nobre de preservadores da civilização. Ao pampeiro monstruoso, que varre todos os continentes, oponha a mocidade a muralha santa do Direito, esta legenda, em letras enormes e fulgurantes, que faça deter os responsáveis e os criminosos: JUS AETERNUMQUE JUS ( TITO, 1938, p.82-83).

A Congregação, em homenagem ao ato de reconhecimento da Faculdade, que assegurava a continuidade da mesma, resolveu conceder o primeiro título de Professor *honoris causa* ao ministro da Educação, uma idéia do catedrático Heli Fortes Castelo Branco. É importante ressaltar que o empenho para o reconhecimento da Faculdade não se restringiu à ação dos docentes e discente, contou principalmente com a articulação de representantes políticos locais junto ao Governo Federal. A decisão do Conselho Nacional de Educação rendeu politicamente ao Governador do Estado, que teve da parte dos setores acadêmicos o reconhecimento de sua intervenção junto ao Governo Federal para aquele fim. A atitude da comunidade acadêmica em festejar publicamente as figuras do Ministro e do Governador do Estado revelava um traço da cultura do bacharelismo apontado por Sergio Buarque Holanda ao colocar que “[...], ainda no vício do bacharelismo ostenta-se também nossa tendência para exaltar acima de tudo a personalidade individual como valor próprio, superior às contingências” (HOLANDA, 1978, p.116).

Da primeira turma de Direito da Faculdade (ver placa da turma) outros nomes se destacaram no panorama local, regional e nacional em áreas que ultrapassaram os horizontes da magistratura: Luiz Lopes Sobrinho no campo da magistratura e literário; Heráclito Araripe de Sousa no campo da política e do jornalismo; Antonio Martins Filho, um grande articulador da educação regional, criador da Universidade Federal do Ceará e de outras instituições de ensino superior na região Nordeste e outros que da mesma forma tiveram uma participação importante no cenário social, político e cultural do País.



Foto 02 - Placa da primeira turma de Direito de 1935.  
Fonte: MARTINS FILHO, 1993, p. 188.

A lista de formandos da primeira turma da Faculdade chama a atenção por vários aspectos, entre eles o fato de todos os alunos serem do sexo masculino. A luta feminina no Brasil começava a

trilhar caminhos mais consistentes naquela época, inclusive com a conquista do direito ao voto em 1934. Todavia muitas barreiras culturais continuavam como obstáculo ao exercício da cidadania plena por esse gênero. A sua exclusão do mundo profissional jurídico não era uma situação específica do Estado do Piauí, porém não pode deixar de ser registrada, notadamente sendo esta a única instituição de ensino superior local. A literatura coloca que uma regular presença feminina no interior da Faculdade de Direito iria esperar, ainda, alguns anos. O ambiente do bacharelismo além de elitizado era fechado, machista e conservador.

Uma monção dirigida ao presidente Getúlio Vargas, a respeito do artigo de Artur Negreiro Falcão, pelos bacharelados da Faculdade de Direito de Niterói demonstra bem o pensamento desenvolvido nesse espaço a respeito da mulher. E o que se pode observar no fragmento abaixo.

As repercussões ao artigo de Artur Negreiro Falcão devem ter sido muitas e nos números seguintes, os bacharelados da Faculdade de Direito de Niterói, “atentos aos problemas sociais”, publicaram um abaixo-assinado que havia sido dirigido a Getúlio Vargas com o nome “A mulher e o serviço público”, encaminhando, juntamente o “belíssimo e oportuno artigo do citado autor. Os bacharelados informavam ao presidente que, com a “concorrência da mulher nas atribuições do homem, o futuro da Pátria estaria ameaçado”, conforme defendera Artur Negreiro Falcão. Porém, reiteravam, não queriam, com essa atitude, combater a mulher, pois seu grande desejo era “defendê-la e ampará-la; queremos que ela torne ao trono sagrado do lar onde nossos antepassados a colocaram; queremos para ela a posição de respeito e veneração de que gozaram e ainda gozam nossas mães; queremos que ela volte a ser esposa de seu marido e mãe, no sentido lato, de seus filhos” (ALMEIDA, 1998, p.148-149).

No Piauí, a primeira mulher a quebrar essa estrutura de exclusão feminina do espaço profissional jurídico foi Júlia Gomes Ferreira Viegas. A bacharelanda formou-se na turma de 1939, tendo apenas a companhia de José Augusto de Oliveira (FREITAS FILHO, 2003a), pois da turma de 1939 outros nomes femininos começaram, de forma tímida, a fazer parte da relação de alunos da Faculdade. É necessário que se esclareça que a timidez numérica, não impedia a forte presença que as bacharelandas conseguiam impor naquele ambiente conservador e com forte domínio do gênero masculino.

Vencidas as primeiras dificuldades outras surgiram, exigindo dos corpos administrativo e acadêmico muita determinação para a manutenção do projeto. Com a instalação do Estado Novo (1937-1945), o governo centralizou todas as ações administrativas. A Constituição de 1937, segundo Benedito da Rocha Freitas Filho, “[...] trouxe sérios embaraços para a Faculdade. O mais grave foi a proibição da acumulação remunerada de cargos públicos, consubstanciada no seu artigo nº 159” (2003a,p. 23). A determinação legal afetava diretamente a Faculdade de Direito do Piauí, onde a totalidade dos seus professores eram funcionários públicos ocupando cargos no poder judiciário, no magistério em outros níveis de



ensino e na administração pública. A manutenção da Faculdade ficou tremendamente abalada por tal proibição, especialmente porque os proventos recebidos pelos docentes eram irrisórios. A prática docente era exercida, na maioria das vezes, por prazer ou status cultural e político.

O mecanismo encontrado pela congregação foi a desoficialização da Faculdade, transformando-a em instituição Livre de Ensino Superior. Na verdade a Faculdade passava a ser de caráter particular, só assim os professores que exerciam cargos públicos poderiam continuar na docência da Faculdade e colaborar com sua manutenção.

Essa situação mobilizou as instituições de ensino superior que possuíam natureza jurídica de utilidade pública de várias partes do País, no sentido de produzir uma articulação política para contornar tal celeuma administrativa. A realidade da Faculdade de Direito do Piauí e de outras faculdades no Brasil demonstra a dependência que apresentavam das subvenções feitas pelo Estado para os seus funcionamentos regulares, pois a receita gerada pelas taxas (matrículas) e outras formas de arrecadações, como a vendas de revistas acadêmicas não era suficiente para manter suas atividades.

Se do ponto de vista burocrático as dificuldades eram muitas, o reconhecimento social de sua importância era algo que não gerava mais dúvidas, especialmente no meio que circulavam os interesses da elite local. Porém, existiam aqueles que dispor de melhores posses e almejando manter um diferencial em relação a seus pares que permaneciam no Estado, preferiam sair em busca das instituições de ensino superior com tradição no País, como foram os casos de Petrônio Portela e Helvídio Nunes que realizaram o bacharelado em Direito na Universidade do Rio de Janeiro. A saída desses piauienses para estudar em outras regiões em meados dos anos 40, embora tendo cursado o ensino secundário nos colégios locais, indica que a Faculdade de Direito do Piauí ainda não atraía os que podiam ser mais ambiciosos, talvez pelas dificuldades estruturais com as quais foi obrigada a lidar desde o desde sua instalação (BELLO, 1981, v. 2).

Confirmando o que informava (BELLO, 1981, v. 2), sobre a postura de alguns membros da elite local e seus agregados, com relação às suas formações profissionais, uma retrospectiva sobre a trajetória dos governadores do Piauí produzida pela Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO), colocava que “A partir de 1931, Teresina já tinha uma instituição

de ensino superior, a Faculdade de Direito. Mas quem podia fazer um esforço e tinha alguma ajuda ia estudar fora, dava mais status. Petrônio assim fez” (CEPRO,1993, p.152).

Os casos apontados acima não tiravam o brilho da instituição de ensino superior, pois, a partir de sua instalação todo acontecimento importante ocorrido na capital exigia a presença de representantes da Faculdade, que passaram a constar como uma nova expressão na sociedade piauiense.

A década de 40 foi um período áureo para a Faculdade, por vários motivos, entre eles: o seu reconhecimento definitivo através do Decreto – Lei 17.551, de 09/01/1945; O surgimento de mais um periódico acadêmico, organizado pelo Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito: a revista “Cultura Acadêmica”, que teve seu primeiro número em maio de 1947. O referido periódico caracterizava-se por ser composto de artigos doutrinários dos docentes e discentes da instituição. Na apresentação da revista à comunidade, o Diretor Des. Cromwell de Carvalho e professor catedrático de Direito Penal a justificou como mais um espaço de manifestação do livre pensar:

[...] como efeito, sem liberdade de pensamento ou de opinião não será, possível nos surtos da inteligência, ou na esfera da atividade mental,

construir obra de mérito ou fazer trabalho eficiente, pela profundidade, sinceridade e destemor na explanação dos assuntos e nos ensinamentos ministrados. E o Direito, em que se apóia a liberdade, no sentido da limitação que lhe impõem, não poderia, dêsse modo oprimido, chegar à sua finalidade que é a paz entre os homens, pela realização do preceito: - **“Dar a cada um o que e seu”** (CULTURA ACADÊMICA, maio, 1947, p. 3, grifo do autor).

Em 1948, o Governo Estadual cedeu à Faculdade de Direito o prédio do Grupo Escolar Abdias Neves (Foto 03), que ficava na Praça Demóstenes Avelino. Desde sua criação quando funcionou provisoriamente no Paço da antiga Câmara Legislativa até sua instalação em sede própria, a Instituição funcionou em vários outros prédios, entre ele parte do Prédio da antiga Secretária da Fazenda, próximo a Igreja do Amparo, atualmente sede da Receita Federal no Piauí. Essa tinha sido uma luta constante da congregação ao defenderem que:

As instituições educativas têm uma estrutura física, uma estrutura administrativa, mas também uma estrutura social, ou melhor sócio-cultural. Se as funções básicas de uma instituição educativa se objectivam na produção e na transmissão de cultura, seja pela matriz científica e tecnológica, seja pela matriz de comportamentos, atitudes e valores, bem se compreende a importância da dimensão sócio-cultural (MAGALHÃES, 1999, p. 73).



Foto 03 - Antiga sede da Faculdade de Direito do Piauí.  
Fonte: Acervo particular do pesquisador.

A fotografia acima é recente, todavia o prédio<sup>23</sup> manteve sua arquitetura original, projetado pelo engenheiro Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, sofrendo pequenas alterações causadas pelo tempo, especialmente aquelas que são decorrentes do tipo de importância dispensada pelos representantes do governo e pela sociedade civil ao patrimônio público, neste País. A estrutura majestosa da frente para a praça Demóstenes Avelino, criava uma estética positiva para a comunidade acadêmica. Era como se a nova realidade reproduzisse a experiência que vários

---

<sup>23</sup> Construído na década de 20, abrigou o Liceu Piauiense, os grupos escolares Demóstenes Avelino e Abdias Neves. Atualmente o prédio abriga a Biblioteca Estadual do Piauí – Cromwell de Carvalho. O engenheiro Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, participou das reuniões preliminares que deram origem à Faculdade de Direito do Piauí, relatadas nas Memórias Históricas da Faculdade de Direito do Piauí de Higinio Cunha, obra já citada neste trabalho e um grande defensor desta instituição tanto quando ela foi desoficializada em 1937, medida encontrada para contornar a proibição constitucional de acumulação de cargos pelos professores, no Senado, lutando para o seu processo de federalização em 1950, foi um grande articulador desta instituição, recebendo o título de professor Honoris Causa da Faculdade de Direito do Piauí, em sessão solene a 3/02/1953.

dos seus membros tiveram na Faculdade do Recife. O novo cenário da Faculdade era, também, comparado ao da Faculdade de São Paulo, no Largo do São Francisco.

Foi neste espaço-sede que a Faculdade, em 4 de dezembro de 1950, foi federalizada através da Lei 1.254, processo porque já tinham passado as faculdades de Direito de Alagoas, Amazonas, Goiás. A federalização da Faculdade de Direito do Piauí resultou da soma de esforços de professores, estudantes e iminentes autoridades públicas do Estado, que viam na nova condição da Faculdade a oportunidade de resolver problemas de ordem burocrática, financeira e estrutural, que tinham dificultado o funcionamento daquela instituição, até aquele momento.

Na sede própria, a Faculdade viveu momentos intensos de atividades culturais. Estabeleceu-se nas novas instalações uma importante arquitetura de pensamentos, ações e idéias que iriam se configurar em pontos de desenvolvimento da cultura e da sociedade piauiense. Daquele momento até a sua incorporação pela criação da Universidade Federal do Piauí (1971), abrigou nomes que hoje são referências no panorama cultural e político dessa sociedade e em âmbito nacional. Estudaram e se formaram, naquele espaço, grandes personalidades do mundo

jurídico, político e cultural do Piauí, entre as quais podem ser citadas: Raimundo Alves da Silva, Domício Magalhães de Melo, José de Arimatéa Tito Filho, Manoel Paulo Nunes, Omar dos Santos Rocha, Itamar de Sousa Brito, Hindemburgo Dobal Teixeira, José Camilo da Silveira Filho, Celso Barros Coelho, Paulo de Tasso Melo e Freitas, João Nonon de Moura Fontes Ibiapina, William Palha Dias, Maria Nerina Pessoa Castelo Branco, Temístocles Sampaio Pereira, Carlos Said, Raimundo Wall Ferraz e tantos outros.

Manoel Paulo Nunes, integrante do grupo acima, deu expressão à memória que guarda daquela experiência em depoimento de onde se extraiu o trecho que segue:

O ambiente da Faculdade era indiferente. O Diretor da Faculdade, que era o Cromwell de Carvalho [...]. Quando eu fazia algum discurso na Faculdade ele dizia: “Li o seu escrito, li seu discurso, está muito bom, mas muito avançado”, ou seja, havia um certo temor de que o avanço pudesse contestar as instituições, não havia nada disso. Começamos a agitação política na Faculdade de Direito e foi ela fruto da nossa presença, porque a Faculdade era conservadora [...].

A comunidade acadêmica, organizada pelo Diretório “João XXIII”, promovia ações sociais e culturais onde participava grande parte da população. Dentre as atividades realizadas estava um “Curso de Preparação de Candidato ao Vestibular de Direito”<sup>24</sup>. Documento referente a atividades do órgão de representação estudantil,

---

<sup>24</sup> Informação colhida na Pasta de Portarias de gestões anteriores do D. A “João XXIII” da Faculdade de Direito do Piauí, no CCHL da UFPI.

no ano de 1953, dá conta da existência de curso preparatório para vestibular da Faculdade, onde se envolviam os bacharéis e acadêmicos da Faculdade na prática docente do referido curso. Constam na lista dos organizadores nomes como: os dos bacharéis Celso Barros Coelho e Hindemburgo Dobal Teixeira e os dos acadêmicos Orlando Geraldo Rego de Carvalho e Eduardo de Castro Neiva, ministrando as seguintes disciplinas respectivamente: Latim, Português, Francês, Inglês. O curso funcionaria no período noturno, na própria Faculdade para que os futuros acadêmicos já fossem criando intimidade com o ambiente. Para viabilização do mesmo, os interessados deveriam pagar mensalidade, que seria utilizada para as despesas necessárias.

Além de atividades de extensão voltadas para a comunidade, o Diretório estudantil da FADI desenvolveu um periódico que divulgava tanto as atividades do órgão, quanto as realizadas pela administração da Faculdade. O primeiro número circulou em 1955, recebendo desde aquele momento a denominação de “Tribuna Acadêmica”. Esse jornal trazia várias informações sobre o cotidiano dos estudantes, da Faculdade, informações sobre a doutrina jurídica e notícias do cenário político nacional. O referido periódico continha também anúncio sobre lojas comerciais,



sendo estas as financiadoras de tal empreendimento. Entre os acadêmicos responsáveis pela publicação do referido periódico tem-se: Raimundo José dos Reis, Antonio da Costa Albuquerque, João Emilio Falcão Costa Filho, William Palha Dias, Alcino de Sousa Marques e outros.

Os temas tratados geralmente giravam entre a política local, a nacional e assuntos da área jurídica. Também se escrevia sobre temas de interesse do momento. Em setembro de 1957 o tema “Mulher no espaço acadêmico”, ganha editorial no periódico “Tribuna Acadêmica”, com matéria escrita por Azarias Ribeiro de Abreu, um dos redatores do órgão. Vejamos um fragmento da referida matéria:

Já passou, deveras, o tempo em que a mulher poderia ser considerada uma costela do companheiro, hoje ela tem um pouco, senão metade, de cada célula do homem, notícia temos de que à mulher de três ou quatro mil anos atrás nenhum direito era dado, podendo ser considerada mesmo e simplesmente um prolongamento do lar. [...] foi uma conquista difícil. [...] A mulher hoje pode freqüentar a Escola, pode ser acadêmica e até formada. E para não sair de casa passemos uma vista sôbre a mulher acadêmica de preferência sôbre esta com quem temos bom conhecimento, a acadêmica piauiense. Queremos deixar bem claro, e êste é o nosso propósito, que a universitária do Piauí não é o que muitos dos nossos irmãos supõem. Existe arraigada em nosso meio uma concepção tacanha segundo a qual as mulheres que estudam Direito no Piauí o fazem por não existir outras escolas de ensino superior entre nós. Estão errados os que assim pensam. Temos exemplos de verdadeira vocação das nossas colegas pela ciência de Ulpiano [...] acadêmicas piauienses valem por sua inteligência por seu destemor e pelo exemplo que vêm dando a muitas gerações (TRIBUNA ACADÊMICA, 03/09/1957, p.1).

Depreende-se do fragmento acima, que a presença feminina na Faculdade de Direito do

Piauí era progressiva, o que vai abrindo cada vez mais espaço à sua participação nas ações acadêmicas da Faculdade e na sociedade de forma geral. Exemplo da participação feminina nas atividades acadêmicas pode ser observada no que anunciava a “Tribuna Acadêmica” para o dia 06 de setembro de 1957: “Juri Simulado Feminino” e segue a nota “[...] um Juri Simulado em que tomarão parte as colegas acadêmicas. A idéia merece aplausos. Coisa inédita nesta Escola” (p.3). O Editorial do jornal demonstra a importância que começava a ser atribuída ao gênero feminino naquele espaço. Gradativamente, o universo acadêmico daquela faculdade passa a sofrer um aumento da presença feminina, acompanhando as transformações por que passava o mundo com relação a esse sexo. Sobre o crescimento do número de mulheres neste espaço acadêmico, temos:

Desse modo, é no decorrer dos anos 1950, que a escola vai passando a formar um número maior de rapazes e moças, intensificando-se a presença feminina, pois, na década de 1930, apenas uma mulher concluiu o curso de Direito; nos anos 1940, duas o fizeram; nos anos 1950, trinta e seis se formaram e nos 1960, cinquenta e duas concluíram o referido curso (CARDOSO, 2003, p. 119-120).

Na década de 60, a atuação da Faculdade se concentrou no movimento em prol da criação de uma Universidade no Piauí. Os jornais da época, tinham inclusive colunas que tratavam de assuntos relacionados ao ensino superior no Estado. Um exemplo era a coluna do Jornal O Dia, “Retalhos

Universitários”, que informava sobre as notícias da Faculdade de Direito e da atuação estudantil e trazia uma chamada no final das matérias com as seguintes palavras de ordem: “O PIAUÍ EXIGE A CRIAÇÃO DE SUA UNIVERSIDADE”.

Vale ressaltar que o movimento pela criação de uma universidade no Piauí foi iniciado em outubro de 1963 pela União Estadual dos Estudantes. Mas, foi a Faculdade de Direito, associada à Faculdade de Filosofia que deu forças a este movimento no decorrer dos anos sessenta, principalmente pelos laços políticos integrados a esta “velha Salamanca”, como era denominada a Faculdade de Direito pelos seus bacharéis e acadêmicos, ou ainda pelas amizades que alguns integrantes da FAFI possuíam na esfera Federal. Estes laços políticos permitiram um movimento intenso, pois, vários nomes de expressão no cenário local e nacional oriundos da Faculdade de Direito e da de Filosofia se engajaram neste ideal. A criação da Universidade era um sonho antigo que remonta suas origens na década de 30, como mencionado no segundo capítulo deste trabalho.

Por volta de 1968, a Faculdade de Direito foi marcada por um movimento que de certa maneira envolveu todas as demais instituições de ensino superior que havia no Estado. No período, o Piauí já contava com quatro faculdades, além da de

Direito, sendo respectivamente, por ordem de instalação, a Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (1958); a Faculdade de Odontologia do Piauí (1960) e a Faculdade de Medicina do Piauí (1968). O movimento se caracterizou por uma manifestação dos professores contratados (ou seja, substitutos) da Faculdade que se encontravam com os seus salários atrasados, alguns deles referente ao ano de 1964, ou seja, quatro anos de atraso.

A manifestação poderia até ter passado despercebida pela sociedade piauiense, todavia a classe estudantil da Faculdade se envolveu no processo em solidariedade aos professores, dando notoriedade à situação, chamando a atenção da imprensa que passou a dar ampla cobertura ao acontecimento. O momento era delicado, vivia-se sob a ordem de um governo militar no Brasil. A situação exposta possibilitou uma coalizão de forças políticas estaduais e nacionais na tentativa de contornar o problema por que passavam os professores da Faculdade, recorrendo diretamente ao Ministério da Educação e Cultura. Veja-se a “Nota ao Público” dos professores envolvidos na situação, publicada no jornal O Dia (06/08/1968, p. 6)

[...], professores contratados da Faculdade de Direito do Piauí, diante da repercussão que tem causado no meio da opinião pública piauiense a questão do atraso de pagamento de sua remuneração por parte do Ministério da

Educação e Cultura, e, sobretudo, em razão de recentes noticiários que a têm como satisfatoriamente solucionada, sentem-se no dever de prestar alguns esclarecimentos a respeito do assunto. Não podem fazê-lo, [...], sem antes manifestar de modo expresso os seus melhores agradecimentos pela confortadora solidariedade com que os tem assistido o povo em geral, nesta difícil conjuntura, e de modo especial a imprensa escrita e falada, por editoriais ou artigos assinados, deputados estaduais, vereadores, representantes piauiense na Câmara de Deputados do Senado Federal, [...] O problema dos professores contratados vem de alguns anos, quando, a partir de 1964, a Direção da Faculdade de Direito do Piauí, com aprovação da douta Congregação, passou a contratar-lhe o trabalho em regime assalariado, após a prestação de prova didática e de rigoroso exame de seus títulos, para posterior aprovação por parte do Conselho Federal de Educação. [...] não se tem levado na devida conta, o pagamento de sua remuneração, era relação a alguns desde 1964, a outros desde 1965 e a outros mais desde 1966, até esta data, ressaltando-se o pagamento de parcela do ano passado feito a alguns, em virtude de um convênio [...] No corrente ano, desde janeiro até esta data nenhum pagamento se fez aos professores contratados [...] já caminhando para o desalento, para a descrença, para o completo desestímulo. [...] a deliberação tomada em reunião [...], realizada na tarde do dia 2 de corrente, e a de aguardar um pouco mais [...]antes de assumirem posições mais enérgica, que acarretariam em nossa terra, já que não poderia a Faculdade de Direito não funcionar [...] sem o concurso dos atuais contratados, que constituem quase dois terços do corpo docente da Escola [...].

O trecho transcrito deixa claro que a situação política do País não era boa e que a economia dava sinais de esgotamento, provocando situações como a descrita. O abaixo-assinado realizado por professores de diversas disciplinas da Faculdade de Direito do Piauí, pessoas de grandes projeções no mundo jurídico que eram: Antonio dos Santos Rocha, Celso Barros Coelho, Geraldo Majela Fortes Vasconcelos, Heli Ferreira Sobral, Jorge Azar Chaib, José Camilo da Silveira Filho, José Eduardo Pereira, Manfredi Mendes Cerqueira, Paulo de Tarso Mello e Freitas, Raimundo Barbosa de Carvalho Baptista, Rosmarino do Rego Monteiro e Vespasiano José de Rubim

Nunes, buscava esclarecer a situação e exigia uma solução para o caso.

Se os professores optaram pela moderação diante da situação, o mesmo não fizeram os acadêmicos da Faculdade de Direito, que saíram em solidariedade aos docentes, buscando se organizar para tomar uma medida que viesse a possibilitar uma solução para a celeuma. O Diretório Acadêmico “João XXIII”, organizou uma Assembléia Extraordinária<sup>25</sup> para o dia 07/08/1968, na sede do órgão estudantil. O evento contou, além da participação dos estudantes, com a presença de alguns professores, entre eles: Rosmarino do Rego Monteiro, Paulo de Tarso Mello e Freitas, José Camilo da Silveira Filho, Raimundo Nonato Monteiro de Santana e outros e ainda o Diretor da Faculdade, professor Clemente Fortes. Na reunião houve debates de alunos e professores e o próprio Diretor da Faculdade, que fez questão de se manifestar diante da situação singular que vivia a Faculdade.

Entre os alunos tem-se depoimento exaltado como a da acadêmica Iracema Santos Rocha da Silva, que se pronunciou, dizendo “[...] Acho que Assembléia deve dar decisão firme, resoluta [...] finalizou dizendo que ‘Juventude é sangue novo’.

---

<sup>25</sup> Informações contidas na Ata Geral da Assembléia Extraordinária: Pasta de Solidariedade aos Professores da Escola, nº18. Ano 1968, Arquivo do CCHL – UFPI.

Pronunciou –se favorável à greve e solicitou que fossem convidados ao movimento todos os Diretórios da Capital” (p.3). No momento tomou uso da palavra o professor José Eduardo Pereira, que iniciou informando que, “[...] o problema ficaria mais à vontade sendo discutido apenas [...] no âmbito estudantil, pediu permissão para que todos os professores se retirassem, ficando na reunião as presenças espirituais” (p. 4). Outros acadêmicos tomaram da palavra, e no final deliberaram pela criação de uma “COMISSÃO DO MOVIMENTO DE SOLIDARIEDADE AOS PROFESSORES DA FACULDADE” e pela divulgação da Nota Oficial da Assembléia Extraordinária que mencionava “Resolve: por ato de solidariedade determinar o não comparecimento às aulas, até as 17 horas do dia doze de agosto do corrente ano”, em outras palavras estava decretada a greve, assinada por Eduardo Correia Soares, presidente do Diretório Acadêmico “João XXIII” e pelo secretário Adeal Pereira da Silva.

Logo os principais jornais da capital, como Jornal do Piauí e O Dia, publicaram manchete como “Acadêmicos de Direito estão em greve” e “Greve: Faculdade de Direito”, respectivamente. A imprensa local abriu espaço para os estudantes e a classe política se manifestarem diante do fato. Ao mesmo tempo, os diretórios acadêmicos das

faculdades de Filosofia, Odontologia e Medicina se integraram ao movimento da Faculdade de Direito, criando assim uma frente de discussão e reivindicação da solução do problema. Neste momento, a pauta sobre a criação da universidade entrou também nos debates, como pode ser percebido na nota do jornal abaixo mencionado.

#### MAIS TRÊS FACULDADES EM GREVE PROCLAMAM: “NÃO SE CRIA UNIVERSIDADE SEM DINHEIRO”

Acadêmicos de todas as Faculdades de Teresina concentraram-se ontem na Escola de Direito, hipotecando solidariedade aos mestres da Velha Salamanca, nesta luta pela superação da crise que atravessam. Mais de mil estudantes estiveram se solidarizando com os acadêmicos de Direito e a deflagração da greve não sofreu nenhuma intervenção. Os Diretórios Acadêmicos estão dispostos a aceitar o retorno às aulas somente após a solução do impasse, definitivamente. “NÃO SE CRIA UNIVERSIDADE SEM DINHEIRO” é frase constante nos lábios dos universitários sem universidade. As Faculdades de Filosofia, Medicina e Odontologia também comungam o mesmo sentimento de irmandade da Faculdade de Direito (JORNAL O DIA, 09/08/1969, p. 4).

A mobilização foi sem precedentes na história da educação superior no Piauí. O fato chamou a atenção especialmente pelo contexto político do momento: período em que o País se encontrava sob a austeridade de um governo militar, lutar por liberdade, direitos constituía uma ação temerária, pois soava a insubordinação, desordem, o que fazia a repressão manifestar-se das mais diversas formas. Os estudantes da Faculdade de Direito buscaram agir com a principal arma dos movimentos sociais, a greve e contando com a mobilização de toda a categoria universitária. Como a Faculdade de Direito se tratava de lócus



de formação bacharelesca, contou-se logo com a ação dos principais nomes políticos piauienses que representavam esta unidade da federação na República, para encontrar uma solução pacífica e eficaz à situação.

Embora se possa apontar momentos de mobilização dos estudantes da Faculdade de Direito em torno de alguns objetivos mais específicos, conforme colocado em diversos momentos dessa discussão, a cultura jurídica que a academia de Direito do Piauí herdara e aperfeiçoara era conservadora e positivista, tanto em sua estrutura quanto em sua finalidade. Não restam dúvidas, que toda uma construção advinda da montagem do bacharelismo no Brasil e no mundo favoreceu à estruturação do perfil jurídico desenvolvido nesse Estado, mas, o mesmo era também, resultado da realidade sócio-cultural e política local, especialmente da forma como as estruturas de poder se configuravam nesse Estado.

Mas, como a homogeneidade não é uma característica dos fenômenos sociais, não se pode silenciar sobre ações de minorias que questionaram o espírito predominante nas faculdades de Direito do País e, em especial, contra a realidade apresentada pela do Piauí. Algumas vozes, como a Manuel Paulo Nunes,

procuravam chamar atenção da classe discente e docente para o compromisso político-social que suas posições exigiam, ao defenderem que a Faculdade de Direito não produzia somente bacharéis em Direito, mas, sujeitos ativos com tons particulares para atuarem em múltiplos cenários e que pudessem contribuir na solução de grandes questões que marcavam a realidade da sociedade brasileira e local. Para esse grupo, nenhuma sociedade poderia alcançar a modernização que os novos tempos almejavam, sem levar em consideração problemas históricos, que favoreciam a uma grande parte da sociedade viver em uma situação de exclusão permanente.

Manuel Paulo Nunes no trecho abaixo informa como ele percebia a formação de direito com relação a outras dimensões que caracterizavam sua vida:

[...] aqui no Piauí a nossa vocação natural era estudar Direito porque era a única escola existente. Quanto a mim, eu tive uma tradição de família. [...] Eu tinha, de certa forma, essa paixão pelo debate das idéias, eu tinha assim vocação para o Direito, como ciência. Porque como diria o professor Newton Sucupira, que estudou Direito e nunca entrou num cartório, nunca advogou, o curso de Direito dá a todos nós uma dimensão maior, para, através dela, enfocarmos os problemas mais gerais, inclusive voltamos-nos para educação ou para os problemas maiores da cultura, no sentido “weberiano”. [...] Então, eu digo sempre que há duas paixões sérias na minha vida: uma é a literatura, a outra é a educação (1992, p. 25).

As paixões informadas se concretizaram na sua trajetória profissional por uma intensa atuação na área da educação, tanto no ensino secundário como no ensino superior. Foi um grande

colaborador de Dom Avelar Brandão Vilela na criação da Faculdade de Filosofia do Piauí.

Também prestou contribuição na criação da primeira universidade do Piauí, Universidade Federal do Piauí, em 1971 pela anexação das demais faculdades existentes naquele período.

Assim, embora a tendência da Faculdade de Direito do Piauí fosse para a formação de espíritos positivistas, mais preocupados com a ordem e a manutenção do *status quo*, que suas posições sociais lhes permitiam desfrutar, a sua presença garantiu espaço onde germinaram algumas sementes que iriam desempenhar crescente importância na dinâmica dessa sociedade, mesmo que neste Estado esse comportamento não tenha alcançado, em número ou intensidade, o que pode ser observado em grupos da mesma natureza em instituições e cursos que localizados em outras partes do País. Uma participação mais intensa dos alunos do ensino superior em debates e práticas que se relacionavam a problemas cujas soluções exigiam mudanças de grandes impactos na estrutura sócio-política dominante, só iria acontecer, ainda sem comparação com a realidade de outras regiões do País, com a criação da FAFI, sobre a qual passaremos a tratar, em seguida.

## Capítulo IV

### Faculdade Católica de Filosofia do Piauí

A construção de um “sonho”, o “desejo ardente” daqueles que faziam a educação no Piauí, é como se pode fazer referência à criação do segundo estabelecimento de ensino superior no Estado: a Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (FAFI), criada em 1958. Sonho porque esta era a meta de muitos dos que lutaram pelo aprimoramento da educação do Estado. Ardente, porque demonstrava a intensidade com que alguns sujeitos ligados à área da educação tomaram a defesa do projeto de criação da Faculdade de

Filosofia no Piauí, mesmo contra adversidades de várias naturezas.

A referida Faculdade redefiniria as bases da educação do Estado, formando professores que passaram a todos os setores educacionais, tendo também, grande participação na construção da cultura local. Colaboradores anônimos ou de notória expressão, suas ações podem ser classificadas como essenciais no processo de construção de sistema educacional amplo e significativo nessa sociedade, que iriam desempenhar funções variadas na esfera educacional e mesmo na parte administrativa do Estado. A Faculdade de Filosofia iria representar um divisor no Piauí, influenciando vários seguimentos.

É da constituição dessa instituição de ensino superior que se falará nesse capítulo. Para isso iniciou-se com uma exposição rápida sobre o surgimento das faculdades de Filosofia no Brasil, que é importante no sentido de traçarmos um perfil do processo de criação das faculdades de Filosofia do Brasil, para que possa identificar melhor o caso em particular.

#### **4.1 As Faculdades de Filosofia: resistência e ação na transformação da educação do Brasil**

A criação das faculdades de Filosofia do Brasil serviu de pauta para muitas discussões.

Infelizmente, o debate em torno da criação dessas instituições não era o que se poderia definir como caloroso, pois se existiam inúmeros interesses que orientavam a defesa da criação dessas faculdades, existiam também aqueles que se percebiam imensamente ameaçados. Dentre aqueles que acreditavam que poderiam perder privilégios ou deparar-se com dificuldades de alguma ordem com a criação dessas faculdades, originou-se uma resistência em relação à sua criação.

Um exemplo da resistência que se formou em torno do projeto de criação dos cursos de Filosofia no Brasil foi a apresentada pelos bacharéis em Direito. Pioneiros da educação superior no País, os filhos das elites (aristocratas, comerciantes ou mesmo filhos de burocratas), geralmente com formação na área de Direito, tinham no espaço público um local de realização de seus interesses políticos e sociais. Os bacharéis em Direito, no processo de construção do Estado e da sociedade, assumiram grande importância tanto no desempenho de funções administrativa quanto em altas posições na estrutura política do País, como podemos verificar no trecho que se segue:

[...] à faculdade de filosofia, ciências, e letras e à faculdade de educação, encontrou sempre a resistência das faculdades tradicionais, na qual se destacava a faculdade de Direito. Para a criação de muitas das ciências previstas nos programas dessas escolas, foi necessário a vinda de professores estrangeiros, o que mais despertava a reação dos tradicionalistas [...]  
(VENÂNCIO FILHO, 1982, p. 306-307).

A resistência mostrada por alguns setores da sociedade à criação das faculdades de Filosofia era, na verdade uma reação ao que representava a nova situação à estrutura de poder estabelecida. Portadores de um “capital simbólico” sem equivalência, os bacharéis justificavam o controle das posições sociais e políticas por eles ocupadas em razão do diferencial que representava sua formação profissional. Com a criação das faculdades de Filosofia, sabiam esses profissionais que os velhos argumentos não apresentariam mais a eficiência desempenhada até aquele momento, pois a formação de um novo capital cultural exigiria uma redefinição dos espaços ocupados na estrutura de poder. Fávero, citando Azevedo, coloca um dos aspectos dessa resistência:

As discussões referentes a Faculdades de Filosofia prendiam-se essencialmente ao fato das escolas consideradas profissionais não aceitarem a centralização nelas das disciplinas básicas, alicerce das especializações profissionais e técnicas. Evidentemente os cursos seriam dados naquela Faculdade, objetivando contribuir para o aumentar o espírito universitário e evitando a duplicação de recursos. [...]. Ao final, cada escola terminou assumindo as disciplinas que deveriam ser oferecidas como básicas para seus cursos (AZEVEDO, s.d, apud, FÁVERO, 1977, p. 40).

O que se observa na citação acima, era que existia resistência a questões que, à primeira vista eram consideradas irrelevantes, afinal o que poderia

significar o controle de disciplinas básicas por essas faculdades para formação dos integrantes de cursos profissionalizantes? Na verdade, o que as faculdades, onde funcionavam tais cursos, temiam era perder importância no espaço de construção do saber, pois isso implicaria reconhecimento da necessidade de redefinições de posições políticas e sociais consolidadas. Os interesses individualistas de tais grupos terminaram por desenvolver mecanismos legais para suplantar os coletivos, limitando os efeitos que a criação das faculdades de Filosofia potencialmente poderiam trazer para uma discussão e reestruturação da sociedade brasileira.

Mas, apesar de toda a resistência, a criação das faculdades de Filosofia iriam contribuir para uma nova realidade no ensino superior, na medida em que favorecia o diálogo entre os diversos campos do saber ou entre subcampos de cada uma das áreas de produção do conhecimento. Jacques Derrida comenta sobre o confronto que inevitavelmente se estabeleceria entre os campos do saber, estabelecidos em uma mesma faculdade como acontecia nas faculdades de Filosofia ou destas com outros centros de ensino superior, em razão da função que apresenta a Filosofia, na construção do conhecimento acadêmico. Ao tomar as diferentes disciplinas como objeto,



colocava em discussão a eficiência dos instrumentais teórico-metodológicos utilizados na construção do conhecimento por áreas específicas. E o que coloca a seguir:

“A Faculdade de Filosofia, escreve Kant, pode, pois reivindicar todas as disciplinas para examinar sua verdade”. Em razão desse duplo desbordo, os conflitos são inevitáveis. E devem igualmente reaparecer no interior de cada faculdade, pois a própria Faculdade de Filosofia é divisível (1999, p. 114).

Talvez seja essa característica divisível das faculdades de Filosofia, ou seja, de agregarem em um só campo saberes que estão relacionados a diversas áreas do conhecimento, que torne o seu espaço tão propício à manifestação de conflitos ou que atraia resistência à sua presença. Essas dissensões, nas faculdades de Filosofia, terminaram contribuindo para uma prática que se ateve à formação de professores do ensino secundário das áreas de humanas e exatas. Os debates de cunho propriamente filosóficos ficaram restritos aos cursos de filosofias, estabelecendo-se procedimentos diferentes entre estes cursos que funcionavam nestas faculdades.

Assim, surgem as faculdades de Filosofia no Brasil. Apesar das resistências de ordem particularista de alguns grupos, outros interesses favoreceram suas instalações. Dentre as condições que pesaram de forma positiva para sua criação estava o projeto político e econômico do governo de Vargas. A sociedade brasileira dos novos

tempos necessitava de trabalhadores com qualificação para atender às recentes demandas de mercado. O governo entendia que a única possibilidade de alcançar essa condição era através da educação. Neste sentido, as forças governamentais agiram facilitando a instalação de faculdades dessa natureza, ou seja, que assegurando um caráter secular na formação do corpo docente do ensino secundário, qualificasse a mão-de-obra para o magistério ou contribuísse para formação de indivíduos que atuariam em outras áreas.

A Reforma Francisco Campos, de 11 de abril de 1931, criou condições às mudanças ensejadas no campo da educação. Estruturada basicamente através de três decretos que se relacionavam e que tinham por finalidade, organizar as universidades no Brasil: Estatuto das Universidades Brasileiras; reorganizar a Universidade do Rio de Janeiro como modelo para as demais congêneres e criar o Conselho Nacional de Educação para melhor dinamicidade do Ministério da Educação. A referida reforma garantiu não somente uma aplicação do ensino superior no Brasil, mas sua adequação ao projeto político e econômico em andamento.

As primeiras experiências se deram com a instalação das faculdades de Filosofia, Ciências e

Letras, da Universidade de São Paulo (USP), em 1934 e da Universidade do Distrito Federal (UDF), criada por Anísio Teixeira, “[...], sobretudo por meio das suas escolas de Ciências e de Educação. Daí ter se tornado recorrente a afirmação de que as faculdades de Filosofia foram criadas, efetivamente, a partir de 1934, [...]” (Fávero, 1996, p. 23). Em 1939, foi promovida a criação da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI), como parte integrante da Universidade do Brasil, que teria como um dos seus principais objetivos promover e aprofundar a construção da cultura nacional e a formação de professores. As faculdades de Filosofia deram um grande passo no sentido de diminuir as diferenças educacionais existentes entre os setores sociais no Brasil, visto ter sido a elite econômica favorecida na criação das instituições de ensino superior voltadas para o funcionamento dos cursos de Direito, Medicina e Engenharia, os primeiros a funcionarem na maioria das regiões do Brasil (TEXEIRA, 1989).

Assim, embora os cursos de Filosofia tenham exercido um forte atrativo em profissionais formados principalmente em Direito, constatando-se a presença desse tipo de sujeito em diversas turmas dessa área pelo Brasil afora, é inegável que a mesma se colocou de forma mais atrativa aos setores populares da sociedade. As faculdades de

Filosofia, ao somar-se às já existentes, desempenharam importância fundamental na constituição das universidades futuras, por favorecer, os cursos que normalmente as integravam, um certo equilíbrio entre os interesses da elite, identificado pelos de Direito, Engenharia e Medicina e os de interesse mais popular, os de licenciatura, que formavam para o magistério. Vale ressaltar que além das dificuldades de ordem política, a instalação das faculdades de Filosofia no Brasil enfrentou problemas decorrentes da precariedade de mão-de-obra qualificada, tendo que recorrer a professores estrangeiros para compor os seus quadros.

Sobre este momento, tem-se o depoimento de Paul Arbousse-Bastide, filósofo que fez parte da primeira missão francesa que veio ao Brasil para organizar a Universidade de São Paulo, em 1934:

Fiz parte da primeira turma de professores estrangeiros – franceses, italianos e alemães – que vieram para iniciar as atividades da Faculdade de Filosofia. Nesse tempo não sabíamos muita coisa sobre o Brasil. Por isso, nossa primeira impressão foi um pouco poética, mítica, sem saber muito bem diante do que estávamos. Todos os professores franceses foram encaminhados ao Brasil pelo prof. Georges Dumas. [...] Em 1934 a Faculdade só existia teoricamente. Nem prédio próprio possuía. Para nós, habituados ao rígido sistema de ensino francês, isto foi uma coisa ao mesmo tempo encantadora e assustadora. Nossa primeira preocupação foi procurar os estudantes: saber que cara, que tipo, que estilo tinham eles. Impressionou-nos o fato de que nem todos eram moços. Havia médicos, engenheiros, advogados. Todos eram muitos distintos, como muita boa vontade, mas não correspondiam ao estereótipo do que se pode chamar de estudante (MOTA, 1981, p.13).

Alguns aspectos semelhantes aos apresentados pelo Curso de Filosofia da Universidade de São

Paulo podem ser percebidos na instalação da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, como a falta de professores qualificados na área, instalações que ainda não eram definitivas e o perfil dos primeiros alunos, as primeiras turmas eram geralmente integradas por alunos com formação superior. É o que se passara a falar agora.

#### **4.2 Faculdade Católica de Filosofia do Piauí: a luz educacional**

A construção da primeira Faculdade de Filosofia do Piauí foi precedida de um intenso debate em torno das condições de funcionamento da educação neste Estado. Na década de 30, a preocupação com a educação pode ser observada na fala do intelectual Edison Cunha<sup>26</sup> (1936, p. 82-83), em uma Conferência realizada na cidade de Parnaíba-Piauí, em 28 de abril de 1935, publicada pela revista da Academia Piauiense de Letras, em dezembro de 1936.

[...] educar é preparar para a vida em condições de substituir lhe as vicissitudes pelo bem-estar, pela tranquilidade, pela felicidade que progresso conduz. A especialização profissional é prerrogativa de uma reduzida minoria. Os curso superiores e profissionais não são acessíveis ao geral da massa de um paiz. Não se pode ter um povo de bacharéis, de médicos, de engenheiros, mas pode-se formar uma multidão de humanistas ou de homens e mulheres aptos para as actividades productivas.

---

<sup>26</sup> Edison da Paz Cunha (1891-1973), nascido em Teresina e falecido em Parnaíba. Era bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, exerceu vários cargos na magistratura, destacou-se no campo da literatura, como poeta, cronista e prosador e foi uma dos fundadores da Academia Piauiense de Letras, em 1917. Teve uma intensa atividade no magistério e no jornalismo, contribuindo com vários periódicos do período.

A constatação da necessidade de criação de faculdades que possibilitassem uma formação humanista, expressa a preocupação em atender à demanda educacional produzida nos setores populares ou tradicionalmente excluído, a exemplo das mulheres, dessa sociedade. SANTOS NETO (1998, p. 95), informa que “As pessoas envolvidas nessa primeira tentativa de viabilização de uma faculdade de Filosofia no Piauí, constituía ‘um grupo de jovens professores e intelectuais’ [...]”. Entre estes intelectuais estavam nomes como os de José Camilo da Silveira Filho, Celso Pinheiro, Pedro de Moraes Brito Conde, Edgard Nogueira e outros. Assim, na década de 1950, foram tomadas atitudes mais concretas no sentido de dar solução à reivindicação acima apresentada. Em 1952, a imprensa local noticiou através do Jornal do Piauí, de 11 de abril do corrente ano, na coluna Notas e Política a:

Abertura solene dos cursos da Faculdade de  
Filosofia

Terá caráter solene a abertura dos cursos da recém-fundada Faculdade de Filosofia do Piauí. Amanhã, às 19,00 horas, na sede da nova Casa de Ensino Superior, á Álvaro Mendes, 871, e com a presença de altas autoridades civis e militares, terá lugar a aula inaugural, devendo falar na ocasião o Dr. Pedro de Moraes Brito Conde, professor catedrático do referido estabelecimento de ensino. Em nome do Corpo Discente discursará o aluno Fenelon Nonato da Silva. A Diretoria da Faculdade, por nosso intermédio, convida as autoridades locais para abrilhantarem o ato (p. 4).

No dia seguinte, foi solenemente aberta a  
Faculdade de Filosofia do Piauí com a presença

de Pedro Freitas - Governador do Piauí, de Dr. Cromwell Barbosa de Carvalho - Diretor da Faculdade de Direito do Piauí, do corpo docente e discente da nova Instituição de ensino superior, e de outras autoridades que esperavam com anseio esta instalação, pois viam na mesma a possibilidade da abertura de novos horizontes para a educação do Estado.

Fatores variados impossibilitaram a sua continuidade, porém, no curto espaço de seu funcionamento chegou a criar, um Diretório Acadêmico. Os fatores de ordem legal estavam relacionados à falta de autorização de funcionamento, por parte do Ministério da Educação e Cultura. Também pesaram problemas de estrutura, como a falta de recursos financeiros que a impossibilitou de continuar suas atividades educacionais. Sobre esta primeira experiência colocou Wall Ferraz:

Criaram tantos cursos, havia até de Paleontologia, de numismática e de outras coisas mais. Todo mundo fazia parte daquela Faculdade de Filosofia, anteriormente criada, pensando somente que a referida Faculdade, mais tarde vinha ser federalizada, como foi a Faculdade de Direito. O que ocorreu com aquela Faculdade, foi a ordem expressa do Ministro, determinando que o Diretor da Faculdade de Direito fechasse a mesma e recebesse as chaves. Então, - fato que muita gente ignora - funcionou uma antiga Faculdade de Filosofia em Teresina! Foi fechada pelo Ministério tão absurda que foi na época de seu aparecimento! (SOUSA; BOMFIM; PEREIRA, 2002, p.22).

Ações em torno da criação de uma Faculdade de Filosofia permaneceram unindo diversos integrantes da sociedade piauiense, mesmo depois do insucesso da primeira experiência. Em 1957,

os defensores da criação dessa faculdade, viram mais uma vez a possibilidade de realização do seu objetivo com a criação da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (FAFI). A nova instituição de ensino superior integrava a Sociedade Piauiense de Cultura, que era formada por um conjunto de organismos culturais, tendo como presidente Dom Avelar Brandão Vilela, Arcebispo de Teresina. O Estatuto da Sociedade Piauiense de Cultura foi publicado no Diário Oficial do Estado, em 6 de junho de 1957, onde é possível observar que a mesma tinha como finalidade “[...] instituir, manter e dirigir Estabelecimento de Ensino Superior, bem como outras organizações de natureza cultural” (p. 6).

Desse modo, desejos e perspectivas se cruzam na construção de uma realidade que se materializa na da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (FAFI), em 1958, em que a sigla da instituição F.C.F.P, porém FAFI, foi como era identificada carinhosamente. Com a direção de Dom Avelar Brandão Vilela:

[...] arcebispo chegado a Teresina, inovador, pensando diferente, movimentou-se em criar várias instituições como a Rádio Pioneira e uma delas a Sociedade Piauiense de Cultura, entidade que vinha ser a mantenedora da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí. Homem de prestígio no sul do país, não resta dúvida, principalmente nos meios governamentais [...] (FERRAZ apud SOUSA; BOMFIM; PEREIRA. p. 21).

Desse momento participaram intelectuais como:  
Clemente Honório Parentes Fortes, Celso Barros



Coelho, Lineu Costa Araújo, José Camilo da Silveira Filho, Teresinha Pinheiro Leal Nunes, Pe. Raimundo Nonato Melo, Manuel Paulo Nunes, Raimundo Nonato Monteiro de Santana e tantos outros. O grupo era bastante eclético, tanto do ponto de vista de ideológico quanto de formação profissional, já que era integrado por médico, economista, licenciados, padres, bacharéis, sendo estes últimos maiorias. Essa formação eclética vai dar o espírito de formação que a Faculdade de Filosofia permitiu desenvolver em seus alunos. O art. 1º do seu Regimento estabelecia as orientações legais dessa formação, ao determinar que a mesma tinha por fim formar professores para atuarem nos curso secundário, e ainda nas escolas onde funcionavam os cursos normais. Portanto, mesmo o Curso de Filosofia não era, no dizer do Pe. Raimundo José (SOUSA; BOMFIM; PEREIRA, 2002) a rigor, verdadeiramente orgânico no sentido de permitir um comportamento mais reflexivo dos seus alunos, mas visava, como os demais daquela Faculdade, formar professores para o ensino secundário.

A articulação dos intelectuais que organizavam a nova experiência de ensino superior no Estado foi fundamental para evitar erros fatais apresentados pela primeira experiência de Faculdade de Filosofia no Piauí. Com essa determinação,

estabelecem-se os procedimentos para a construção da FAFI, ou seja, práticas mais seguras e comedidas, sempre buscando o aconselhamento e o apoio do Ministério da Educação e Cultura e procurando contar com a influência tanto de autoridades políticas quando clericais, de dentro e fora do Estado.

É importante ressaltar que a participação de Dom Avelar nesse processo constituiu-se em fator indispensável para o desfecho alcançado. O seu carisma e as boas relações políticas ajudaram na realização do ideal que era do grupo, mas que era indiscutivelmente também, um projeto do sujeito Dom Avelar, já que a criação da Faculdade de Filosofia era apenas uma parte do projeto social dirigido por esse clérigo. Participou ainda, com seu prestígio, nas decisões que culminaram na autorização do terceiro estabelecimento de educação superior do Estado, a Faculdade de Odontologia do Piauí criada em 1960, prestou grande contribuição no ensino secundário, foi presidente da Secção Estadual do Piauí da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), que tinha como lema a frase, “Quem não for idealista aqui não entre”.

Também consta na relação de trabalhos de Dom Avelar a construção do Centro Social Nossa Senhora de Fátima, localizado no Bairro Fátima e

o Centro Social Leão XIII, localizado na Vila Operária, além de centros sociais e obras de caráter humanístico no interior do Estado. Não podemos deixar de acrescentar a participação da Igreja Católica, no Estado, no Movimento de Educação de Base (MEB), que buscou conscientizar as massas para os problemas sociais e políticos do País, bem como da utilização dos programas de radiofusão desenvolvidos, através das chamadas Escolas Radiofônicas, com o fito de alcançar o maior número de pessoas possíveis e falar a respeito de suas necessidades e direitos.

Foi a partir das decisões e dos esforços acima mencionados, que se deu a autorização da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí. A sua instalação se fez provisoriamente no espaço físico do Colégio do Sagrado Coração de Jesus, fundado em 1906 e que representava naquele momento o maior centro de educação secundária feminina de Teresina. Estabelecido na Avenida Frei Serafim<sup>27</sup>, a principal da Capital, não poderia ter tido melhor acolhida. Sobre este momento coloca Freitas Filho (2003b, p. 12).

O prédio para funcionamento da Faculdade foi conseguido pelo próprio Arcebispo, através de entendimentos com a direção do tradicional Colégio do “Sagrado Coração de Jesus”, dirigido pelas Irmãs Hilza Soares de Almeida e Maria das Mercês Melo [...]

---

<sup>27</sup> Antiga Avenida Getúlio Vargas

O prédio que sediou as primeiras experiências da FAFI é até hoje uma construção imponente, uma marca resistente de um momento da história dessa cidade que resiste ao processo de modernização urbana que transforma seu entorno. A primeira sede da FAFI como podemos observar na foto abaixo.



Foto 04 – Colégio Sagrado Coração de Jesus  
Fonte: Acervo particular do pesquisador

Pelo calendário emitido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), ficavam estabelecidas as datas para o primeiro concurso de habilitação aos cursos oferecidos pela Faculdade, uma espécie de vestibular. As informações do Ministério deixavam claro que a primeira turma teria a necessidade de ter aulas intensivas no período de férias, para cumprir o calendário escolar do ano de 1958 (FREITAS FILHO, 2003b). Para cumprir as determinações do MEC, a Faculdade tratou de abrir as inscrições para a seleção dos candidatos

aos cursos de Filosofia, Letras Neolatinas e Geografia e História, sendo este último oferecido de forma conjugada. Também organizou as bancas examinadoras das provas do seletivo para que tudo pudesse ocorrer em conformidade com o estabelecido pelo MEC. Portanto, a Faculdade Católica de Filosofia do Piauí iniciava-se oportunizando uma escolha mais ampla por oferecer um número maior de cursos que o da sua congênere da área de Direito.

A equipe responsável pela operacionalização das medidas necessárias e por em prática o que já estava legalmente autorizado, estabeleceu que o local das inscrições devesse ser o Colégio Sagrado Coração de Jesus, onde a Faculdade funcionaria provisoriamente. Assim, foi naquele local instalada a secretaria da Faculdade, que deu providências aos expedientes necessários ao atendimento dos interessados em se inscrever em um dos três cursos oferecidos. Iniciou com uma ampla divulgação do período de inscrição, processo de seleção e quantidade de vagas para as modalidades de cursos ofertados pela Faculdade. As informações necessitavam chegar ao público o mais rápido possível, pois o calendário definido pelo Ministério da Educação e Cultura era bastante apertado. Habilitaram-se pessoas com diferentes formações escolares, alguns até já

portavam diploma de curso superior, como era os caso dos bacharéis em Direito e os clérigos.

A Faculdade de Filosofia iniciou seu funcionamento oferecendo exclusivamente cursos noturnos, em virtude das instalações físicas utilizadas já estarem ocupadas com aulas do ensino secundário e normal nos turnos matutino e vespertino. Outros fatores concorreram para seu funcionamento noturno, entre eles o fato do corpo docente da mesma desempenhar outras funções durante o período diurno, o que impossibilitaria prática docente nessa instituição, caso ela viesse a funcionar durante o dia. E ainda, a tentativa de atrair uma clientela estudantil entre o grupo de trabalhadores que tinham suas atividades distribuídas geralmente durante todo o dia.

A Faculdade de Filosofia se apresentava, assim, como oportunidade de aquisição de uma formação mais humanística para aqueles que possuíam graduação em uma área profissionalizante. Para os demais, especialmente os privados financeiramente de deslocarem-se para outras capitais em busca de uma formação superior e que não tinham tido a possibilidade de integrar o corpo discente da Faculdade de Direito do Piauí, devido à concorrência, ao horário de funcionamento, ou ainda porque não se sentiam atraídos pelo curso oferecido, era aquela uma

oportunidade de dar continuidade à sua formação, geralmente interrompida com término do curso secundário, dos cursos técnicos ou do curso normal. Barros citados por Bello, coloca que:

Então a Faculdade de Filosofia abriu perspectivas muito largas para a cultura piauiense, porque deu oportunidade a que os estudantes realmente procurassem um estudo mais compatível com as suas aspirações, com a sua própria vocação (BARROS, s.d apud, BELLO, 1980, p. 252).

A sua instalação abria caminho para uma nova realidade educacional no Estado. Até aquele momento, a formação de professores tinha ficado restrita às escolas normais, que funcionavam na capital e em alguns municípios do interior. Porém, esses centros de formação de professores não supriam todas as carências apresentadas pela estrutura de ensino do Estado, no que diz respeito à formação de recursos humanos. Em termos quantitativos, as referidas escolas não conseguiam suprir a demanda da capital e de alguns municípios e qualitativamente tinham suas competências voltadas para a formação de professores que atuavam no ensino primário, ficando o secundário sem aparato necessário à formação do seu corpo docente.

Desse modo, a Faculdade Católica de Filosofia do Piauí cumpria um papel singular no processo educacional do Estado, em termos políticos e práticos. No aspecto político, rompia com o comportamento conservador que caracterizava o

estudante do ensino superior do Piauí, pois o estudante de Direito era voltado exclusivamente para seu mundo, não possuía a prática de envolver-se com questões de âmbitos mais gerais, especialmente com aquelas consideradas como de natureza subversiva. Wall Ferraz, em depoimento prestado em seminário sobre a Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, realizado pela UFPI, afirmou:

Foi dentro da faculdade de filosofia que se viu formar o primeiro núcleo de jovens universitários que passam a adotar uma posição crítica, até mesmo de rebeldia, frente ao sistema vigente. De lá saiu, talvez, o único protesto do Piauí, na época, contra o processo político instalado no País (SOUSA; BOMFIM; PEREIRA, 2002, p.23).

No aspecto prático proporcionava a formação de professores com competência para atuar no ensino secundário, antes realizado pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES). Este órgão criado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), tinha como finalidade formar professores para o ensino secundário, em curto prazo que, no decorrer do curso, deixava muitas lacunas de conteúdo, didática e metodologia. Essas deficiências não eram fruto dos monitores, que na maioria das vezes eram do Piauí e alguns vinham de fora, e eram pessoas de grande expressão educacional. Os problemas resultam do período intensivo que não contemplava uma formação mais apurada das



disciplinas a que cada candidato iria se habilitar no magistério. Sobre sua atuação no Piauí temos:

Com a implantação no País dos cursos da CADES, ministrados sob o patrocínio do MEC, o Piauí passou, a partir de 1955, a formar professores para o ensino médio a título precário, através daqueles cursos, sendo o primeiro deles referente à disciplina Português, ministrado pelo professor Clemente Fortes (conteúdo) e por um professor enviado do MEC (metodologia). Dessa primeira turma faziam parte como alunos os professores Raimundo Nonato Monteiro de Santana e Itamar Sousa Brito. Era evidentemente uma formação precária pois o curso, com duração de um mês apenas, a que se seguia um exame de suficiência, não assegurava a necessária formação pedagógica (BRITO, 1996, p. 87).

O quadro abaixo demonstra o resultado do primeiro concurso de habilitação da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, aberto com o total de 150 vagas distribuídas de forma equivalente para as três seções<sup>28</sup>. Apresenta ainda o conteúdo das provas, o número de inscritos e selecionados por curso e ainda o sexo dos mesmos:

#### QUADRO DEMONSTRATIVO DO PRIMEIRO CONCURSO DE HABILITAÇÃO DA FACULDADE

CURSO	Conteúdo Programático das provas	Número de candidatos que se habilitaram por Curso	Classificados		
			Masculino	Feminino	Total
Filosofia	Português, francês, inglês e filosofia.	29	13	10	23
<b>Geografia e História</b>	Português, francês, inglês, geografia e história.	25	16	5	21
<b>Letras Neo-</b>	Português,	15	1		13

<sup>28</sup> Informação obtida no Relatório do Ano Letivo de 1958, produzido pela Faculdade para o Ministério da Educação e Cultura e na própria Ata de registros dos Cursos de Habilitação – Arquivo do CCHL –UPFI.

latinas	francês, inglês e latim.			12	
---------	--------------------------	--	--	----	--

Quadro 01 - Demonstrativo do primeiro Concurso de Habilitação da Faculdade de Filosofia

Fonte: Relatório da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí do Ano letivo de 1958 e da Ata de registro do Concurso de Habilitação da Faculdade – Arquivo do CCHL – UFPI.

As provas do concurso de habilitação da Faculdade eram divididas em duas modalidades: uma escrita e a outra oral. Os candidatos realizavam as duas provas respondendo a questões exclusivamente relacionadas a conteúdos específicos a área escolhida e mais a parte que integrada por conteúdos das áreas de português, francês e inglês. O número total de inscritos no primeiro concurso, 69 candidatos distribuídos nos três cursos é um reflexo da forma como se processou a primeira seleção para essa Faculdade. O calendário organizado pelo Ministério da Educação ofereceu apenas dois dias de inscrição, impossibilitando aqueles que não se encontravam com a documentação preparada ou que possuíam problemas de outras ordem de poderem concorrer.

Do total de inscritos, apenas 57 candidatos foram classificados, sendo 23 para o Curso de Filosofia, 21 para o de Geografia e História e 15 para o Curso de Letras Neolatinas. Os cursos oferecidos, mesmo funcionando no período noturno atraíram um grande número de candidatos do sexo

feminino, chegando a totalizar aproximadamente 40% do total de classificados. Sobre a prática de exame do concurso temos o seguinte trecho:

[...] introduz uma visibilidade que repousa sobre provas escritas e orais codificadas; o exame ou o concurso definem, tanto na forma das provas como nos conteúdos dos saberes propostos aos candidatos, a base mínima de uma cultura profissional a se possuir (JULIA, 2001, p. 30).

A Faculdade de Filosofia iniciava-se assim com um caráter inclusivo, pois o número de mulheres que integravam a Faculdade de Direito era muito inferior ao número de alunos do sexo masculino. Desse modo, no cenário educacional do ensino superior, a exemplo de outros da sociedade piauiense, as mulheres eram minorias até a implantação daquela Faculdade. É mister que se lembre que as primeiras turmas da Faculdade de Direito do Piauí eram formadas exclusivamente por alunos do sexo masculino, e que só a partir da quinta turma teve-se a primeira mulher formada nessa instituição. Mesmo que essa experiência tenha servido de estímulo à participação de outras mulheres nos concursos realizados na área de Direito, esse espaço continuou com predominância masculina, tanto no corpo docente quanto discente.

A Faculdade de Filosofia abria espaço para as mulheres piauienses buscarem a realização dos seus projetos. Era uma oportunidade que algumas, especialmente aquelas que detinham poder

aquisitivo para manter-se em um curso superior, encontravam de construir uma sólida formação profissional que lhes viabilizasse um ingresso mais substancial no mercado de trabalho. A conquista de maiores espaços no mundo trabalho foi apenas um primeiro passo para a penetração em outras dimensões da vida social. A partir daquele instante, além do lar e da formação adquirida nas escolas normais do Estado, as piauienses de classe média passaram a desfrutar de novas experiências ampliando de forma intensa os seus conhecimentos. A exclusão feminina dos espaços de decisão do poder é descrita no trecho da obra da Almeida (1998, p. 51):

A dificuldade de as mulheres terem acesso à educação e sua ausência nas instâncias de poder que decidem seus rumos talvez expliquem a sua exclusão da História da Educação. Uma ausência imposta e preconceituosa, derivada da dicotomia público e privado que sempre permeou a vida cotidiana feminina. O mundo privado e sua rotina do lavar, passar, cozinhar e cuidar de crianças não exige conhecimentos especializados e, muito menos, instrução. Porém, o mundo público, que necessita de saberes políticos e econômicos para o gerenciamento de recursos, exige conhecimento e instrução que são oferecidos, preferencialmente, para seus principais atores, os homens. Estes, por sua vez, tradicionalmente transmissores da cultura e do registro histórico, sempre veicularam seus valores e suas concepções, e destes, o sexo feminino, sistematicamente, tem sido excluído.

No ambiente da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, a exclusão dispensada ao sexo feminino nessa sociedade começou a ser modificada, tanto pela inserção desse sexo no corpo docente como pela sua participação integrando o quadro docente. O relatório relativo ao ano letivo de 1960, enviado ao MEC pela Faculdade, mostra a presença de três mulheres

integrando o corpo de professores daquela instituição: Teresinha Pinheiro Leal Nunes (Letras Neolatinas), Helena Rocha (Letras Neolatinas) e Delfina Augusta Borralho Boavista (Geografia e História). Podemos observar que se iniciava um novo momento político e cultural no Estado, onde a mulher não poderia mais ser considerada apenas nas suas competências para lar e para o matrimônio. A partir daquele momento, o sexo masculino teve que aprender a dividir espaços com o feminino, que passou a constar em várias dimensões da realidade social piauiense.

A aula inaugural que desencadeou esse processo ocorreu em 07 de abril de 1958, no auditório do Colégio Sagrado Coração de Jesus. O momento contou com a presença de várias autoridades do meio cultural, político e dos alunos aprovados no concurso de habilitação. Entre os presentes, o grande responsável pela obtenção da autorização que permitiu o funcionamento da Faculdade, o arcebispo de Teresina, Dom Avelar Brandão Vilela; o Governador do Estado, Gel. Jacob Manoel Gaioso e Almendra; o Diretor da Faculdade recém-inaugurada, Clemente Honório Parentes Fortes; demais docentes e os futuros fafianos, como ficaram conhecidos os discentes da FAFI, e outros convidados.

Objetivando apreender aspectos desse momento, segue a exposição das fotografias da aula inaugural<sup>29</sup> da Faculdade. O instrumento fotográfico, segundo (BORGES, 2005), quando apresenta conexão com os elementos que constituem o objeto de estudo do pesquisado, permite ao mesmo realizar uma presentização dos acontecimentos passados, na medida em que favorece uma concretização do já transcorrido e aguça a imaginação em torno do que se tomou para análise.



Foto 05 - Solenidade inaugural da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, realizada em 07/04/1958, saudações de Dom Avelar Brandão Vilela. Fonte: Arquivo do CCHL da UFPI.

---

<sup>29</sup> A solenidade de instalação da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, ocorreu no Auditório do Colégio Sagrado Coração de Jesus, sede provisória da Faculdade.

A fotografia acima demonstra a importância política do ato que se constituiu a aula inaugural da Faculdade de Filosofia. Dom Avelar Brandão Vilela, de pé, fala aos presentes, que atentos partilham do significado atribuído pelo orador àquele momento para a sociedade piauiense. Também, usou da palavra, para ressaltar a importância do evento para o Piauí, aquele que assumiu a direção daquela instituição de ensino superior de sua inauguração até o ano de 1964, professor Clemente Fortes (foto 06). Sobre realidade fotográfica temos o fragmento de Kossoy (2001, p. 155-156).

O fragmento da realidade gravado na fotografia representa o congelamento do gesto e da paisagem, e por tanto a perpetuação de um momento, em outras palavras, da memória: memória do indivíduo, da comunidade, dos costumes, do fato social, da paisagem urbana, da natureza. A cena registrada na imagem não se repetirá jamais. O momento vivido, congelado pelo registro fotográfico, é irreversível. A vida, no entanto, continua e a fotografia segue preservando aquele fragmento congelado da realidade. Os personagens retratados envelhecem e morrem, os cenários se modificam, se transfiguram e também desaparecem.



Foto 06 - Aula inaugural da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, realizada em 07/04/1958, proferida pelo professor Clemente Fortes.  
Fonte: Arquivo do CCHL da UFPI.

Sobre a interpretação da imagem fotográfica como fonte histórica, Kossoy (2003, p.45-46), coloca que:

Toda fotografia é um resíduo do passado. Um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrada fotograficamente. Se, por um lado, este artefato nos oferece indícios quanto aos elementos constitutivos (assunto, fotógrafo, tecnologia) que lhe deram origem, por outro o registro visual nele contido reúne um inventário de informações acerca daquele preciso fragmento de espaço/tempo retratado.

Com a instalação do ano letivo, outras providências necessitaram ser tomadas com regime de urgência, especialmente aquelas de cunho burocrático que garantiriam o funcionamento da Faculdade. Nesse sentido, deu-se a primeira sessão ordinária registrada no livro de Ata da Congregação da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí. A mesma tem registro em 15 de abril de 1958, tendo como pauta a eleição dos



membros do Conselho Técnico Administrativo,  
conforme pode ser observado a seguir:

Ata da primeira sessão ordinária da Congregação da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí. Aos quinze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e oito, precisamente às vinte e uma horas e vinte minutos, no salão dos professores do Colégio “Sagrado Coração de Jesus”, sede provisória da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, realizou-se a primeira sessão da Congregação dêsse Instituto de Ensino Superior, a que se refere esta ata [...] assumiu a presidência o sr. Diretor, professor Clemente Fortes. Iniciados os trabalhos, explicou o presidente a finalidade da reunião, que visava à eleição dos três membros do Conselho Técnico Administrativo [...] (FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DO PIAUÍ. ATA DA CONGREGAÇÃO, 1958, p.1).

Estiveram presentes nessa reunião da  
Congregação, pessoas de expressividade da  
sociedade piauiense que passaram a integrar o  
quadro docente e administrativo da Instituição,  
como o seu diretor, Dr. Clemente Honório  
Parentes Fortes, os advogados Celso Barros  
Coelho, José Camilo da Silveira Filho, o médico  
Lineu da Costa Araújo, os clérigos Raimundo  
Nonato Melo e Hermínio Daves Filho, Teresinha  
Pinheiro Leal Nunes e Álvaro Alves Ferreira. O  
resultado da votação realizada para escolha dos  
membros do Conselho Técnico Administrativo  
apresentou como os mais votados Celso Barros  
Coelho, Pe. Hermínio Daves Filho e Álvaro Alves  
Ferreira.

Uma das dificuldades enfrentadas pela Faculdade  
foi a composição do seu quadro docente, já que o  
Estado tinha poucos professores formados em  
Filosofia ou portadores de diplomas de outras  
licenciaturas. Para resolver o problema, a

Faculdade contou com a participação de bacharéis que atuavam na Faculdade de Direito, no ensino secundário da rede oficial e particular e que desfrutavam de reconhecimento de seu saber pela a sociedade. O próprio Diretor da Faculdade, o professor Clemente Honório Parentes Fortes, era bacharel em Direito, formado pela Faculdade de Direito do Piauí, na primeira turma, em 1935. O Secretário da Faculdade era o também bacharel em Direito, Benedito da Rocha Freitas Filho, que permaneceu no cargo da instalação da mesma até sua incorporação à Universidade Federal do Piauí, em 1971, quando passou a fazer parte do corpo de funcionários daquela instituição. Celso Barros Coelho, presta seu testemunho a esse respeito:

Todos nós professores ou credenciados a professores, éramos egressos da Faculdade de Direito do Piauí, cujo espírito ainda estava preso àquela mesma idéia que no Brasil serviam de entrave à organização da universidade, o chamado espírito naturalista e positivista (SOUSA; BOMFIM; PEREIRA, 2002, 156).

Além dos presentes, à primeira reunião da Congregação, também integraram o corpo docente da Faculdade nomes como os de Cláudio Francisco Ferreira, Valter Alencar, Wilson de Andrade Brandão, Darcy Fontinelli de Araújo, Pe. Geraldo Magela Fortes de Vasconcelos, José de Arimatea Tito Filho. Em 1959 passaram a integrar o grupo Pe. João Alfredo de Carvalho Lima, Raimundo Nonato Monteiro de Santana, Benjamim do Rego Monteiro, Manoel Paulo

Nunes. Posteriormente integrou o grupo o Padre Raimundo José Airemorais, vindo a ser Diretor da Faculdade em substituição ao professor Clemente Fortes quando este assumiu a Direção da Faculdade de Direito. (BELLO, 1981, v. 2; SANTOS NETO, 1998).

Nos primeiros momentos de funcionamento da Faculdade de Filosofia, os cursos que a integravam tiveram que dividir não apenas o espaço e a orientação administrativa, mas, em decorrência da carência de professores habilitados para o ensino superior, alguns docentes estavam ligados a mais de um Curso. Essa realidade permitia um contato intenso entre alunos e destes com professores dos três cursos, favorecendo a manifestação de uma cultura mais próxima daquela desenvolvida nas grandes universidades do País.

A instalação da FAFI permitiu a manifestação de um espírito de esperança em torno do desenvolvimento de uma cultura mais humanista. Ao dirigir sua vocação para a formação de professores estabelecia as bases para uma reflexão ampla e profunda dos parâmetros orientadores da sociedade piauiense. Ocorria o que fora reclamado na segunda metade da década de 30, por Edison Cunha, anteriormente citado, quando defendia a formação de uma multidão de humanista como

condição indispensável para que os homens alcançassem uma vida melhor. A esse respeito, Medeiros (1996, p. 200), apresentou seu testemunho ao afirmar que a FAFI era um “[...] centro irradiador de consciência crítica e de compromisso humanista com a realidade piauiense e brasileira”.

Em 1959, deu-se sua transferência para a sede definitiva. Uma sede própria, já constava nas pautas de reivindicações dos fafianos, desde a sua implantação. Embora houvesse muita solicitude da administração do Colégio Sagrado Coração de Jesus, as dificuldades iniciais em torno das questões de espaço seriam ampliadas com a criação de novas turmas previstas para serem formadas com o segundo concurso de habilitação. Apesar da constatação da necessidade de um espaço mais amplo, que pudesse agregar os três cursos em funcionamento, a administração da Faculdade encontrava-se impossibilitada de dar solução ao problema por não dispor de condições financeiras para tanto. A solução veio com a cessão do prédio<sup>30</sup> onde funcionava o Grupo Escolar “João Gayoso”, na Praça Saraiva, pelo Governador Jacob Manoel Gayoso e Almendra.

---

<sup>30</sup> Cedido pelo Estado em 1958, para funcionar a Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, funcionou de 1959-1971, localiza-se na esquina do Colégio Diocesano no cruzamento das ruas Olavo Bilac com Barroso em frente a Praça Saraiva. Atualmente prédio pertence a UFPI, funcionando a Fundação Desenvolvimento Apoio a Pesquisa, Ensino e Extensão do Piauí (FUNDAPE).



Foto 07 – Prédio onde funcionou a Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, 1959-1971.

Fonte: Acervo particular do pesquisador.

A Faculdade de Filosofia funcionou nesse prédio de 1959 a 1971, quando se deu a integração deste centro de ensino superior a outros existentes no Estado, com o objetivo de criar a Universidade Federal do Piauí. Durante esse período, a sede da Faculdade passou por várias reformas, o que demonstra a ampliação desse empreendimento. Pode-se afirmar que sua grandeza se inicia do período em que ocorre sua transferência até a sua incorporação para a instituição da Universidade Federal do Piauí (1971). É bem verdade que durante o Regime Militar no Brasil (1964 –1985), o ativismo dos estudantes dessa Faculdade sofreu intensa repressão, a exemplo do que acontecia no restante do País. No entanto, esse ambiente vai se

constituir no espaço de resistência ao modelo político-cultural que se oficializava no Brasil, é o que coloca Santos Neto (2002, p. 188):

O chamado espírito fáfiano é uma evocação daquele espaço de resistência que tinha o Piauí naquela década de 1950, sobretudo na de 1960, pelo que aludimos acima. Eram tempos de construção de um novo olhar e de elaboração de uma nova estética a partir de uma organização que já sob vários aspectos se apercebia tal uma universidade.

Assim, a FAFI contribuía para a manifestação de uma cultura mais engajada, voltada para as grandes questões sociais que acometiam o País. O jornal “Letras”, de 01/06/61, produzido pelo Diretório Acadêmico “Dom Avelar Brandão Vilela” da FAFI, trouxe informações sobre a Segunda Semana Universitária realizada naquela Instituição de Ensino Superior - IES. Nas matérias veiculadas nesse jornal, constam aquelas que objetivavam “despertar os estudantes para os problemas políticos e sociais da Faculdade, da Nação e do mundo inteiro” (p.2), demonstrando o espírito que começava a se manifestar entre os estudantes do ensino superior do Piauí. Tendo como um do instrumento deste espírito o Diretório Acadêmico da FAFI, como podemos ver abaixo, um prédio anexo a Faculdade, local de reunião e de estudos dos fáfianos.



Foto 08 – Diretório Acadêmico Dom Avelar Brandão  
Vilela da FAFI  
Fonte: Arquivo do CCHL da UPFI

Mesmo não conseguindo contagiar todo o universo do ensino superior local, era um centro produtor de ideais libertários que, sem sombra de dúvida, podia fazer sentir seus ecos até na Faculdade de Direito do Piauí. SANTOS NETO (2002, p. 188), ao tratar da relação FAFI e FADI, coloca que a:

[...] A FAFI abriga, com efeito, as inquietações de uma fração da elite intelectual que vai hegemonizando o espaço acadêmica naquele era juscelinista, ao tempo em que realça a Faculdade de Direito como algo já velho, espaço de conservação, lugar do pedaço carcomido do elitismo político-burocrático local .

É mister que se diga que, embora tenha suas bases em um movimento de ruptura produzido entre os intelectuais da FADI, os que formaram a FAFI, procuraram manter um bom relacionamento com o primeiro estabelecimento de educação superior do Estado. As divergências que se manifestavam

no campo intelectual não impediam que outras formas de sociabilidades mantivessem as relações entre aqueles, que na verdade, integrava um único grupo nessa sociedade.

A diferença de finalidades entre os dois centros fez com que cada um seguisse ao seu modo, embora se possa reconhecer elementos de um no outro. Assim, é possível afirmar, sem muito temor, que a FAFI simboliza um novo momento na trajetória do ensino superior do Piauí. O novo comportamento pode ser observado nas idéias contidas no periódico do Diretório Acadêmico Dom Avelar Brandão Vilela, que circulava naquela comunidade, na realização de eventos científicos e culturais, debates políticos, trabalhos de extensão, como os cursos de preparação para o pré-vestibular, trotes dos calouros, a exemplo do ocorrido em 1961, quando se realizou a caminhada pelas principais ruas da cidade com faixas e cartazes fazendo elogios e críticas aos poderes públicos. Esses elementos, que marcavam o cotidiano dessa Faculdade, mostram o seu diferencial em relação à primeira do Estado.

Também contribuiu para o desenvolvimento de uma cultura de integração e a manifestação de um espírito universitário entre os fafianos, alguns ajustes que foram sendo realizados nas estruturas dos Curso. Em depoimento prestado no Seminário



que discutiu a Faculdade de Filosofia na História da Educação do Piauí, organizado pela UFPI, Pe. Raimundo José Airemoraes, permite perceber que essa preocupação não era apenas dos estudantes, mas também do corpo administrativo da instituição:

Fizemos a experiência de primeiro ano na FAFI ser um ano comum a todos os cursos. A finalidade desse ano era exatamente criar o espírito verdadeiramente universitário. Nesse curso básico era ministrada uma cadeira de Iniciação à Filosofia, que tinha exatamente como finalidade apresentar para todos os estudantes essa visão de abertura. Seu conteúdo incluía uma reflexão sobre a realidade da pessoa humana, aberta não apenas para as outras pessoas humanas, mas aberta também para a realidade universal e cósmica. Completamente essa disciplina de Iniciação à Filosofia, o mencionado curso básico incluía também uma disciplina intitulada, naquela época, Cultura geral. Era uma espécie de introdução a todos os outros cursos dados na Faculdade[...] (Sousa; Bomfim; Pereira, 2002, p. 147).

A Faculdade Católica de Filosofia cumpria desse modo tanto uma função prática quanto política perante a sociedade piauiense. Era, como já dito anteriormente, a ampliação das possibilidades de realização de um curso superior por elementos de alguns setores da população desde sertão. Nesse sentido, garantia à formação de professores com um nível de conhecimento capaz de favorecer maior qualidade ao ensino secundário e, ainda, possibilitava a manifestação de uma nova mentalidade nessa sociedade, através daqueles que direta ou indiretamente participavam dessa experiência. É o que afirmam as organizadoras do Seminário referido anteriormente:

[...] **FAFI foi um marco na realidade da educação piauiense** a partir da constatação de que, após doze anos de existência (1957-1970), houve quase

uma simbiose pedagógico-político-administrativo muito bem tecida, pois, a filosofia da educação “proposta” encontrava-se diluída nas suas práticas, fazendo-se domínio, ampliação e diversificação como fonte inspiradora. (SOUSA; BOMFIM; PEREIRA, 2002, p. 11, grifo dos autores).

### **4.3 Os cursos da FAFI: Filosofia, Geografia e História e Letras Neolatinas**

A Faculdade Católica de Filosofia do Piauí iniciou suas atividades com três cursos de bacharelados: o de Filosofia, Geografia e História e Letras Neolatinas e só posteriormente, em 1970, foram implantados os cursos de Matemática e Física (FREITAS FILHO, 2003b). Embora não existissem dúvidas quanto à finalidade daquela instituição de ensino superior, uma vez que seu Regimento, no Art.1º, alínea “a”, do Título I, que tratava dos fins da Faculdade, deixava bem claro a sua vocação para a formação de professores, os cursos iniciais foram implantados não como licenciaturas, mas no formato de bacharelados:

A Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, com sede em Teresina, instituída pela Sociedade de Cultura, em reunião 16 de junho de 1957, tem por fim:

- a) Formar professores para curso secundário e normal;
- b) Dar aos estudantes ensejo, de se especializar, conforme suas aptidões individuais;
- c) colaborar com institutos oficiais, congêneres para difusão de alta cultura intelectual no Brasil;
- d) Realizar pesquisa nos vários domínios da cultura que constituem objeto de seu ensino.

Os cursos eram regidos por professores catedráticos, titulares responsáveis por uma ou mais cátedras, ou por docentes interinos contratados como regentes da turma ou auxiliares de ensino. Esse é um período da História do Piauí que foi marcado pela falta de professores habilitados para o ensino superior, que além do reduzido número desses profissionais ainda tinha, algumas vezes, que enfrentar problemas decorrentes da Legislação Federal, proibindo a acumulação de cargos públicos ou decorrentes de reformulações curriculares impostas pelo Ministério da Educação.

A metodologia desenvolvida nas aulas ficava a cargo de cada professor, todavia havia uma orientação da instituição para que os professores procurassem associar a teoria à prática de cada uma das áreas de ensino<sup>31</sup>. O sistema de avaliação da Faculdade era orientado por provas escritas de natureza dissertativa e orais ou prático-orais, onde eram testados especialmente os conhecimentos adquiridos sobre os pontos trabalhados, ou seja, os conteúdos ministrados pelos docentes, em sala de aula. Os exames orais, quanto ao método e conteúdo ficavam a critério dos professores, sendo normalmente realizado o sorteio do conteúdo no ato da prova. Para aqueles que, por motivo justo

---

<sup>31</sup> Regulamento da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, no Título VI, do Regimento Didático.

não tinham realizado as avaliações nas datas previstas, existiam os exames de segunda chamada. Esses casos eram analisados e autorizados pela Congregação.

O sistema de avaliação da aprendizagem era distribuído entre as provas parciais e finais: as primeiras eram aquelas dispostas no decorrer do ano letivo, através das quais o aluno deveria obter uma média final igual ou superior a sete. Caso não fosse alcançada essa média, o aluno deveria realizar a avaliação final. O sistema de registro final de notas era de aprovação com distinção para média final de 10; pleno para notas entre 7 e 10 e simplesmente para nota 5 e reprovado inferior a 5.

Os cursos tinham três anos de duração e estavam distribuídos em uma grade curricular<sup>32</sup> que procurava iniciar seus alunos em uma formação mais geral e só em seguida partiam para as disciplinas específicas. Vejamos os referidos cursos com suas disciplinas e catedráticos<sup>33</sup> no período em que a Faculdade entrou em funcionamento, verificando também, alguns acontecimentos escolhidos por este pesquisador

---

<sup>32</sup> Grade Curricular dos Cursos: Filosofia, Letras Neolatina e Geografia e História (no período eram unidos) são com base no Relatório do Ano Letivo de 1958. Fonte: Arquivos do CCHL na UFPI.

<sup>33</sup> A relação dos cursos com as referidas disciplinas e catedráticos foi estruturada no trabalho levando em consideração a análise do Relatório do primeiro período letivo da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, de 1958, encaminhado ao Ministério da Educação e assinado pelo Inspetor Federal Hélio Martins Correia Lima e Diretor da Faculdade, o Professor Clemente Honório Parentes Fortes. Material existente no Arquivo do CCHL – UFPI, sobre a FAFI.

para mostrar aspecto do cotidiano dessa  
Faculdade:

O Curso de Filosofia apresentou no primeiro ano  
a grade que segue:

Introdução à Filosofia – Professor Pe. Hermínio  
Davis Filho

Psicologia – Professor Dr. Lineu da Costa Araújo

Lógica – Professor Pe. Hermínio Davis Filho

História da Filosofia – Professor Cláudio  
Francisco Ferreira

O curso de Filosofia da FAFI, era um misto de razão e fé, pois embora tivesse como uma de suas principais preocupações o ensino e a pesquisa para a produção da cultura relacionada ao seu objeto de ensino, possuía também uma presença religiosa muito intensa, visto fazer parte de uma instituição católica e de conter no seu corpo administrativo e docente homens do clero. O grande desafio daqueles que produziam a FAFI, era proceder preservando uma relativa autonomia entre os campos da física e da metafísica. Essa característica se estendeu por todos os cursos da Faculdade, tornando-se um dos elementos de ligação entre os cursos que ali funcionaram. A esse respeito, é interessante observar o fragmento de texto abaixo:

O tomismo – a Filosofia de São Tomás de Aquino marcou fundamentalmente toda a existência da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí –FAFI, a partir de Filosofia ali desenvolvido. Esta marca funcionou como uma força propulsora de idéias e práticas que circulavam não só nesse curso, mas também nos cursos de História, Geografia, Letras, Matemática e Física. Pelas fontes documentais e a pesquisa de campo, tal características evidenciou-se muito clara, desde as suas origens á sua incorporação na Universidade Federal do Piauí, na medida em que foi orientada por agentes educacionais ligados à Igreja Católica. A iniciativa primeira foi de Dom Avelar Brandão Vilela, Arcebispo de Teresina, e em grande parte do tempo dirigido pelo Pe. Raimundo José Airemoraes Soares, tendo sido a maioria das disciplinas do curso de Filosofia e parte das disciplinas dos outros cursos ministradas por padres e religiosas (PEREIRA, 2003,p. 76).

O fato de ser uma instituição católica não afastou da FAFI o espírito de reflexão das questões mundanas. Talvez por ser constituída por um corpo docente de leigos e clérigos, tenha se instalado ali um ambiente de tolerância sociocultural, sem que deixasse de emergir o ideal da luta pela construção da justiça no mundo dos homens. A tolerância religiosa pode ser identificada na disposição, apresentada pelo grupo, de dialogar com ideais procedentes de outros credos. Embora realizando o exercício da afirmação da fé católica, a Faculdade procurava respeitar e os que faziam opção por outra forma de religião. O Regimento da Faculdade, no seu Art. 12, parágrafo segundo, estabelecia que, “Será respeitada a consciência religiosa dos alunos”. É claro que o tratamento estendia-se a professores e funcionários da Casa. Desse modo, a filosofia vivenciada por aquela instituição procurava fundamentar-se nos preceitos mencionados.

O conhecimento filosófico que amalgamava homem-homem e homem-meio preparou a comunidade estudantil para os momentos difíceis que essa categoria social enfrentaria pela frente, a partir do final da primeira metade da década de 60. Com a instalação do Regime Político Militar no País, a classe estudantil assumiu a missão de resistir à ditadura militar. No Piauí, foi da FAFI que emergiram as principais manifestações de resistência àquela ordem política.

A FAFI, como centro de resistência, exerceu um papel de grande importância, embora houvesse ali um número considerável de cabeça conservador. Foi na FAFI que ocorreram manifestações, panfletagens, reuniões, debates e o afloramento de uma ideologia política militante. (SANTOS, 2005, p. 27-28).

E as atividades acadêmicas envolviam palestras com personalidades variadas dentro da sociedade que favoreciam o espírito de militância, buscando compreender as ações dos representantes das instituições diversas. Como exemplo deste caso, temos, na campanha para Governador do Estado, em 1962, em que o candidato pela União Democrática Nacional (UDN), Petrônio Portella Nunes, faz uma palestra na Faculdade de Filosofia, Petrônio disputava as eleições contra o candidato Constantino Pereira, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do grupo político do Governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues. Era um período de grande dissidência política. O candidato Petrônio Portella na palestra.

[...] posições moralistas da campanha – bandeira da moralidade e honestidade será hasteada, a autoridade não será ferida, moralização do serviço público, austeridade, apartidarismo – mas anuncia sua **diretriz principal: captar recursos de programas internacionais**, em especial da Aliança para o Progresso, com intermediação da SUDENE, fazendo, inclusive uma “retratação” pessoal do seu conceito anterior sobre aquele órgão regional. As prioridades serão obras de **infra-estrutura econômica e social** (energia, estradas e saúde e saneamento) e não mais a luta direta pela industrialização “Apoio a reforma agrária sem revoluções, mas objetivando a distribuição racional das terras, a começar pelas das Fazendas Estaduais (JORNAL DO COMÉRCIO: 02/12 e 06/12/1962 e JORNAL O DIA 03/12/1962, apud, MEDEIROS, 1994, p. 118-119, grifo do autor).

O curso de Geografia e História também contribuiu com a formação do espírito reflexivo dos estudantes fafianos. Possibilitando uma maior e melhor compreensão da relação entre condicionantes naturais e ações culturais, os seus agentes desenvolveram uma responsabilidade com as questões derivadas dessa relação maior que aquela apresentada pela maioria dos alunos pertencentes aos cursos de formação mais prática, como era o caso dos alunos da Faculdade Federal de Direito do Piauí. Vale ressaltar, que embora existisse a disposição dos alunos da FAFI para a luta por uma sociedade democrática, não era raro encontrar entre essas posições contrárias, uma vez que lá também, existia um número considerável de estudantes conservadores, defensores de ideais elitistas.

Como o de Filosofia, o curso de História tinha duração de três anos, tempo razoável para o estreitamento de relação e difusão de valores entre os seus integrantes. A grade curricular fomentava debates importantes no grupo e desse com os



estudantes de Filosofia e de Letras Neolatinas, que no final formavam um único grupo, os fafianos. A grade curricular, do primeiro ano de funcionamento do Curso de Geografia e História, apresentava as seguintes disciplinas:

Geografia Física – Professor Álvaro Alves  
Ferreira

Geografia Humana – Professor Álvaro Alves  
Ferreira

Antropologia - Professor Valter Alencar

História da Antiguidade e da Idade Média -  
Professor José Camilo da Silveira Filho.

Esta estrutura curricular inicial sofreu modificações na sua composição no decorrer dos anos seguintes, pois entendiam os acadêmicos e professores que era necessário adequar a estrutura do Curso às demandas do momento. Os alunos de Geografia e História participavam ativamente das atividades promovidas pela instituição, inclusive às relacionadas à estrutura curricular ou à burocracia exigida para o funcionamento da Faculdade.

É necessário que se coloque que, no campo da Geografia e da História existiam sérios problemas decorrentes da carência de recursos humanos especializados. Como acontecia com o Curso de

Filosofia, o corpo docente não tinha uma formação específica na área. Aliás, essa não era uma realidade específica da FAFI, pois situação semelhante viveu a Faculdade Nacional de Filosofia, no momento de sua instalação. Conforme foi colocado anteriormente, essa última teve que contar com a intensa participação de professores estrangeiros em razão da carência de docentes qualificados para exercer algumas habilidades requeridas pelos cursos que nela se encontravam em funcionamento. Um exemplo da utilização do trabalho de intelectuais estrangeiros se encontra nos contratados para o Curso de História. È o que nos diz o trecho abaixo.

[...] é dos professores franceses que introduziram nos curso de história a possibilidade de ‘contato direto com documento’. Os professores brasileiros, complementam aos autores ‘não tinham formação nem de historiadores, nem de geógrafos. Predominava a formação em Direito, no caso dos professores de história’ (FÁVERO, 1991 apud PASSOS, 1997, p. 116).

No Piauí, não foi possível lançar mão da medida adotada na Faculdade Nacional de Filosofia, que importou o capital intelectual de que se carecia. Nem por isso a Faculdade deixou de buscar a efetivação dos objetivos para os quais foi criada. Estudantes e professores procuram compensar os problemas de ordem estrutural com um desempenho pessoal e de grupo admirador. O fato de o Curso de Geografia e História ter suas disciplinas regidas por bacharéis em Direito não eliminava as discussões sobre as expectativas

criadas a respeito do funcionamento adequado do Curso. Um exemplo dessa preocupação pode ser observado no fragmento da Ata da Congregação, do dia 16/02/1960, em que o bacharel, “[...] professor José Camilo solicitou a criação de um curso de ‘Iniciação aos Estudos Históricos’, com frequência obrigatória para os alunos do primeiro ano do Curso de Geografia e História, no que foi atendido, cabendo-lhe a sua direção” (p. 9). Essa atitude buscava possibilitar aos alunos conhecimentos básicos ao bom desempenho do curso e do aprendizado, no que diz respeito a parte de História.

Atividades de extensão também já constavam na rotina da instituição desde sua fundação. Uma ação de extensão que chamou bastante a atenção da comunidade acadêmica do Piauí foi o curso ministrado por Malba Tahan<sup>34</sup> em 1958. O jornal O Dia, na Coluna “Pela Faculdade de Filosofia”, redigida pela professora Cristina Leite<sup>35</sup>, noticiou este momento: Noite inesquecível essa 18 de maio – o encerramento dos cursos ministrados nesta Capital, por Malba Tahan, escritor consagrado

---

<sup>34</sup> Malba Tahan, era o pseudônimo de Julio César, engenheiro e professor primário que resolveu adotar este cognome após ter dificuldade de publicar seus contos e escritos nos jornais do Rio de Janeiro. Logo, começou apresentar seus contos com o nome de Malba Tahan. Seus textos ganharam notoriedade na imprensa e sua identidade verdadeira só foi revelada em 1933, todavia o presidente Getúlio Vargas autorizou a ele utilizar os dois nomes. Além do livro, O Homem que Calculava, seu livro mais conhecido publicou vários livros entre romances, contos, antologias, estudos didáticos e de Matemática. Sua popularidade ganhou espaço na mídia, através do rádio, palestra, conferências, cursos e outras atividades.

<sup>35</sup> Cristina Bezerra da Luz Leite – Educadora nascida em Teresina que teve uma vida dedicada a educação do Estado e exercendo cargos no magistérios nos principais colégios da capital do Piauí e na presidência de instituições sindicais ligado a educação, além de colaboração intensa na imprensa local tratando principalmente de assuntos voltados a educação do Estado.

[...]. Com essa realização a Faculdade de Filosofia, em nosso meio, dá início um programa de há muito traçado - elevar mais e mais o ambiente cultural de nossa terra, trazendo-nos, de vez em quando, nomes consagrados da cultura nacional para que deixem entre nós, um pouco de centelha luminosa de que são portadores [...] (22/05/1958, p. 2).

No que diz respeito às atividades de cunho acadêmico, alguns estudantes do Curso de Geografia e História tiveram seus nomes ligados àquela esfera, como exemplo, o estudante Agnaldo Camilo da Silveira, presidente de Diretório Acadêmico daquela Instituição, que, sob sua administração, realizou, em conjunto com os estudantes da Faculdade de Direito e Odontologia, a Segunda Semana Universitária do Piauí<sup>36</sup>, no período de 28.05.61 a 03.06, do mesmo ano.

O evento reforçava a relação razão e fé apresentada acima, uma vez que constava em sua programação, como atividade de abertura, uma missa realizada na Igreja do Amparo. Também fizeram parte da programação da Semana atividades esportivas como, por exemplo, o voleibol feminino entre as equipes de Filosofia e Direito; Conferências, como a proferida pelo

---

<sup>36</sup> Informações obtidas através do Jornal “Letras”, periódico produzido pelo Diretório Acadêmico dos Estudantes da Faculdade Católica de Filosofia, datado de 01.06.61.

professor do Curso de Geografia e História, Raimundo Nonato Santana, sobre o estudo da História do Piauí; a do professor Moacir Góes, que tinha como tema “De pé no chão também se aprende a ler”; e no encerramento, a realizada por Dom Avelar, que dava continuidade ao debate a respeito da Educação Popular, porém inscrevendo a Igreja nesse compromisso. A programação também reservou uma parte do tempo ao debate entre estudantes, quando trataram sobre a Reforma Universitária, tema que mobilizava estudantes das instituições de ensino superior de todo o País.

Mesmo não possuindo o Piauí uma universidade, os estudantes das faculdades desse Estado, especialmente os da FAFI, demonstravam bastante interesse pela Reforma Universitária que era discutida nas Universidades do País.

Discutiam-se principalmente as conseqüências do pouco incentivo do Governo Federal para a educação superior. Nos primeiros anos do regime militar o debate sobre o tema foi intensificado entre os estudantes universitários, especialmente quando saiu o acordo MEC-USAID<sup>37</sup>, que, para a classe estudantil constituía-se a negação das

---

<sup>37</sup> MEC-USAID, foi a fusão das siglas do Ministério da Educação (MEC) e da United States Agency For International Development (USAID), órgão americano que tinha como objetivo introduzir no Brasil o modelo educacional dos Estados Unidos, através de uma reforma educacional, onde o Ensino Superior teria um papel primordial de formar o quadro técnico. Ocorreram no período várias manifestações de intelectuais e setores estudantis, já que as mudanças atingiam todos os níveis de ensino.

propostas produzidas pelos vários setores acadêmicos para a Reforma Universitária. Os estudantes de vários pontos do País foram às ruas protestar contra tal acordo.

SANTOS (2006, p. 26), coloca que, no Piauí os protestos chegaram através dos estudantes da FAFI, que organizados em passeata que teve como ponto de partida as instalações da instituição, saíram pelas ruas de Teresina e mostraram à sociedade local sua posição com relação às atitudes tomadas pelo novo Governo.

Desse modo, seguiram o fafianos dos Cursos de Filosofia, Geografia e História e também de Letras Neolatinas, rompendo preconceitos, conservando outros, modificando padrões de comportamento cristalizados nessa sociedade. O curso de Letras Neolatinas teve no quadro docente, desde o primeiro ano de funcionamento, a participação de uma mulher, a professora Teresinha Pinheiro Leal Nunes, conforme pode ser observado nas disciplinas do Currículo para o primeiro ano:

Língua e Literatura Latina – Professor Celso Barros Coelho

Língua Portuguesa – Clemente Honório Parentes Fortes

Língua e Literatura Francesa – Wilson de  
Andrade Brandão

Língua e Literatura Italiana – Pe. Raimundo  
Nonato Melo

Língua e Literatura Espanhola – Professora  
Teresinha Pinheiro Leal Nunes

A professora Teresinha Pinheiro Leal Nunes, a única mulher a participar das reuniões da Congregação, no início de sua fundação, sempre gozou do respeito e reconhecimento profissional dos seus alunos e colegas de trabalho. Em entrevista concedida a esse pesquisador em novembro de 2005, a professora informou que veio do Ceará, para acompanhar o seu esposo, Alfredo Nunes, ao Piauí. Ela era a “primeira pessoa formada em Letras Neolatinas. [...]. Nesse momento, Dom Avelar abriu a Faculdade de Filosofia e me convidou para ser a professora de Espanhol, pois ninguém sabia essa língua.”

A professora informou que participava do Curso não somente como regente, em sala de aula, mas em todos os aspectos do mesmo. Nesse sentido, chegou a viajar ao Rio de Janeiro para comprar livros para vender aos alunos, pois as livrarias de Teresina não dispunham de livros de Literatura, o que se encontrava por aqui, sem grandes dificuldades, eram os livros de Direito. A presença

da Professora em reuniões que discutiam as atividades do Curso pode ser constatada nas Atas da Congregação. Em reunião que teve como pauta a participação dos alunos nas aulas dos Cursos em funcionamento, realizada em 20/10/1958, a mesma sugeriu uma mudança na metodologia do Curso de Letras, reforçada pelo Professor José Camilo da Silveira, a respeito do Curso de Geografia e História:

[...] Tomou a palavra a professora Teresinha Leal Nunes que sugeriu palestras, para a seccção Letras Neolatinas, a fim de que os alunos pudessem desenvolver os seus conhecimentos, saindo da rotina da didática. O professor José Camillo Filho também opinou pela promoção de palestras para seccção de Geografia e História. (FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DO PIAUÍ. ATA DA CONCREGAÇÃO, 1958, p. 4).

Além de partilhar das mesmas dificuldades apresentadas para Filosofia e Geografia e História, o Curso de Letras enfrentava problemas de outra ordem. Geralmente tinha o mais baixo número de inscritos nos Concursos de Habilitação e portanto entre os aprovados, e normalmente as turmas eras predominantemente femininas. A primeira turma do Curso de Letras Neolatinas da Faculdade formou-se em 08/12/1960, sendo composta de 11 bacharelados. Também no momento colaram grau os alunos das primeiras turmas de Filosofia e Geografia e História em número de 10 e 16 bacharelados, respectivamente. A solenidade foi realizado no salão nobre do Clube dos Diários com a participação de autoridades do Estado, representantes da Educação dos diferentes níveis,



familiares e representantes de diversos segmentos da sociedade.

Nesse momento festivo de congratulações em torno dos primeiros bacharéis dos cursos da FAFI, temos o registro do momento feito pelo professor José de Arimatéa Tito Filho, catedrático de Língua Portuguesa, que assim se expressou na nota do Jornal O Dia, demonstrando todo o seu entusiasmo pelo fato e ao mesmo tempo como um dos responsáveis por tal envergadura que comportava o momento para educação do Estado.

A Faculdade Católica de Filosofia diplomou, há poucos dias, com brilhantes solenidades, as turmas pioneiras das três secções desse instituto de nível universitário: História e Geografia, Filosofia e Letras Neolatinas. Dom Avelar realizou velho sonho da juventude e de líderes intelectuais da chapada. [...]. Li a oração gratulatória de D. Avelar – e êsse pastor souber reduzir a poucas linhas o drama inteiro do mundo moderno [...]. Pronunciaram excelentes discursos os diplomados Padre Luiz Soares e José Eduardo Pereira. Ponto fundamental para mim, da oração do Paraninfo Clemente Fortes foi a referência à improvisação do magistério de nível médio. Na realidade, a paisagem educacional brasileira padece esta aflitiva situação: muitos professores são incapazes de conduzir a juventude das escolas [...] convocou atenções de autoridades da administração direta e das casas de ensino [...], tomar nessa terra sérias medidas para a moralização do magistério secundário. [...] (JORNAL O DIA, 25/12/1960, p. 1).

A Faculdade Católica de Filosofia do Piauí tinha a responsabilidade de buscar corrigir as distorções que apresentava no ensino secundário, formando profissionais capacitados para atuarem nesta modalidade de ensino. Mas as autoridades governamentais e os responsáveis pelo ensino no Estado, tanto no ambiente público como no privado, teriam, a partir daquele momento, um parâmetro para avaliar melhor a capacidade e a

formação dos professores que atuavam no setor do magistério secundário, que era muito carente. Faculdade de Filosofia, naquele momento, assinala uma nova ação e novo paradigma na educação do Estado.

A esse respeito, podemos citar alguns nomes que fizeram da FAFI um verdadeiro local de aprendizado e de integração social, nomes que se destacaram em vários campos não somente da educação como, por exemplo, da política e outros setores que abraçaram com o mesmo profissionalismo e ética, valores que no interior na FAFI, eram respirados continuamente. Há nomes importantes nos três cursos da Faculdade, claro que não podemos citar todos, todavia não poderíamos deixar de registrar nomes como: Edna Beleza dos Nascimento, Pe. Luiz Soares de Melo, Pedro Mendes Ribeiro, Pe. José Luiz Barbosa Cortez, Maria Nerina Pessoa Castelo Branco, Jorge Azar Chaib, Antonio José Castelo Branco Medeiros, Maria do Amparo Borges, do Curso de Filosofia. Em relação à Geografia e História, temos: Carlos Said, Joaquim Ribeiro Magalhães, Raimundo Wall Ferraz, Agnaldo Camilo da Silveira, Irlane Gonçalves de Abreu, Edson Gayoso Castelo Branco Barbosa Maria Celis Portela Nunes. Do Curso de Letras Neolatina: Cristina Bezerra da Luz Leite, Maria Cecília da

Costa Araújo, Maria Gomes Figueiredo, José Reis Pereira, Luiz Ubiraci de Carvalho, Maria da Glória Soares esse são apenas alguns que fizeram a trajetória educacional da FAFI.

Após a formatura das primeiras turmas da Faculdade, um novo problema passou a desafiar a capacidade resolutiva dos seus membros. Por não se classificarem como Licenciaturas, os cursos da FAFI não habilitavam, legalmente, os seus egressos para o Magistério. Esse fato trazia desconforto para o seu quadro administrativo e descontentamento para os recém-formados que, para integrarem-se ao quadro do magistério do Estado, tinham que recorrer a mecanismos legais, como, por exemplo, autorização do MEC, retardando sua entrada em um mercado de trabalho com demanda suficiente para absorver rapidamente a mão-de-obra especializada.

Tentando dar solução a essa questão, a Faculdade Católica de Filosofia iniciou em 1963 um processo que tinha como objeto a solicitação de autorização do Ministério da Educação e Cultura, para a adequação dos cursos da FAFI à condição de cursos de Licenciatura. Para tanto, era necessária a implantação do Curso de Didática, que deveria ser adicionado às exigências da estrutura curricular dos cursos em funcionamento. Como primeira medida, foram enviados ao

referido Ministério documentos que comprovavam o funcionamento da Faculdade, sua função social no Estado e ainda informações sobre a realidade educacional desse:

#### DA REAL NECESIDADE DO CURSO DE DIDÁTICA

A Faculdade Católica de Filosofia do Piauí já diplomou duas turmas de bacharéis nas secções de Filosofia, Geografia e História e Letras Neolatinas.

Aludidos concluintes estão impossibilitados de exercer o magistério, à falta da licença em Didática, salvo licença especial e particular dos órgãos responsáveis do Ministério da Educação e Cultura, através da Diretoria do Ensino Secundário.

Anote-se em um todo o Estado só lecionam oito professôres licenciados por Faculdade de Filosofia.

O crescimento da rede estadual de estabelecimento de ensino secundário no Piauí, por outro lado, é impressionante. Há, em pleno funcionamento mais de trinta unidades de ensino médio e aguarda-se, no próximo período letivo, a instalação de novos estabelecimentos. Cresce, destarte, dia a dia, a demanda de professôres.

O Curso de Didática, ademais, representa a cúpula de qualquer Escola de Filosofia. Sem êle muito restará por fazer (FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DO PIAUÍ. REQUERIMENTO DO CURSO DE DITATÍCA, 1963, [n.p] ).

Tendo o MEC autorizado o funcionamento do Curso de Didática, a FAFI colocou em funcionamento a primeira turma ainda no ano de 1963. As disciplinas teóricas foram ministradas de forma comum aos três cursos: Didática Geral, Psicologia Educacional, Administração Escolar e Teologia (Doutrina Social da Igreja). As aulas práticas foram ministradas no Colégio São Francisco de Sales (Diocesano). Era o chamado

sistema três mais um (3+1), ou seja, os alunos faziam os três anos de bacharelado e mais um “ano didático”. A primeira turma de Licenciatura da FAFI concluiu o Curso no início de março de 1964, com 8 alunos de Filosofia, 24 de Geografia e História e 11 de Letras Neolatinas. Assim, a sociedade piauiense recebia de uma só vez 43 novos professores com formação em áreas específicas e em Didática, para atuarem no ensino secundário. Ainda em 1964 pelo Decreto nº 54.038, de 23 de julho era reconhecida a Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, como os seus cursos e reconhecida como de utilidade pública em 06/06/1968, pela Lei Estadual nº 2.877.

Em 1964, foi realizada uma reforma na estrutura curricular dos Cursos: Letras Neolatinas passa ser chamado somente de Letras; o Curso de Geografia e História separou as duas áreas, dando origem ao Curso de Geografia e ao Curso de História.

Ampliava-se o número de Cursos da FAFI e os tornava mais adequados à finalidade da Instituição às necessidades da educação piauiense, pois, a partir desse ano, na FAFI, passam a funcionar apenas os cursos de licenciatura.

Além dos cursos iniciais, no decorrer do tempo, foram sendo implantados novos cursos. Há muito tempo, havia o desejo de instalação dos cursos de

Matemática e de Física. Essa ação teve início em 1963, quando a Faculdade de Filosofia dirigiu-se a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)<sup>38</sup>, na tentativa de pleitear junto a este órgão a implantação de um Curso de Matemática na FAFI. A resposta foi a visita de professor Morgado, que pertencia ao Instituto de Matemática do Recife, que tinha como objetivo verificar *in loco* as condições humanas e físicas para a instalação do referido curso, tendo as mesmas sido avaliadas como insatisfatórias, pela falta das condições básicas.

Um dos argumentos para a criação do Curso era, segundo FREITAS FILHO (2003b, p.27), que, “Com a expansão do ensino médio no Piauí, ultimamente verificada, é impressionante a demanda de professores de Matemática. O Curso virá, assim, ao encontro de urgentes exigências da comunidade” (2003b, p.27). A Faculdade de Filosofia procurava amenizar esta situação, buscando ajuda da SUDENE nas condições técnicas e financeiras. Também, recorria à Comissão de Assessoramento, Documentação e Informação das Faculdades de Filosofia (CADIFF), do Ministério da Educação e Cultura, que tinha a finalidade de assessorar as faculdades

---

<sup>38</sup> Órgão criado em 1959, no governo de Juscelino Kubitschek, que objetivava auxiliar essa região e integrá-la ao mercado nacional, financiando e organizando projetos diversos.

de Filosofia nas questões de planejamento e organização.

Alguns cursos de aperfeiçoamento foram autorizados, na tentativa de qualificar os professores locais para que os mesmos pudessem ser multiplicadores destes conhecimentos. Um dos professores preparados foi Luiz Gonzaga de Sousa Lapa, que permaneceu dez meses (entre abril de 1965 e janeiro de 1966), no Instituto de Matemática do Ceará e, ao retornar para Teresina, buscou, com outros professores, organizar um pré-vestibular e adquirir livros para uma biblioteca básica. Ao mesmo tempo, a FAFI solicitou autorização ao MEC para o funcionamento do Curso de Matemática, o qual só foi autorizado apenas no ano de 1968, como relata o trecho a seguir:

[...] para o efeito de obter o funcionamento de outro curso pré-vestibular. Já agora, o vestibular será realizado na própria Faculdade [...] com a conseqüente implantação dos cursos de Física e Matemática. A própria Sudene, [...] se encarregaria da seleção dos professores. Para coordenar, [...] aqui chegava, em agosto de 1969, o Prof. José Gamaliel Teixeira Noronha, [...]. Para integrar ainda o corpo docente do curso pré-vestibular foram convidados os professores: Otávio de Oliveira Costa Filho, Sônia Leal Rodrigues, Miguel José de Azevedo, Ismael Francisco Dantas, Miguel Dib Cadad Filho [...]. Realizou-se, no final, o primeiro vestibular para os Cursos de Matemática e Física, no ano de 1970. Dos 63 (sessenta e três) candidatos inscritos, 43 lograram aprovação (FREITAS FILHO, 2003b, p. 37-38).

A FAFI buscou tornar-se centro de ensino polarizador, aglutinando cursos que pudessem dar à Faculdade mobilidade maior dentro da

sociedade e atender às necessidades do Estado em torno do ensino e qualificar pessoal para atuar em torno das várias disciplinas dentro do ensino secundário do Estado e fora dele, já que vários egressos vinham de outros estados, porém em menor proporção.

Ao mesmo tempo em que Faculdade buscava implementar seus cursos, tinha que se comportar como centro de resistência ao regime militar no Piauí, como já foi comentado em momentos anteriores no texto. A Faculdade Católica de Filosofia do Piauí se comportava como centro de formação crítica e se encaixava no perfil apresentado pelos setores sociais visados pelo regime, que eram: militares, sindicalistas, estudantes, políticos, jornalistas e religiosos. Estes setores foram tipificados pelo projeto “Brasil: Nunca Mais”, organizado pela Arquidiocese de São Paulo e grupos de estudiosos sobre a temática de atuação do regime militar, no período de 1964-1979. A FAFI se enquadrava no tipo de resistência as ações do regime, além de ser um centro de ensino crítico, tinha uma composição religiosa nos seus quadros administrativos, docentes e discentes, portanto alvo das ações e investigações militares, como podemos verificar no fragmento:



BNM 340: Neste caso são réus 4 estudantes piauienses, acusados de atuarem no Movimento Estudantil, mantendo vínculo com a União Nacional dos Estudantes Piauienses (SIC). São responsabilizados por terem planejado e elaborado um texto para panfletagem na Faculdade Católica de Filosofia, que foi apreendido quando estava sendo impresso por um dos réus, na madrugada do dia 10 de agosto de 1968, Teresina, capital daquele Estado. Tal panfleto, intitulado 'Por que o estudante está lutando', denunciava a política educacional do governo e conclamava à luta pela derrubada da ditadura. O inquérito teve início nesse mesmo dia, no DOPS de Teresina, sendo presidido pelo capitão Astrogildo de Castro Sampaio, mais tarde apontado como torturador de presos políticos.[...] (Arquidiocese de São Paulo, 1987, p. 180-181).

A Faculdade aglutinava a resistência estudantil ao regime. O corpo docente e discente da mesma buscava de todas as formas contribuir para esclarecer a população o que estava acontecendo no Brasil e na sociedade piauiense, naquele período da História do Brasil, onde o movimento estudantil funcionou como porta-voz dos descontentes com regime militar e, ao mesmo tempo como principal foco de resistência às ações do regime. Todavia não eram apenas os estudantes o alvo dos inquéritos militares, mas o corpo docente da Faculdade e as ações sociais da Igreja também sofriam com a repressão. É o que se pode observar, no mesmo documento organizado pela Arquidiocese de São Paulo, no trecho que vê abaixo:

Por solicitação do Ministério Público, foi anexado a este processo um IPM instaurado em março de 1969, que apurou fatos semelhantes e se desenvolveu no 25º BC de Teresina. O relatório desse IPM, que foi presidido pelo major Ângelo de Araújo Paz, faz uma abordagem mais ampliada e detalhada das atividades piauiense, desde 1967, focalizando inúmeras reuniões, atividades da referida UNEPI e da FLEPA (Frente de Liderança Estudantil Participante), aulas na Faculdade Católica de Filosofia, trabalhos do MEB (Movimento de Educação de Base), participação de membros da Igreja etc. Nesse relatório, o major Ângelo de investir violentamente contra o bispo de Crateús, Dom Antônio Fragoso, acusado de pregar a Guerra

Revolucionária, durante palestra em Teresina, termina indiciando a coordenação do MEB, Palmira Luzia Soares e padres Raimundo José Airemoraes Soares (diretor da Faculdade), Luiz Soares de Melo e Ivo de Maupou (1988, p. 181).

A Faculdade favorecia, em seus agentes, a manifestação de um espírito universitário, ao estimular um pensamento crítico através das ações pedagógicas como palestras e outros eventos que buscassem debater assuntos que, naquele momento, eram importantes para a conjuntura política do país. Estas ações eram favorecidas pela participação dos acadêmicos da Faculdade, acrescentando o intercâmbio com outros setores estudantis que se tornavam essenciais na formação corpo universitário. Sobre esta participação estudantil, temos o depoimento Padre Raimundo José Airemoraes, na época Diretor da Faculdade, onde relata aspecto do contexto mencionado.

[...] no auge da revolução, a Faculdade de Filosofia foi visitada duas vezes pela polícia, isto porque um aluno chamado Antonio José Medeiros, que hoje é Secretário de Educação, participou de um Congresso Estudantil em São Paulo, em Ibiúna, onde houve intervenção da polícia e ele acabou preso. Ao chegar aqui, quis ele continuar os estudos, mas o Secretário de Segurança não deixou, então escrevi para o Comandante da Regional e ele permitiu que ele freqüentasse as aulas.

Neste sentido, a FAFI foi se transformando em um centro de ensino superior essencial às transformações que o Estado passava, buscando dar a sua contribuição na constituição da primeira Universidade no Piauí, assunto que foi uma das pautas da reunião da Congregação, registrada em Ata no dia 28/08/1967, onde a Faculdade deveria

passar por reestruturação, buscando eleger uma Comissão para tratar do processo, é a que podemos analisar pelo trecho que se seguiu:

[...] Comissão ficaria constituída do professor indicado pela Congregação, que fôra o professor Manoel Paulo Nunes, o presidente do Diretório Acadêmico, senhor Benedito Ribeiro Soares, [...], o senhor presidente informou aos presentes que, era do seu desejo, que todos os mestres colaborassem na reestruturação da Faculdade, sobretudo no momento em que a criação da Universidade do Piauí estava novamente em debate, de modo que a Faculdade se constituísse em peça fundamental da Universidade. Pedindo a palavra, o professor Manoel Paulo Nunes informou que a posição do Excelentíssimo e Reverendíssimo Arcebispo de Teresina, Dom Avelar Brandão Villela, era a favor a agregação ou incorporação, a fim de que esta se transformasse em realidade [...].

A Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, ao longo de sua existência, foi reunido as condições favoráveis ao espírito universitário no Estado, agregando nomes que iriam implementar setores diversos da sociedade, atuando não somente no espaço local, mas no nacional. Portanto a FAFI fomentou as condições intelectuais e legais para, no início dos anos 70, ao integrar-se a outras existentes, ver surgir a Universidade Federal do Piauí.

### **Considerações Finais**

As considerações finais desse estudo serão iniciadas informando sobre a incompletude do mesmo com relação aos objetos reais tomados

para análise. O eminente historiador, Lucien Febvre, afirmou certa vez que toda História é escolha, sendo dessa forma é necessário que no final de uma trajetória como essa, guarde-se a consciência de que todo o dito, pensado, analisado, negado constitui-se em apenas alguns dos aspectos possíveis aos objetos aqui analisados. Porém, o fato de reconhecer que escolhas foram feitas, não impede que se tomem como realidades àquilo que foi possível apreender, seguindo os vestígios deixados no curso dos acontecimentos e utilizando-se da imaginação própria aos historiadores, pois é somente na medida em que realidades parciais emergem que se manifestam possibilidades para o surgimento de outras que serão ainda, eternamente parciais.

Foram vários os caminhos tomados pela educação do Estado, até o surgimento em solo piauiense de uma instituição de ensino superior e conseqüentemente a fomentação de um terreno favorável ao nascimento das demais faculdades que iriam se unir para criar a primeira universidade do Piauí. Passando por uma ausência de uma educação jesuítica que servissem de bases e projetos futuros, bem como, a governos provinciais que não buscavam desenvolver uma ação mais concreta na educação local. Os

governantes, apenas aprovaram leis que financiavam pensionistas a estudarem cursos que interessavam a estrutura governamental e privilegiava uma minoria dentro de sertão.

Assim, na análise das trajetórias da FADI e FAFI, o que se observou como características do surgimento do ensino superior do Piauí não fugiu a regra de outras regiões. A primeira instituição de ensino superior, a Faculdade de Direito do Piauí (1931) foi originada da idealização de um grupo de intelectuais, na maioria bacharéis em Direito oriundos da Faculdade de Direito do Recife; a segunda, a Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (1958), com forte orientação católica, foi fruto do esforço de grupamento heterogêneo, formados por clérigos, bacharéis, economistas, médicos e outras categorias profissionais. Esse aspecto influenciou na sua atuação eclética na sociedade piauiense.

Ambas podem ser consideradas os primórdios do ensino superior no Estado, ressalvando que não foram as únicas antes da implantação da primeira Universidade. Contribuíram de forma decisiva para a instalação de uma cultura de ensino superior no Piauí, em que, nos dias atuais, o Estado se destaca nessa área, apesar das poucas condições estruturais que apresenta. A instalação da Faculdade de Direito foi favorecida pelas

mudanças da década de 30 e pelo desejo de um grupo de bacharéis que buscavam construir, no Piauí, um cenário, já existente em muitas capitais do País, marcado pela intelectualidade e inclusão desta na vida pública.

Desejavam também, a produção de um espaço onde pudessem imaginar e difundir idéias, que não comportavam na prática da magistratura ou em suas atuações tanto no ambiente da imprensa, como no campo do magistério secundário, essa produção era favorecida. O ensino superior surgia como possibilidade de ascensão social e intelectual do grupo dos bacharéis, criando-se mais um campo elitizado dentro das transformações em curso no período e criando no Estado um espaço semelhante aos que os fundadores encontraram em Recife, ou em outros centros de ensino.

Esse quadro se configurou com a instalação da Faculdade de Direito e o seu desenvolvimento no Estado. Onde vários sujeitos foram incorporados à esfera pública ocupando posições importantes, tanto no Estado, como no cenário nacional, demonstrando toda a força de poder e a relação que os bacharéis tinham com a estrutura burocrática do Estado. Sendo que a trajetória que possibilitava com mais amplitude essa ação foi o surgimento da Faculdade de Direito no Estado.

A instalação de Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, tinha como objetivo formar professores para o ensino secundário e fomentar um desenvolvimento cultural no Estado. Os objetivos foram alcançados uma vez que formou professores habilitados para atuar em diversas áreas do ensino secundário, além de permitir a manifestação de condições para o surgimento de um ambiente de discussão de questões que poderiam ser localizadas fora dos muros da universidade.

A FAFI foi realmente um divisor de águas dentro da estrutura que se iniciara com a criação da primeira instituição superior do Estado. Ao mesmo tempo em que introduziu uma nova visão educacional com a construção das bases para um debate mais aberto em que todos os indivíduos pudessem participar ativamente não só do projeto educacional, como também das estruturas que moldam o homem e o seu meio, criando dentro deste contexto um cidadão mais ativo e humanístico.

Foi este espaço que FAFI, construiu ao longo de sua existência, com as características particulares de cada curso Filosofia, História e Geografia e Letras Neolatinas e depois com implementação do Curso de Didática, criando as licenciaturas nos referidos cursos acima, portando valores

agregados que sociedade soube reconhecer nos profissionais que FAFI formou e os integrou a sociedade para tornarem sujeitos ativos de sua própria História.

Logo, os espaços escolares do Ensino Superior da FADI e FAFI se constituíram em lugar de poder e de articulação, não apenas no cenário educacional, mas no político onde os sujeitos eram formados para atuarem em diversos terrenos da organização societária piauiense. Sujeitos que se tornaram sem par na História do Piauí, atuando em vários setores estruturais políticos, econômicos, sociais e culturais.

A importância desse estudo, além de trazer visibilidade a aspectos da história dessas instituições, antes desconhecidas, reside no fato de ter despertado novas possibilidades de estudo. Emergiram das análises e interesses, a importância de compreender a atuação dos bacharéis e licenciados na organização política e cultural do Piauí; traçando um perfil intelectual dos que atuam nas instituições de ensino superior, inclusive o Centro de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI), especialmente dos que integram os cursos de formação de professores, como exemplo o Instituto Superior de Educação Antonino Freire (ISEAF) e outros.





## Fontes e Bibliografia

### Instituições de pesquisa

Arquivo Público do Piauí (Casa Anísio Brito) – Teresina (PI)  
Academia Piauiense de Letras /APL – Teresina (PI)  
Biblioteca Estadual Desembargador Cromwell de Carvalho – Teresina (PI)  
Casa da Cultura – Teresina – (PI)  
    Biblioteca de Arte Professor Wall Ferraz  
    Biblioteca Jornalista Carlos Castelo Branco  
Biblioteca Particular Padre Raimundo José Airemoraes Soares  
Universidade Federal do Piauí – UFPI – (PI)  
Universidade Estadual do Piauí – UESPI – (PI)

### 1. Fontes

## Dados Censitários

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: Censo Demográfico de 1960 / Maranhão – Piauí. [Rio de Janeiro, 196-?]. V.I – Tomo III – 1ª Parte

### Depoimentos

NUNES, Manoel Paulo. Depoimento concedido a Antonio Maurení Vaz V. de Melo. Teresina, fev.2006.

NUNES, Teresinha Pinheiro Leal Nunes. Depoimento concedido a Antonio Maurení Vaz V. de Melo. Teresina, nov.2005.

SOARES, Pe. Raimundo José Airemoraes. Depoimento concedido a Antonio Maurení Vaz V. de Melo. Teresina, dez.2005.

### Documentos oficiais

CÓDIGO LEIS PIAUHYENSE. Oeiras do Piauí. Tipografia Provincial. Tomo 7ª Parte Fª, 1846.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO PIAUÍ – Súmula dos serviços. Teresina: [s.n], 1932 p. 1-14.

FACULDADE DE DIREITO DO PIAUHY. ESTATUTOS. Teresina: Imprensa Oficial, 1931.

FACULDADE DE DIREITO DO PIAUÍ. Ata do Conselho Técnico

Administrativo. 1945, livro 2.

FACULDADE DE DIREITO DO PIAUÍ. Livro de atas do Diretório Acadêmico das gestões: 1965/1966-1966/1967-1968/1969

FACULDADE DE DIREITO DO PIAUÍ. Pasta de Portarias Gestões Anteriores D. A João XXIII. 1953-1972.

FACULDADE DE DIREITO DO PIAUÍ. Pasta do Movimento de Solidariedade aos Professores da Escola ano 1968 do Diretório Acadêmico “João XXIII” 1968.

FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DO PIAUÍ. Ata da Congregação, 1958.

FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DO PIAUÍ. Ata do Conselho Técnico Administrativo, 1958.

FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DO PIAUÍ. Ata de Registros dos Cursos de Habilitação: 1958 –1967.

FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DO PIAUÍ. Livro de Matrículas dos alunos de 1958-1971.

FACULDADE CATÓLICA DE FISOFIA DO PIAUÍ. Relatórios dos anos letivos de 1958 a 1960.

FACULDADE CATÓLICA DE FISOFIA DO PIAUÍ. Requerimento do Curso de Didática, 1963.

MENSAGEM. Apresentada á Assembléia Legislativa do Estado do Piauhy, pelo Sr, Dr. Leônidas de Castro Melo, Governador do Estado.

PIAUÍ. Diário Oficial. Ano I, nº 82 15/04/1931.

PIAUÍ. Diário Oficial. Ano V, nº 145, 30/06/1935.

PIAUÍ. Diário Oficial. Ano V, nº 287, 26/12/1935.

PIAUÍ. Decreto Estadual. Lei nº 165, 13/02/1968.

REGULAMENTO DA FACULDADE DE DIREITO. Teresina: Imprensa Oficial, 1934.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO PIAUHY. Dr. José Antônio Saraiva à Assembléia Legislativa em 1º de julho de 1852. Caxias: Tipografia Independente de Filinto Elysio da Costa, 1852.

RELATÓRIO: Apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, pelo Cap. Landry Salles Gonçalves, Interventor Federal no Estado do Piauí (1931-1935). Imprensa Oficial: Teresina.

## Jornais

Jornal Imprensa  
Jornal do Piauhy.  
Jornal do Piauí.  
Jornal O Dia  
A Tribuna Acadêmica (Jornal Acadêmico da Faculdade de Direito do Piauí)  
Letras (Jornal Acadêmico da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí)

## 2. Referências Bibliográficas

ABRÃO, Janete. **Pesquisa & História**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. (Coleção História).

ADORNO, Sérgio. **Os Aprendizes do Poder** – O bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí**. Teresina: Comepi, 1981.

**ALMANARQUE DA PARNAÍBA**. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1942.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução Pública no Brasil (1500 – 1889)** - História e Legislação. São Paulo: Educ/INEP, 2000.

ALMEIDA, Jane Soares de Almeida. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Perfil dos Atingidos – Projeto Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1988. Tomo III

AZEVEDO, Fernando. **A transmissão da cultura**. São Paulo: Melhoramentos/INL, 1976.

\_\_\_\_\_. **A Cultura Brasileira: Introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Edições Melhoramento. 1964. (Obras Completas. v. XIII).

BARROS, José D' Assunção. **O projeto de pesquisa em História – Da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis: Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_. **O campo da História – Especialidades e Abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BASTOS, Aurélio Wander (Org.). **Os cursos jurídicos e as elites políticas brasileiras**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.

BELLO, Luiz. **Da Serra da Ibiapaba ao campus da Ininga**. Teresina: [s.n], 1981. v .2. Mimeografado.

BEVILÁQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 2. ed. Brasília: INL, 1977.

BEZERRA, Joaquim de Alencar. **História da Faculdade de Direito do Piauí**. Teresina, mar.2001. Digitado. Não paginado.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BASTOS, Cláudio. **Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRANDÃO, José Ernani de Aragão. **A evolução do ensino superior brasileiro**: uma abordagem histórica abreviada. In: MOREIRA, Daniel Augusto (Org.). **Didática do Ensino Superior**: Técnica e Tendência. São Paulo: Editora Pioneira, 1997. p. 3-50.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **Família e poder na Capitania do Piauí**. In: **A elite colonial piauiense – Família e Poder**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995. p. 265-313.

BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Escola dos Annales 1929 – 1989 – A revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

\_\_\_\_\_. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CARDOSO, Elizangela Barbosa **Múltiplas e Singulares**: História e memória de estudantes universitárias em Teresina – 1930-1960. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

\_\_\_\_\_. **Desejos ambíguos**: imagens, práticas e investimentos do desejo feminino nos anos 1950 e 1960 em Teresina. In: Revista Scientia et Spes do Instituto Camilo Filho: Teresina, 2002. Ano I, n° 2, p. 93-125, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem – A elite política Imperial – Teatro de Sombras – A política Imperial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **Paulino José Soares de Sousa – Visconde do Uruguai**. São Paulo: Ed. 34, 2002. (Coleção formadores do Brasil).

CARVALHO JUNIOR, Dagoberto. **A Escola do Recife – Reflexos no Piauí**. Presença: Revista da Secretária de Cultura, Desporto e Turismo do Piauí. Teresina, Ano IV, n° 9, p. 42-47. out/dez .1993.

CARVALHO, Pe. Miguel de. **Descrição do Sertão do Piauí**. Teresina: IHGPI, 1993.

CARVALHO, Cromwell. **Méis et Verbis**. In: Revista Cultura Acadêmica da Faculdade de Direito do Piauí. Anno I, p. 03 maio/1947.

CASTANHO, Sérgio E. M. **A Educação Escolar Pública e a Formação de Professores no Império Brasileiro**. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Fontes, História e**

**Historiografia da Educação.** Campinas: Autores Associados, 2004. (Coleção Memória da Educação).

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Desejos, tramas e impasses da modernização (Teresina 1900-1930).** In: Revista Scientia et Spes do Instituto Camilo Filho: Teresina, Ano I, nº1. p. 295-314. 2002.

CEPRO. **Governadores do Piauí** – Uma perspectiva histórica. Teresina: Cepro, 1993.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural** – Entre práticas e representações: Rio de Janeiro: Editora Bertrand/ DIFEL, 1990. (Coleção Memória e Sociedade).

CHAVES, Monsenhor. **Obra Completa.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

COSTA, F. A. Pereira. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí.** Rio de Janeiro: Artenova, 1974. v. 1.

\_\_\_\_\_. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí.** Rio de Janeiro: Artenova, 1974. v. 2.

CRUZ, Anamaria da Costa; MENDES, Maria Tereza Reis. **Trabalhos acadêmicos, dissertações e teses: estrutura e apresentação (NBR14724/2002).** Niterói: Intertexto, 2003.

CUNHA, Edison. **O Estudante na comunidade brasílica.** Revista da Academia Piauiense de Letras. Teresina: Imprensa Oficial, ano XIX, nº 15, p. 82-83. dezembro/1936.

CUNHA, Higino. **Memória Histórica da Faculdade de Direito do Piauí.** Revista Acadêmica: Revista da Acadêmica da Faculdade de Direito do Piauí. Teresina, Ano I, nº 1, p. 2-8, maio/1935.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980, v. 1. ( Coleção Educação e Transformação.

\_\_\_\_\_. **A Universidade Crítica.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. (Coleção Educação em Questão).

\_\_\_\_\_. **Ensino Superior e Universidade no Brasil.** In: Lopes, Eliane Marta Teixeira; FARIAS FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs.). **500 anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.151-204.

DERRIDA, Jacques. **Mochlos ou o Conflito das Faculdades.** In: **O Olho da Universidade.** São Paulo: Estação Liberdade, 1999. p. 83-122.

FALCON, Frâncicos José Calazans. **História Cultural** - Uma nova visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Edusp, 1995.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A; BRITTO, Jader de Medeiros. (Orgs.) **Dicionário de Educadores no Brasil – Da colônia aos dias atuais**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC-Inep-Comped, 2002.

\_\_\_\_\_. **Universidade do Brasil das Origens à Construção**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Inep, 2000, v. 1.

\_\_\_\_\_. **Universidade do Brasil – Guia dos dispositivos legais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Inep, 2000, v. 2.

\_\_\_\_\_. **As faculdades de filosofia: subsídios para um debate**. Revista Universidade e sociedade. Brasília: ANDES –SN, v.11, p. 22-30. jun/ 1996.

\_\_\_\_\_. **Universidade & Poder**. Análise crítica / fundamentos históricos: 1930-45. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980. (Série Universidade).

\_\_\_\_\_. **A Universidade Brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis: Vozes, 1977. (Coleção Educação e Tempo Presente).

FÉLIZ, Loiva Otero. **História & Memória – a problemática da pesquisa**. 2. ed. Passo Fundo: Editora UPF, 2004.

FERREIRA, Liliana Soares Ferreira. **Educação & História**. 2.ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001. (Coleção educação).

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e Sociedade no Piauí Republicano**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

FERRO, Leonardo Borges. **Educação e Saúde: O ensino odontológico no Piauí – História, Memória e Realidade**. Teresina: 2005, 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí.

FREITAS, Clodoaldo. **História de Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

FREITAS FILHO, Benedito da Rocha Freitas. **Faculdade de Direito do Piauí (25 anos de sua história)**. Teresina: [s.n.], 2003a.

\_\_\_\_\_. **História da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí**. Teresina: [s.n.], 2003b.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996. (Leituras Filosóficas).

GONÇALVES, Luiz Mendes Ribeiro. **Na Faculdade de Direito do Piauí**. In. **Impressões e Perspectivas**. Brasília: [s.n.], 1980. p.117-133.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande Dicionário Histórico - Biográfico Piauiense 1549-1997**. Teresina: [s.n.], 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação Brasileira: Leituras**. São Paulo: Pioneira Thomsom, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Novos Tempos**. In: **Raízes do Brasil**. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1978. p. 113-125.

JULIA, Dominique. **A Cultura Escolar como Objeto Histórico**. In: Revista Brasileira de História da Educação. Campinas: Autores Associados, nº 1, p. 9-43, Jan/jun 2001.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOURGANOFF, Wladimir. **Questões de terminologia e problemas gerais**. In: \_\_\_\_\_ **A face oculta da universidade**. São Paulo: Unesp, 1990. p. 25-35.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

LOPES, Eliene Marta Teixeira. **Perspectivas Históricas da Educação**: 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002. (Série Princípios).

\_\_\_\_\_.; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001. (Coleção [o que você precisa saber sobre...]).

\_\_\_\_\_. FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOMBARDI, José Claudinei & NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2004.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado (Org.). **História das Universidades**. São Paulo: Editora Estrela Alfa, 1990.

MAGALHÃES, Justino. **Contributo para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo**. In: FERNANDES, Rogério & MAGALHÃES, Justino. **Para a História do Ensino Liceal em Portugal – Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895)**. Braga: Universidade do Minho, 1999. p. 63-77.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa História – 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2001. Tomo I Período Colonial (Igreja na História)

MÁXIMO, Antonio Carlos. **Os Intelectuais e a Educação das Massas: o retrato de uma tormenta**. Campinas: Autores Associados, 2000. (Coleção Polêmica do nosso tempo).

MARTINS FILHO, Antônio. **Memórias – maioria (1926-1955)**. Fortaleza: Imprensa Universitária –UFC, 1993. Tomo I.

MEDEIROS, Antonio José. **Movimentos sociais e participação política**. Teresina: CEPAC, 1996.



\_\_\_\_\_. **Sindicalização rural e mobilização camponesa na crise do populismo (O caso do Piauí: 1958 – 1964)**. 1994. 408f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MENDES, Francisco Ivetman Vasconcelos. **Parnaíba: educação e sociedade**. Teresina: Edufpi, 2001.

MENEZES, Maria Cristina (Org.) **Educação, Memória, História – Possibilidades, leituras**. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

MINOGUE, Kenneth. **O Conceito de Universidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MOACYR, Primitivo. **Província do Piauí**. In: **A Instrução e as Províncias (Subsídios para a história de Educação no Brasil 1834-1889)**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1939. v. 1. p. 245-306.

MORAIS, Regis de. **Cultura brasileira e educação**. Campinas: Papyrus, 1989.

MOTA, Lourenço Dantas. (Coord.) **A História Vivida II**. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1981. (Documentos abertos).

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&a editora, 2001.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **História e Memória da Rádio Pioneira de Teresina**. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. **A cidade sob o Fogo – Modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chave, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Revolução de 1930 no Piauí: 1928-1934**. Teresina: FCM, 1994.

NESTOR, Odilon. **Faculdade de Direito do Recife – Traços de sua história**. 2. ed. Recife: Imprensa Industrial, 1976.

NOQUEIRA, Alcântara. **Conceito ideológico do Direito na Escola do Recife**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S. A, 1980.

NORA, Pierre. **Entre memória e história – A problemática dos lugares**. In. Revista Projeto História. São Paulo: Educ, nº 10, p. 7-28. Dez/93.

NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação: Sobre as origens do pensamento utilitarista no ensino superior Brasileiro**. Campinas: Editora Alínea, 1998.

NUNES, Clarice. **Memória e história da educação: entre práticas e representações**. In: LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Marília Araújo Lima. (Orgs.). **História e Memória da Escola Nova**. São Paulo: Edições Loyola. 2003, p. 9-25.

NUNES, Manoel Paulo. **As Solidões Justapostas**. Teresina: APL, 1992.

\_\_\_\_\_. **O discurso Imperfeito: Notas para a história da educação brasileira**. Teresina: APL, 1988.

NUNES, Odilon. **Pesquisa para a História do Piauí**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974, v. 1.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa para a História do Piauí**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974, v. 2.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa para a História do Piauí**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974, v. 4.

OLIMPIO, Matias et al. **A Instrução Pública no Piauí**. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922.

OLIVE, Arabela Campos. **Histórico da educação superior no Brasil**. In: SOARES, Maria Susana A. (Org.). **Educação Superior no Brasil**. Brasília: Capes/IESALC- Unesco/GEU, 2002. p. 31-42.

OLIVEIRA, Marysol Alves de; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho; BONFIM, Washington Luís de Sousa. **Ensino jurídico e identidade dos bacharéis**. In: Revista Scientia et Spes do Instituto Camilo Filho: Teresina, ano I, nº 1, p. 149-165. 2002.

PASSOS, Guiomar de Oliveira **A Universidade Federal do Piauí e suas marcas de nascença: conformação da Reforma Universitária de 1968 à sociedade piauiense**. 2003. 302f. Tese. (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília. Brasília. 2003

\_\_\_\_\_. **Universidade Brasileira e atitude de classe: a prática docente entre 1930 e 1960**. 1997.152f, Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí. Teresina (PI), 1997.

PEREIRA, Maria das Graças Moita Raposo. **O curso de Filosofia da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (FAFI) no período de 1957 a 1970**. 2003. 136f, Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí. Teresina (PI), 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINHEIRO FILHO, Celso Pinheiro. **História da Imprensa no Piauí**. 3. ed. Teresina: Editora Zodíaco, 1997.

PINTO, Louis. **Uma antropologia explicativa explicitada**. In: Pierre Bourdieu **teoria do mundo social**. Rio de Janeiro: FVG, 2000.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: Revista Estudos Históricos 10 Teoria e História. Rio de Janeiro: FGV, v. 5, nº 10, p. 200-212. 1992.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. In: Revista Projeto História. São Paulo: Educ. nº 14, p. 25-38. Fev/1997.

QUEIROZ, Teresinha. **Notas sobre educação no Piauí**. Monografia (Pós-Graduação em História) – Universidade de São Paulo. Teresina, 1989.

\_\_\_\_\_. **Os Literatos e a República** – Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 2 ed. Teresina/João Pessoa: EDUFPI/ Editora Universitária da Paraíba. 1998a

\_\_\_\_\_. **Direito e Identidade**. In: **História, literatura sociabilidade**. Teresina: Fundação Cultura Monsenhor Chaves, 1998b, p.183-190.

\_\_\_\_\_. **Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo**. 2 ed. Teresina: EDUFPI, 1998c.

REIS, José Carlos. **História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. **Escola dos Annales – A inovação em História**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

RÊGO, Maria do P. S. N. Nunes do; MAGALHÃES, Maria do S. Rios. **O Curso de Letras da UFPI: Um Fio da FAFI**. Teresina: EDUFPI, 1991.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa Social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Educação Conformada: A política pública de educação no Brasil – 1930/1945**. Juiz de Fora: Ed. UFIF, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 28. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

ROSSOTO, Ricardo. **Universidade: nove séculos de História**. Passo Fundo: EDIUP, 1988.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica – teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UNB, 2001.

SÁ, José Marcílio de. **A identidade social teresinense vinculada às idéias de modernização do Estado Novo numa perspectiva de integração nacional**. 2006, 78f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina (PI), 2006.

SANTANA, Raimundo Nonato M. de. (Org.). **Piauí: Formação – Desenvolvimento - Perspectivas**. Teresina: FUNDAPI, 1995.

SANTOS, Gezenilde Francisco dos. **Contestadores: libertários em Teresina nas décadas de 60 e 70**. 2005, 162f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina (PI), 2005.

SANTOS NETO, Antonio Fonseca dos. **A organização universitária e suas interfases com as estruturas de poder no Piauí**. Teresina: 1998, 178f. Dissertação (Mestrado em Gestão Universitária) – Universidade Federal do Piauí. 1998.

\_\_\_\_\_. (Coor.). **Teresina 150 anos – 1852/2002**. Teresina: Editora Halley, 2002

SOUSA, Francisca M. de; BOMFIM, Maria do Carmo A. do.; PEREIRA; Maria das Graças Moita R. (Org.) **Presente do Passado: A Faculdade Católica de Filosofia na História da Educação do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Faculdades de Direitos ou Os eleitos da nação**. In: **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Cia das Letras, 1993. p.141-188.

TITO, José de Arimatéa. **Jus, Aeternumque jus**. In: Revista da Academia Piauiense de Letras. Teresina: Imprensa Oficial, Ano XXI, nº 17, p. 80-83. agos/1938.

TITO FILHO, A. Tito. **Governadores do Piauí**. 3ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1978.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil – Análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1989.

VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. (Orgs.). **Domínios da História – Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcas ao bacharelismo - 150 anos de ensino jurídico no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1998.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Fundamentos de História do Direito**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

# ANEXOS

Anexo AA



Foto 09 - Bandeira da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí.  
Fonte: Arquivos do CCHL da UFPI.

## **Anexos AB**

Grade curricular dos cursos da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (FAFI)

Fonte: Relatório da Faculdade do Ano Letivo de 1960 – Arquivo do CCHL da UFPI

### Curso de Filosofia

#### 1ª Série:

Introdução à Filosofia: Professor Cláudio Francisco Ferreira

Psicologia: Professor Lineu da Costa Araújo

Lógica: Pe. Hermínio Davis Filho

História da Filosofia: Professor Cláudio Francisco Ferreira

#### 2ª Série:

Psicologia Racional: Professor Lineu da Costa Araújo

História da Filosofia: Professor Cláudio Francisco Ferreira

Sociologia: Professor Benjamim do Rego Monteiro

#### 3ª Série:

Filosofia Geral: Pe. Hermínio Davis Filho

Psicologia: Professor Lineu da Costa Araújo

Estética: Pe. Luciano Cimam

Metafísica: Pe. Luciano Ciman

Estética: Pe. Raimundo José Airemoraes Soares

### Curso de Letras Neolatinas

#### 1ª Série:

Língua e Literatura Latina: Professor José Gomes Campos

Língua Portuguesa: Professor José de Arimatéa Tito Filho

Literatura Francesa: Professora Helena Rocha

Literatura Italiana: Pe. Raimundo Nonato Melo

Língua e Literatura Espanhola: Professora Teresinha Pinheiro Leal Nunes

2<sup>a</sup> Série:

Língua e Literatura Latina: Professor José Gomes Campos

Língua Portuguesa: Professor José de Arimatéa Tito Filho

Literatura Francesa: Professora Helena Rocha

Língua e Literatura Espanhola: Professora Teresinha Pinheiro Leal Nunes

Literatura Brasileira: Professor Celso Barros Coelho

Literatura Portuguesa: Professor Manoel Paulo Nunes

3<sup>a</sup> Série:

Língua Portuguesa: Professor Clemente Honório Parentes Fortes

Literatura Hispano-Americana: Professora Teresinha Pinheiro Leal Nunes

Literatura Portuguesa: Professor Manoel Paulo Nunes

Literatura Brasileira: Professor Celso Barros Coelho

Literatura Italiana: Pe. Carlos Bresciani S. J

Filologia Românica: Pe. Raimundo José Airesmores Soares

Literatura Francesa: Professora Helena Rocha

### Curso de Geografia e História

1<sup>a</sup> Série:

Geografia Física: Professor João Alfredo de Carvalho Lima

Geografia Humana: Professor Darcy Fontinelli de Araújo

Antropologia: Pe. Geraldo Magela Fortes de Vasconcelos

História da Antiguidade e da Idade Média: Professor José Camilo da Silveira Filho

2<sup>a</sup> Série

Geografia Física: Pe. João Alfredo de Carvalho Lima

Geografia Humana: Professor Darcy Fontinelli de Araújo

História do Brasil: Professor Raimundo Nonato Monteiro de Santana

História Moderna: Pe. Vicente Ribeiro Gonçalves

Etnografia: Professor José Camilo da Silveira Filho

3<sup>a</sup> Série

História da América: Professor João Alfredo de Carvalho Lima

História Contemporânea: Professor José Camilo da Silveira Filho



História do Brasil: Professor Raimundo Nonato Monteiro de Santana

Geografia do Brasil: Professora Delfina Augusta Borrelho Boavista

Etnografia: Professor: Raimundo Nonato Monteiro de Santana